DE 13 A 19 DE ABRIL DE 2024

POSSO SER EU?

Referência em cirurgias trans na rede particular, SC vê contraste entre quem pode pagar e aqueles que aguardam na rede pública pelo sonho de ser quem são

Previstos no Sistema Único de Saúde há mais de uma década, procedimentos de modificação corporal têm 120 catarinenses na fila de espera

Pacientes apontam suposta omissão do governo do Estado no acompanhamento; Secretaria de Saúde nega, e caso chega ao Ministério Público

PÁGINAS 6 A 12

JOINVILLE
ANO 102
Nº 23.541
R$ 9,90

ECONOMIA
SC tem 20 redes de supermercados entre as maiores do Brasil
PÁGINA 17

CULTURA
Coreógrafo transforma dança em acolhimento de pessoas no Estado
PÁGINA 33

BRASILEIRÃO
Relembre o dia em que Dorival Júnior trocou o Criciúma pelo Juventude
PÁGINA 31

nsccomunicacao.com.br

Presidente-executivo
Mário Neves

Conteúdo: César Seabra
Mercado: Adriano Araldi
Operações e Produtos Digitais: Bruno Watté
Gestão e Finanças: Michel Chaowiche
Jurídico e Institucional: Paulo Gallotti

Comitê Editorial
César Seabra
Daniella Peretti
Luciano Calheiros
Porã Bernardes
Raquel Vieira
Romí de Liz

Editor Responsável: Augusto Ittner
Projeto Gráfico: Maiara Santos
Designer Responsável: Ciliane Pereira

Mercado Leitor: Jean Mannrich
Comercial: Aline Silvano (AN)
Patrícia Rodrigues (Santa)

FUNDADO EM 24 DE FEVEREIRO DE 1923

REDAÇÃO: Rua Pastor Guilherme Ráu, 250, Saguaçu, Joinville/SC
CEP 89221-020 - (47) 3419-8896

AN.COM.BR

FUNDADO EM 5 DE MAIO DE 1986

REDAÇÃO: Rua General Vieira da Rosa, 1570, Centro, Florianópolis/SC
CEP 88020-420 - (48) 3216-2500

DIARIOCATARINENSE.COM.BR

FUNDADO EM 22 DE SETEMBRO DE 1971

REDAÇÃO: R. Pres. Getúlio Vargas, 32, Centro, Blumenau/SC
CEP 89010-140 - (47) 3221-9922

SANTA.COM.BR

Integrantes do

Presidente
CARLOS EDUARDO SANCHEZ

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
0800 644 4001
atendimento.nsc@nsc.com.br

ANÚNCIOS
Florianópolis: (48) 3216-3216
Blumenau: (47) 3221-9902
Joinville: (47) 3419-8889
anuncie@nsc.com.br

PARA ASSINAR
0800-6444001
www.assinensc.com.br

VENDA AVULSA: atendimento.nsc@nsc.com.br

PREÇO DA VENDA AVULSA
Santa Catarina: R$ 9,90

PERCENTUAL APROXIMADO DE IMPOSTO 3,65%

EDITORIAL

Uma luta que **ganha força**

O Brasil demorou para entender que acolher pessoas trans na rede pública era mais importante do que tratá-las, cruel e injustamente, como doentes mentais. Demorou, mas entendeu. Desde que o Sistema Único de Saúde (SUS) passou a incluir cirurgias de redesignação sexual como parte do rol de procedimentos, as pessoas trans tiveram uma luz no fim do túnel pelo sonho de se tornarem quem realmente são — algo até então restrito apenas àqueles com condições de pagar dezenas de milhares de reais.

Lidar incorretamente com esse público no sistema de saúde gera uma bola de neve, apontam especialistas. Sobrecarrega sem necessidade unidades direcionadas à saúde mental, provoca depressão, Síndrome do Pânico, isolamento social. No momento em que os governos entendem que isso precisa ser revisto e criam novas regras, se dá uma esperança genuína às pessoas trans de pôr fim a uma angústia. É o caso no nosso país das cirurgias de redesignação sexual, feitas desde 2010 para mulheres trans e desde 2019 para homens trans.

A reportagem especial de Talita Catie, tema da capa desta edição e que você confere nas páginas 6 a 12, mostra que há muito a ser melhorado. Em Santa Catarina, 120 pacientes esperam na fila do SUS por procedimentos de modificação corporal — muitos sem expectativa de, em curto prazo, serem contemplados. Sem unidade habilitada para cirurgias pelo SUS no Estado, os catarinenses precisam contar com a abertura de vagas em outras unidades da federação, o que ocorre em ritmo bastante lento.

> Em Santa Catarina, 120 pacientes esperam na fila do SUS por procedimentos de modificação corporal — muitos sem expectativa em curto prazo

E tudo isso com um contraste: Santa Catarina é referência nacional nas cirurgias trans na rede particular. Enquanto celebridades e até pessoas de outros países vêm para cá se tornarem quem realmente são, moradores do Estado sem condições financeiras ou plano de saúde se veem reféns de um sistema lento.

A luta das pessoas trans é morosa e quase invisível. Mas, dia a dia, passo a passo, ela ganha força.

Você ainda confere nesta edição a história da cientista catarinense que trocou a vida de professora para ser influencer no TikTok (página 14).

Boa leitura e bom fim de semana.

CHARGE **ZÉ DASSILVA**

nsctotal.com.br/ze-dassilva @zedassilva @ze_dassilva

NESTA **EDIÇÃO**

nsctotal.com.br
No NSC Total você acompanha todas as notícias de Santa Catarina, do Brasil e do mundo 24 horas por dia.

CAPA AN, DC E SANTA | FOTO: Lucas Amorelli

DAGMARA **SPAUTZ**

nsctotal.com.br/dagmara
dagmara.spautz@nsc.com.br
@dagspautz
(47) 99186-8819

Julgamento de Seif **perto da conclusão**

Está marcada para terça-feira (16), às 19h, a continuidade do julgamento que pode cassar o mandato do senador catarinense Jorge Seif no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Até agora, a sensação de advogados ouvidos pela coluna, tanto por parte de Seif quanto por parte da coligação Bora Trabalhar (PSD, Patriota e União Brasil), que moveu a ação, é que o julgamento chegará à conclusão.

Isso significa que o prazo de 12 dias concedido pelo presidente do TSE, Alexandre de Moraes, para o retorno ao plenário, tende a afastar o pedido de vista — hipótese que havia ganhado força às vésperas do início do julgamento, no dia 4 de abril.

As movimentações seguem intensas, especialmente no campo político. Vale lembrar que há duas questões a serem analisadas pelos ministros: a primeira delas é se Seif cometeu suposto abuso de poder econômico durante a campanha para o Senado em 2022. O Tribunal Regional Eleitoral, em SC, considerou que não. A Procuradoria da República Eleitoral, no entanto, se manifestou pela procedência da ação.

O segundo ponto é se, em caso de cassação, o TSE deve convocar novas eleições ou se aceitará a tese da coligação liderada pelo PSD, que propõe anulação apenas dos votos de Jorge Seif e recontagem da votação.

Uma pergunta recorrente, ao longo dos últimos dias, é o quanto o julgamento de Sergio Moro (União), absolvido por cinco votos a dois no TRE do Paraná, pode interferir na decisão sobre Seif em Brasília. As fontes ouvidas pela coluna garantem que a influência é remota, por dois motivos: a instância de julgamento, que no caso de Seif ocorre em Tribunal Superior, e a motivação da ação, que é bastante diversa, embora também trate de abuso de poder econômico.

Outro ponto levantado por pessoas próximas ao senador catarinense como um fator extra de preocupação: Sergio Moro, apesar dos embates com Lula, não é reconhecido como um bolsonarista raiz. Seif, por outro lado, é bastante próximo de Bolsonaro.

>>ENTREVISTA

JOSÉ ROBERTO TADROS, Presidente da Confederação Nacional do Comércio

"DEMOCRACIA, LIVRE EMPRESA E SEGURANÇA JURÍDICA SÃO ESSENCIAIS PARA PAÍS ALAVANCAR"

DIVULGAÇÃO

O presidente da Confederação Nacional do Comércio, José Roberto Tadros, esteve em SC nesta semana a convite do presidente da Fecomércio, Hélio Dagnoni, para uma visita histórica, resultado do bom relacionamento que vem sendo construído pela entidade estadual com a nacional. Há 20 anos a presidência da CNC não vinha ao Estado. Em entrevista à coluna, Tadros falou sobre a confiança do comércio na economia e sobre a perspectiva para o turismo.

O índice de confiança do comércio está positivo, o que o senhor projeta para 2024?

Entendo que nós estamos saindo da crise, e o governo paulatinamente está mostrando que quer acelerar o desenvolvimento econômico. Nós entendemos que só tem uma maneira da economia alavancar, e é com a livre empresa. Na CNC trabalhamos o trinômio democracia, livre empresa e segurança jurídica. Com esse trinômio o país alavanca e em breve será uma das quatro ou cinco maiores economias do mundo.

A redução dos juros ajudou o comércio?

A questão dos juros é consequência de fatores exógenos, problemas da economia que ficou abalada com a pandemia e obviamente provocou uma brutal inflação. Então os juros, em determinados momentos, são importantes para conter. Agora, você observa que já está havendo redução. Precisa ajustar realmente é o déficit público, que andou saindo um pouco do eixo. Mas o ministro (Fernando) Haddad está muito comprometido. Ele quer déficit zero e nós apoiamos. A economia só vai funcionar quando se trabalhar evitando que nós tenhamos déficit, porque isso provoca a inflação interna. A inflação está contida, estamos com 3% de inflação, é inflação de primeiro mundo, até os Estados Unidos estão com uma inflação maior do que a nossa. Nosso problema é que as contas do governo não fecham.

E nesse cenário, o que esperar para o setor do Turismo neste ano?

Enquanto tivermos companhias aéreas criando dificuldades para o turismo interno num país de 220 milhões de habitantes, isso é um óbice muito grande. Você vem da Alemanha para o Brasil, chega no Rio de Janeiro, que é o grande polo de atração do turismo, e quer visitar Santa Catarina, ou o Amazonas, e a passagem é mais cara do que de Berlim ao Rio de Janeiro.

Tem solução para isso?

Tem que ter, os preços são exagerados A empresa tem que dar muito lucro, e tem que distribuir a renda. Tem um mercado comprimido, que não consome (passagens aéreas) no Brasil de mais ou menos 30, 32 milhões de pessoas. É a população da Espanha. O Brasil se dá ao luxo, em plena vigência da sociedade de consumo, de deixar 30 milhões de pessoas à margem.

Mas como se soluciona isso?

Deixando as empresas darem lucro e distribuírem os lucros pagando melhores salários, porque os salários do Brasil são piores do que os escravocratas. Mas o empresário na maioria das vezes não é culpado disso, porque é tanto imposto, tantos tributos nos três níveis, municipal, estadual e federal, mais multas e achaques, que a empresa dá pouco lucro.

Então a chave para destravar o turismo é fazer lucrarem as aéreas?

Questão aérea, segurança, e os preços internos, porque hotelaria, restaurante, bares, pagam impostos excessivos, e isso é transferido para o consumidor. Quem paga o tributo não é a empresa, é o consumidor. Nós estamos participando de todas as comissões para auxiliar o governo nessa visão. Eu mesmo já estive conversando com o presidente Lula e disse para ele: "presidente, deixa a empresa lucrar."

RENATO **IGOR**

nsctotal.com.br/renato
renato.igor@nsc.com.br
@renatoigor

Regulamentação das redes não pode servir para **censurar inimigos políticos**

A regulamentação das redes sociais no Brasil é fundamental para se coibir discurso de ódio, preconceito, antissemitismo, incitação à desordem pública e fake news de vacina, entretanto, não pode servir para perseguir ou censurar os inimigos do governo de plantão.

A grande pergunta é: como se faz a regulamentação? A Europa é pioneira em implementar regras. Isso ocorreu em 2023, cedo demais para avaliar algum resultado ainda. Aqui no Brasil, quem vai dizer o que é discurso de ódio ou apenas opinião? Quem vai determinar se uma postagem é liberdade de expressão ou fake news? Um "Conselho de Sábios" indicado por amigos do Poder?

A grande verdade é que não se sabe como lidar com o furacão das redes sociais. É um desafio global. O desafio é implementar um sistema de controle onde se consiga, por exemplo, proibir discurso contra vacinas amplamente aprovadas, por exemplo, mas permitir que opositores do governo tenham direito de opinar sobre as ações do executivo e decisões da Justiça.

A lei já permite punições em casos de calúnia e difamação, por exemplo. Entretanto, o algo mais é que assusta, ainda mais em se tratando de Brasil, com instituições contaminadas com diplomados militantes.

EXEMPLO

A direita domina o debate nas redes sociais, sabe fazer melhor uso do que a esquerda, embora esta tenha aprimorado a técnica beligerante na última campanha eleitoral, principalmente com o deputado federal André Janones. O pano de fundo não pode ser o de impor limites nos adversários políticos, embora a cortina de fumaça seja a defesa da democracia e da soberania nacional.

HIPOCRISIA

E como lembrou bem Michele Prado, pesquisadora de extremismos, "antes do governo falar mais uma vez sobre a necessária regulamentação das plataformas digitais e provedores de serviços online, deveria fazer o mínimo do trabalho de casa: O governo tem sido totalmente omisso e condescendente com o tsunami de antissemitismo e discursos de ódio oriundos principalmente de setores da esquerda.

O presidente Lula, inclusive, segue o jornalista Breno Altman, que comparou judeus a ratos, considera o ataque brutal do Hamas a Israel como "resistência palestina", e recebe, inclusive, patrocínio de verba pública federal em um blog. Completa Michele: "A população vê isso. E obviamente considera cinismo um governo falar sobre regulamentação enquanto fecha os olhos para discursos de ódio online do seu campo".

PATRICK RODRIGUES

A REGIÃO DE FLORIANÓPOLIS QUE ESTÁ BOMBANDO NO MERCADO IMOBILIÁRIO

Marcelo Brognoli, 2º Vice-Presidente do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis (CRECI/SC), disse, em entrevista ao programa Empresas e Negócios, da CBN Floripa (ao lado), que a região da Ilha de Santa Catarina que está mais bombando no mercado imobiliário é o Sul.

Ele citou o Campeche e os demais bairros do Sul da Ilha e que o fenômeno foi acelerado pela construção do novo aeroporto e da estrada de acesso. Entretanto, mostrou preocupação com o agravamento dos congestionamentos.

— Os gestores públicos precisam de alguma solução para a mobilidade urbana — disse o empresário.

Neste aspecto estamos mal. Não há projeto algum.

MORO

A coluna teve acesso a informações de reuniões envolvendo a alta cúpula do poder partidário de espectros de esquerda e direita e empresários com contratos governamentais. Há um mês já se falava que "não era interessante cassar" o Senador Sérgio Moro (União Brasil).

A cassação de Moro iria fortalecer a ideia de que há revanchismo e perseguição aos maiores oponentes do governo. Moro foi absolvido no TRE do Paraná. Agora resta saber se a tese será confirmada pelo TSE.

AGENDA

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina realiza, na próxima terça-feira (16), a instalação oficial do Comitê Integrado para Cidadania e Paz nas Escolas, o Integra.

SEIF

Sem entrar no mérito da acusação, se o senador Jorge Seif incorreu em abuso de poder econômico na campanha eleitoral, o fato é que a suposta cassação de mandato pode trazer prejuízo para Santa Catarina. Caso a decisão do TSE seja pela cassação, sem assumir o segundo colocado, e que se aguarde até a eleição para escolher a terceira vaga catarinense, o Estado ficará com um voto a menos nesse período. Na prática, significa dizer que há chance maior de derrota em votações de interesse de Santa Catarina.

DEU NA CBN FLORIPA

O gargalo atual é o acesso ao recurso por parte de gente sem qualificação. Não pode mais culpar os governos e entes financeiros, porque dinheiro subsidiado tem em Santa Catarina. O que falta aos empreendedores é um plano de negócios estruturado

LUIZ CARLOS FLORIANI,
Superintendente do Banco do Empreendedor

ESTELA **BENETTI**

nsctotal.com.br/estela
estela.benetti@nsc.com.br
@estelab

Veículos eletrificados seguem com vendas em alta em SC

Apesar de ter chegado um pouco mais tarde ao Brasil, a onda de carros elétricos ou eletrificados segue em alta no mercado brasileiro e também em Santa Catarina. O programa de incentivos do governo federal Mover e a mudança na tributação despertaram investimentos das montadoras, enquanto o consumidor segue interessado em novidades tecnológicas.

Santa Catarina é o quarto maior mercado para a venda de veículos eletrificados no país, segundo a Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE). No primeiro trimestre, foram vendidos no Estado 2.334 unidades, 6,47% do total nacional. No mês de março, foram 937 unidades. O Estado ficou atrás apenas de São Paulo, Distrito Federal e Rio de Janeiro. No primeiro trimestre, o Brasil vendeu 36.090 carros eletrificados, entre totalmente elétricos e híbridos.

Para o presidente da ABVE, Ricardo Bastos, o brasileiro está, cada vez mais, interessado em veículos elétricos porque são mais modernos e sustentáveis. O consumidor gostou do design e da sustentabilidade do elétrico, mas enfrenta dois grandes desafios. Um deles é o preço. Com a volta dos impostos sobre importados, o veículo mais barato é o Dolphin, da BYD, que custa R$ 150 mil.

Além disso, o que tem feito muitos consumidores postergarem a aquisição de um elétrico é a falta de infraestrutura de eletropostos no Brasil. Isso deixa a pessoa insegura se vai ter como abastecer caso fique sem bateria carregada. Em Santa Catarina, nas principais rotas a oferta é boa. A BR-101 conta com eletropostos de norte a sul e a BR-282, de leste a oeste, até São Miguel do Oeste.

Outra dúvida na cabeça do consumidor mais ambientalista é como será o descarte das baterias usadas. O setor industrial informa que está avançando nos processos de reutilização para reservar energia e, também, em reciclagem.

BMW, DIVULGAÇÃO

BMW ANUNCIA PRODUÇÃO DE CARRO HÍBRIDO DE LUXO EM SC

Atento à maior procura por veículos eletrificados, o BMW Group anunciou quarta-feira (10), em São Paulo, que vai fabricar na planta de Araquari, em SC, o SUV X5 Híbrido Plug-in, um carrão tecnológico que custará ao consumidor a partir de R$ 740 mil. O CEO do BMW Group na América Latina, Reiner Braun, disse que a decisão foi baseada na demanda do mercado e assim será, também, sobre montagem de carro elétrico no futuro. Além das tecnologias avançadas da companhia, esse híbrido conta com motor à combustão e um motor elétrico com autonomia de até 110 quilômetros. Atualmente, a fábrica de Araquari monta os modelos BMW X1, X3 e X4 e o sedan Série 3. Ela contratou mais 50 colaboradores no começo deste ano para ampliar a produção em 10% e chegar a 11 mil unidades. Esse híbrido será montado a partir do quarto trimestre deste ano.

IMPULSO À PEQUENA INDÚSTRIA

Alcançar maior produtividade pode ficar mais fácil se a pequena indústria contar com programa especial que ajuda inclusive com crédito. É isso que oferece o Novo Brasil Produtivo, programa do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) desenvolvido em parceria com o Senai e o Sebrae. Essa nova etapa do programa prevê investimentos de R$ 2 bilhões para apoiar a digitalização e outras iniciativas inovadoras de 200 mil indústrias brasileiras. Durante a apresentação do programa em Florianópolis, com a participação do presidente da Federação das Indústrias de SC (Fiesc), Mario Cezar de Aguiar, e do diretor técnico do Sebrae-SC, Fabio Búrigo Zanuzzi, foi destacado que empresas de SC que participaram da primeira etapa do programa conseguiram ganhos de produtividade superiores a 35% nos processos produtivos.

NOVA LEI DE GAMES

O novo marco legal para a indústria de jogos eletrônicos foi aprovado pelo Congresso e agora depende da sanção do presidente Lula para entrar em vigor. A nova lei incentiva o desenvolvimento do setor e define regras para uso de jogos com fins educacionais e terapêuticos, entre outras medidas. O relator da matéria na câmara, o deputado federal Darci de Matos (PSD), de Joinville, disse que agora o Brasil vai contar com uma das legislações mais avançadas do mundo para games e jogos eletrônicos.

Uma das regiões de SC que serão beneficiadas é a de Florianópolis, que conta com diversas empresas do setor e até uma associação. O novo marco legal cria uma indústria nacional nessa área que vai gerar muitos empregos e receita bilionária, a exemplo dos Estados Unidos. Também dá segurança jurídica, cria incentivos, reduz IPI e incentiva aprovação de patentes.

EXPOGESTÃO FOCA LEGADO

Uma das maiores convenções sobre administração empresarial realizadas no Brasil, a Expogestão acontece pela 22ª vez de 25 a 27 de junho, em Joinville, numa iniciativa do empresário Alonso Torres. O tema central deste ano será "Do legado que recebemos à construção do nosso legado". É um assunto em sintonia com o evento onde muitas lideranças compartilham seus legados que construíram e inspiram os jovens a desenvolver os seus. O assunto terá palestra do professor Pedro Lins. Além disso, a Expogestão abordará uma série de outros temas de interesse empresarial como, entre os quais, liderança, pessoas, mente, comportamento, inspiração, tecnologias emergentes e tendências para economia e negócios, destaca Alonso Torres.

ENGIE E WEG TESTAM

As empresas Engie Brasil Energia e WEG realizaram teste inédito no Brasil para avaliar a eficiência de turbina eólica totalmente nacional instalada em Tubarão, no sul do Estado. Elas fizeram o "ensaio de afundamento de tensão" (Low Voltage Ride Through, LVRT, na sigla inglesa) para avaliar a capacidade da turbina de permanecer conectada à rede em uma instabilidade.

O ensaio foi no primeiro aerogerador nacional, com potência de 4,2 MW, maior projeto de pesquisa e desenvolvimento (P&D) da Engie, de R$ 80 milhões, desenvolvido em parceria com a WEG, Celesc e a Aneel. Esses testes, no futuro, serão exigidos do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

MEU NOME É

Ashley

Santa Catarina é referência em cirurgias particulares de pessoas trans no Brasil, mas em contraste àqueles que podem pagar, 120 catarinenses ainda aguardam na fila do SUS pelo sonho de ser quem realmente são. Reportagem especial detalha a luta por procedimentos e expõe um sistema moroso de suporte e apoio a pacientes à espera de um direito

Reportagem
TALITA CATIE
talita.medeiros@nsc.com.br

Design
CILIANE PEREIRA
ciliane.gularte@nsc.com.br

Fotografia
PATRICK RODRIGUES
patrick.rodrigues@nsc.com.br

LUCAS AMORELLI
lucas.amorelli@nsc.com.br

Edição
AUGUSTO ITTNER
augusto.ittner@nsc.com.br

LUCAS AMORELLI

Ashley Costa é mulher trans e luta pela sonhada cirurgia de redesignação sexual pelo SUS

Um prédio icônico na região central de Blumenau abriga algo que há muito tempo deixou de ser segredo — apesar da discrição de alguns pacientes. No oitavo andar, uma clínica especializada em cirurgias trans recebe pessoas do Brasil e do exterior com condições de pagar milhares de reais para se tornar quem de fato são. A alta procura, inclusive de celebridades, colocou Santa Catarina em evidência mundial. A história das irmãs gêmeas que fizeram redesignação sexual na unidade, por exemplo, virou série na HBO: "Gêmeas Trans: Uma Nova Vida".

Mas na contramão da celeridade e do amparo encontrado na rede particular, quem depende do Sistema Único de Saúde (SUS) enfrenta os desafios de um atendimento lento e que ainda está engatinhando quando o assunto é paciente trans. Atualmente, apenas duas das 295 cidades catarinenses têm ambulatórios trans. E a rede pública do Estado não tem hospitais credenciados para as cirurgias do chamado processo transexualizador, como é o caso da redesignação sexual — popularmente conhecida como mudança de sexo —, da mastectomia masculinizadora — retirada de mama para transformar em tórax masculino — e da redução do pomo de Adão.

Isso significa que o governo de SC precisa encontrar um hospital em um dos sete estados brasileiros com unidades habilitadas pelo Ministério da Saúde. O resultado da baixa quantidade de prestadores do serviço no Brasil se reflete em longas filas de espera. Dados da Secretaria de Estado da Saúde apontam 120 pessoas de todas as regiões catarinenses aguardando, sem previsão, pelos procedimentos no SUS, porque dependem de a secretaria conseguir vagas fora de SC, o que a pasta diz estar tentando fazer.

No fim de março, o Ministério Público instaurou um inquérito civil para "apurar eventual omissão" do governo de Santa Catarina. No documento, a promotora Isabela Ramos Philippi deu 15 dias para a Secretaria de Estado da Saúde explicar o que está ocorrendo. A Defensoria Pública também abriu um procedimento em tutela coletiva cobrando esclarecimentos sobre quais medidas efetivamente têm sido tomadas para solucionar o problema de forma definitiva, considerando se tratar de um direito garantido à população trans.

— O Estado de Santa Catarina tem a obrigação, o dever, de prestar o acesso à saúde dessas pessoas, a promover o processo transexualizador e ainda não o faz — afirma a defensora pública Ana Paula Berlatto Fão Fischer. >> SEGUE >>

A agonia da espera

Embora as cirurgias de modificação corporal estejam incluídas na lista do Sistema Único de Saúde há mais de uma década, Mariana*, de Blumenau, sabia que o caminho seria longo e árduo. Ela o enfrenta com a garra de quem já passou por muitos desafios na vida e sabe que esse é mais um a ser superado. Perdeu a mãe aos 19 anos, ficou responsável por criar o irmão caçula. Só aos 32 anos pôde se colocar como prioridade e procurou ajuda para começar a transição de gênero.

Ela afirma ter consciência de que estava no corpo errado desde a infância, pois nunca se identificou como homem. Quando deu o primeiro passo para se encontrar, esbarrou na desinformação.

— Pesquisei muito sobre quais direitos eu teria pelo SUS, porque sabemos que é uma cirurgia cara na rede privada e eu não tenho como pagar. Quando cheguei ao posto de saúde para saber com quem falava, qual o primeiro passo, ninguém sabia indicar. Até que uma enfermeira, um anjo, disse ter ouvido falar de uma pessoa que já tinha feito o procedimento na rede pública e poderia me ajudar. E essa segunda mulher me orientou — recorda Mariana.

Do primeiro dia que cruzou a porta do posto de saúde em busca da cirurgia de redesignação sexual até hoje, já se passaram quatro anos. A legislação exige ao menos dois anos de acompanhamento multidisciplinar antes de qualquer uma das cirurgias transexualizadoras. Essa cobrança não ocorre na rede privada, o que dá celeridade ao processo àqueles com condições de pagar. Por duas vezes Mariana ficou a um triz de realizar o sonho, quando foi informada pelo governo de Santa Catarina que haviam conseguido marcar a cirurgia. Primeiro no Rio de Janeiro e depois em Goiás. Nas duas vezes, no entanto, houve cancelamento.

No fim do ano passado, o Estado voltou a fazer contato para perguntar se ela ainda tinha interesse em ficar esperando.

— Se não fosse algo tão importante para mim, por que eu ia entrar na fila, correr atrás, ter toda aquela dor de cabeça por causa da burocracia tremenda? Quando eu iniciei minha transição, eu estava consciente de que essa pessoa sou eu. Se não, não teria iniciado — desabafa.

As angústias de Mariana são as mesmas que ecoam diariamente na cabeça de Beatrice Rodrigues Fogolari. Criada em uma família religiosa de Blumenau, ela precisou superar primeiro o estigma de que ser transexual é errado. Em 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou a transexualidade da lista de doenças mentais e passou a tratá-la como incongruência de gênero — quando o gênero vivenciado de um indivíduo é diferente do sexo atribuído.

Aos 18 anos, Beatrice começou a terapia hormonal por conta própria, até que uma professora a levou a uma psicóloga, onde recebeu encaminhamento para um endocrinologista. Hoje ela recebe acompanhamento pelo SUS, ainda que com percalços, enquanto espera pela cirurgia genital.

— Não foi nada em linha reta, tipo: "Vou ao médico, ele me encaminha para o endócrino e psicóloga. Foi tudo sinuoso, porque Blumenau não tem um centro que cuide de pessoas trans. Fui atendida por dois meses no Serviço de Avaliação em Saúde Mental até me transferirem para o Caps, onde passei cerca de quatro meses em consulta com psicóloga e psiquiatra, até falarem que não iriam mais me atender porque eu não tinha nenhum problema que é tratado por eles. Assim, fiquei meio que à deriva, porém uma psicóloga do Cedap aceitou pegar o meu caso. Depois de um ano de consulta com a endócrino e dois com a psicóloga solicitei o encaminhamento à cirurgia de redesignação sexual e deram entrada no processo. Isso já faz dois anos.

Parecia ser mais uma etapa vencida, até uma surpresa desagradável se revelar. No fim de março, ao dar entrevista para esta reportagem, ela acreditava estar na fila do SUS, pois tinha ligado para o setor de tratamento fora do domicílio para se informar e ouviu que "nenhum médico tinha pegado o caso ainda", mas que seguia na lista. O nome dela aparece, inclusive, em uma relação obtida pela reportagem da NSC. Mas em uma visita pessoalmente à Secretaria de Saúde, a informação recebida foi diferente. O documento entregue a

1 **Mariana começou a transição de gênero aos 32 anos**

2 **Defensoria Pública de Santa Catarina pediu ao Estado esclarecimentos sobre a fila do SUS para cirurgias de pessoas trans**

3 **Cobrança de explicações do MPSC a respeito das cirurgias transexualizadoras**

4 **Beatrice começou a terapia hormonal por conta própria aos 18 anos**

PATRICK RODRIGUES

1

Beatrice mostra que o pedido para a cirurgia ocorreu em janeiro de 2022 e foi negado no mês seguinte, com a justificativa: "Sem prestador de serviço". Consta, ainda, que ela fez contato em setembro daquele ano perguntando sobre o processo, mas Beatrice garante que nunca soube da negativa. A recomendação que ouviu ali foi voltar ao posto de saúde para fazer um novo pedido ou procurar a Defensoria Pública para buscar uma solução na Justiça.

— É uma indignação bem grande você estar há dois anos esperando uma coisa que foi negada no segundo mês — lamenta.

Os obstáculos enfrentados por Mariana e Beatrice as fazem ser unânimes no desejo por um atendimento especializado na rede pública de saúde para pessoas trans. Na avaliação delas, isso poderia evitar problemas como serem chamadas pelo nome morto — o anterior à mudança no registro —, mesmo tendo o direito legal de serem chamadas pelo nome social antes da troca em cartório, ou até mesmo por médicos que dizem não atender pacientes trans.

Questionada se planeja criar um serviço especializado ou quais diretrizes dá aos postos de saúde sobre o tema, a prefeitura de Blumenau não se manifestou.

Defensoria Pública SANTA CATARINA — **NUCIDH**

Diante do exposto, afim de obter esclarecimentos acerca da situação narrada e evitar possíveis violações de direitos à população vulnerável, a **Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina**, nos termos do art. 128, X, da Lei nº 80/94 e art. 1º, e 4º, solicita informações acerca da realização dos procedimentos cirúrgicos de processo transexualizador em pessoas transgênero nos hospitais catarinenses e, em sua falta, se é garantido o encaminhamento da pessoa interessada por meio de procedimento Fora do Domicílio para outro Estado ou se promove o custeio do tratamento em equipamento privado, especificando como ocorre o referido trâmite e os locais conveniados com previsão para atendimento de forma pormenorizada.

DPE-SC, REPRODUÇÃO

2

6. Descrição e delimitação do fato objeto:

Apurar eventual omissão de política pública de saúde pelo Estado de Santa Catarina, ante a ausência de habilitação de estabelecimentos em Atenção Especializada no Processo Transexualizador na modalidade hospitalar, a ausência de pactuação formal com outros Estados da Federação para encaminhamento de pacientes e a ausência de publicidade na fila de espera por cirurgias do Processo Transexualizador.

MPSC, REPRODUÇÃO

3

PATRICK RODRIGUES

4

Ministério Público cobra explicações

A "espera infernal", como descreve a moradora de Florianópolis Ashley Costa, fez com que ela entrasse na Justiça para tentar conseguir a cirurgia de redesignação sexual pelo SUS. O processo ainda está em fase de recurso. Paralelamente, ela também denunciou a demora — e a falta de previsibilidade — ao Ministério Público do Estado. Nos documentos, relata as angústias de viver aprisionada a um corpo no qual não se reconhece. O MPSC instaurou um inquérito civil e cobrar explicações do governo de SC.

A promotora Isabela Ramos Philippi deu até o dia 15 de abril para a Secretaria de Estado da Saúde informar sobre as tratativas para credenciar hospitais em SC; informar quantos pacientes aguardam na fila de espera; apresentar listagem de procedimentos cirúrgicos de redesignação sexual realizados em pacientes de SC desde 2016 e informar a relação dos pacientes na lista de espera para procedimento cirúrgico ou encaminhamento a partir de 2020.

Ashley conseguiu encaminhamento do Estado para fazer a cirurgia em Goiás há cerca de um ano e meio, mas a fila não anda. Pelo contrário. Ela diz que às vezes sobe algumas posições, às vezes cai. Mas para conseguir estar nessa fila, a moradora de Florianópolis mostra muitos e-mails de cobrança. Estar cadastrada no sistema, porém, não alivia o estresse da situação.

— As pessoas sofrem, e muito, por estarem no corpo errado. Por ter um membro que elas não reconhecem.

O Ministério Público não se manifestou sobre a abertura do inquérito civil para apurar a situação, mas confirmou o prazo de 15 dias dado ao governo do Estado para prestar esclarecimentos. A denúncia de Ashley também está na Defensoria Pública de Santa Catarina, onde não é a única, conta a defensora Ana Paula Berlatto Fão Fischer. A instituição já ajuizou algumas ações contra o Estado para tentar garantir o direito de pacientes às cirurgias do processo transexualizador.

A Defensoria, inclusive, já se reuniu com a Secretaria de Estado da Saúde para entender o cenário e propor soluções.

— Esse diálogo é para que o Estado saia da inércia e cumpra seu dever em relação a essas pessoas. O governo já não exercia seu papel mesmo facilitando o encaminhamento para outros estados, mas hoje não se tem nem essa via intermediária. Então, SC precisa pensar nessa política pública, habilitar unidade adequada e fornecer esses procedimentos — pontua.

>> SEGUE >>

O preço da demora é a saúde mental

A incerteza sobre a data da cirurgia é combustível para problemas de saúde mental de quem está na fila de espera do SUS em Santa Catarina. É o que conta o médico Marcello Lucena, coordenador do Ambulatório Trans de Florianópolis, o primeiro do Estado, criado em 2015. Atualmente só existe outro em São José. Ambos são mantidos pelas prefeituras. Segundo Marcello, os atendimentos psicológicos são o segundo serviço mais procurado. Só ficam atrás das prescrições hormonais — normalmente o primeiro passo na transição de gênero.

Com uma equipe composta por médico, enfermeiro, psicólogo e assistente social, o ambulatório é referência em atendimento ambulatorial para pessoas trans na Capital. A sala dentro da policlínica é rotineiramente o ponto de partida quando o assunto é cirurgia transexualizadora. Ali, além de acompanhamento especializado, são preenchidos os formulários de encaminhamento para os procedimentos hospitalares, represados em SC desde 2020, segundo Lucena.

E essa demora tem um preço.

— É muito subjetivo o que a cirurgia representa para cada pessoa, mas a gente vê muitas situações em que o não acesso ao procedimento gera muito sofrimento em saúde mental. Às vezes até gerando um risco para pessoa de ideação suicida, de automutilação. Não estou dizendo que isso é um padrão, mas em alguns casos é bastante presente e acaba sendo angustiante fazer esse acompanhamento. Acaba que as pessoas que têm acesso são as com condições de pagar plano de saúde ou "fazer particular". Quem não tem esse recurso fica desassistida — diz.

Esse é o mesmo cenário descrito pela coordenadora-geral da Associação em Defesa dos Direitos Humanos (Adeh), Lirous K'yo Fonseca Ávila. Na análise dela, o que se vê em Santa Catarina é resumido em uma palavra: desinteresse.

— É incrível pensar como uma cirurgia tida como estética é capaz de curar aquilo que está ligado à saúde mental. A gente está falando sobre a necessidade de conseguir convencer o poder público da importância dessas cirurgias, principalmente a de troca de sexo. Temos casos de pessoas que tentam suicídio, de automutilação, que nós precisamos convencer a não fazer isso porque esse órgão precisa estar lá para a cirurgia ocorrer — conta.

LUCAS AMORELLI

Ambulatório Trans de Florianópolis é um dos dois únicos em todo o Estado

Enquanto a cirurgia não ocorre...

Frederico* não esconde incômodo com os seios marcando as roupas. Ele aguarda por uma mastectomia masculinizadora, um procedimento considerado menos complexo do que as modificações genitais. A expectativa é grande para poder finalmente tirar a camiseta e não ser alvo de olhares preconceituosos. A jornada do jovem, hoje com 26 anos, começou em 2016 e desde então ele já precisou preencher os documentos do encaminhamento duas vezes, pois da primeira houve falha. A última foi em agosto do ano passado.

Mas não bastasse a espera da cirurgia, Frederico se viu diante de outra barreira. Ele refez os documentos com o novo nome e, quando chegou ao posto de saúde para fazer o exame preventivo Papanicolau, a atendente disse que não seria possível, pois não teriam como cadastrá-lo na hora de enviar o material para o laboratório. Para piorar, ao refazer a carteira do SUS, o nome de registro da infância voltou a figurar no documento como apelido.

— Os retornos das consultas também são terríveis, pois eles pedem exames, você faz, mas a consulta é meses e meses depois. Isso está assim depois que veio a pandemia e continuou — cita ainda.

A IMPORTÂNCIA DOS AMBULATÓRIOS TRANS

O relato de Frederico vai ao encontro da análise do médico Marcello Lucena. Ele cita que os ambulatórios trans devem ser um serviço complementar aos postos de saúde. Mas enquanto o serviço na ponta ainda não está completamente preparado para receber pessoas trans, os ambulatórios se tornam fundamentais. Avançar nesse ponto, na leitura do coordenador, passa por formação e por incluir a saúde dessa população nos temas abordados dentro das graduações.

— Enquanto não se consegue garantir que todos os profissionais façam esse atendimento, serviços específicos são necessários. E aí entra o ambulatório trans — pontua Lucena.

A advogada especialista na área de direito LGBTQIAPN+ Alethéa Diniz revela as principais demandas pelas quais é procurada. As informações apontadas por ela ela escancaram os obstáculos encontrados pela população trans:

— A demanda maior no meu cotidiano são casos de transfobia, principalmente na utilização do nome morto ou a negativa da utilização do nome social ou do nome retificado por pessoas físicas e jurídicas, causando ainda mais constrangimentos e danos psicológicos à comunidade trans. Há também uma grande busca sobre a questão de como ter acesso às cirurgias do processo transexualizador, tanto pelo SUS quanto por serviços de saúde suplementar, sejam eles seguros, convênios ou planos de saúde.

E ela frisa:

— Os direitos negados são constitucionais, como Direito à Dignidade da Pessoa Humana (art. 1º, III), Direito à Vida (art. 5º) e Direito à Saúde (art. 196º), todos da Constituição Federal de 1988.

Quem pode recorre à rede privada

Frederico* teve o chamado "nome morto" colocado como "apelido" na carteirinha do SUS

PATRICK RODRIGUES

A rede privada é alternativa para as pessoas trans com condições de bancar os custos das cirurgias transexualizadoras. A clínica de Blumenau, por onde já passaram a atriz Glamour Garcia e a modelo Thalita Zampirolli, atende exclusivamente pacientes à procura de redesignação de sexo, harmonização facial e corporal. A unidade encontrou uma demanda reprimida tão alta que, segundo o médico e empresário José Carlos Martins, hoje é a principal do Brasil em número de atendimentos, com muitos pacientes vindos da Europa e Estados Unidos.

Foram essas credenciais que fizeram Mayra Paschuini percorrer aproximadamente 2,3 mil quilômetros para fazer a redesignação sexual em Santa Catarina. Moradora de Rondônia, no Norte do Brasil, ela começou a se estranhar no corpo masculino ao entrar na escola e ser alvo de piadas dos colegas por causa da forma como andava. Com o tempo, o comportamento e as preferências também deixavam evidente que a professora não se identificava com o próprio corpo. De família humilde, ela fez duas faculdades, passou em um concurso público e só depois de conseguir estabilidade financeira começou o processo de transição, aos 27 anos.

Mayra acreditava na época que só conseguiria fazer as cirurgias no exterior, até descobrir a clínica em Blumenau. Em Santa Catarina, realizou harmonização facial e prótese mamária particular, desembolsando cerca de R$ 80 mil. Era um passo importante, mas não era tudo. A educadora precisava da redesignação sexual, porém não tinha mais condições de bancar os custos envolvidos no procedimento. Foi quando decidiu acionar o plano de saúde. Depois de quase um ano de tratativas, veio a autorização e mais uma cirurgia em SC.

— O orçamento era R$ 70 mil, com procedimento, hospedagem, passagens aéreas. Eu não teria condições para arcar com esses custos todos — conta.

No fim do ano passado, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, de forma inédita e por unanimidade, que as operadoras de planos de saúde têm a obrigação de custear as cirurgias de transgenitalização e de plástica mamária com implantação de próteses para mulheres trans. Na decisão, a relatora Nancy Andrighi refutou o argumento de uma empresa de plano de saúde de que não iria pagar por ser um procedimento experimental. Ela frisou que por estar no rol do SUS, há evidências científicas que corroboram a eficácia do procedimento.

A ministra também ressaltou que a prótese mamária não é estética.

"Muito antes de melhorar a aparência, visa, no processo transexualizador, a afirmação do próprio gênero, incluída no conceito de saúde integral do ser humano, enquanto medida de prevenção ao adoecimento decorrente do sofrimento causado pela incongruência de gênero, pelo preconceito e pelo estigma social vivido por quem experiencia a inadequação de um corpo masculino à sua identidade feminina", escreveu a ministra.

A decisão do Superior Tribunal de Justiça repercutiu rapidamente e fez disparar a procura na clínica de Blumenau. O médico José Carlos Martins conta que precisou abrir um setor específico para dar conta da demanda de pacientes com convênios. A agenda da clínica mostra três cirurgias genitais agendadas por semana até o segundo semestre e a expectativa é de que chegue a cinco semanais até o último trimestre de 2024.

— Os planos de saúde estão entendendo que é melhor fazer o procedimento do que partir para uma ação judicial e ainda correr o risco de ter que pagar danos morais ao paciente pela demora em atender ao pedido. É preciso que as empresas prestadoras de serviços em saúde entendam que não é estética, é integração social, qualidade de vida — destaca.

Ter plano de saúde afastou Mayra do abismo da fila de espera do SUS.

— Foi um divisor de águas a redesignação sexual, é algo inexplicável. As outras cirurgias foram importantes, mas aquela era a principal. Quando acordei da cirurgia e a anestesia foi passando, eu pensei: pronto, agora sou 100% eu. Uma nova pessoa. Tudo muda — relembra.

>> SEGUE >>

Falta de hospitais habilitados cria gargalo

"O fato de ter poucos serviços disponíveis acaba amarrando a possibilidade de um número maior de pessoas serem atendidas.

RODRIGO MORETTI-PIRES, coordenador do Núcleo de Estudos de Gênero da UFSC

O cirurgião José Carlos Martins cita pesquisas apontando que de 3% a 5% das pessoas trans têm interesse e indicação para redesignação sexual. Esse número se reflete nos procedimentos mais procurados na clínica dele: em primeiro e segundo lugar estão as cirurgias de feminilização facial e corporal. Das 650 cirurgias do processo transexualizador feitas desde nos últimos nove anos, apenas 187 foram genitais.

Ainda assim, há um abismo se comparado ao número de pacientes de SC que fizeram a readequação genital pelo SUS: apenas cinco nos últimos 15 anos. Uma em 2019, uma em 2022 e três em 2023. Nesse ano, até março, não houve nenhuma. Os dados são do Ministério da Saúde.

O Hospital de Clínicas do Rio Grande do Sul foi o local onde esses pacientes catarinenses passaram pelas cirurgias após o encaminhamento do governo de SC. A unidade é pioneira em cirurgias de modificação corporal em pessoas trans e começou a fazer os procedimentos em 1998, com o apoio financeiro do governo gaúcho. Um ano antes, partiu de lá a ação civil pública que levou o governo federal a incluir os procedimentos no SUS uma década mais tarde, com regulamentação em 2013. Coordenadora do Programa de Identidade de Gênero (Protig) do RS, a médica Maria Inês Lobato aponta a falta de hospitais habilitados como um dos gargalos no sistema público de saúde, agravado pela pandemia.

— Fazemos duas cirurgias dessas por mês. Uma masculina e outra feminina.

Longe de ter o cenário ideal, na visão de Maria Inês, o hospital gaúcho recebe não só pacientes de SC, mas também de outras regiões do Brasil. As visitas rotineiras desses pacientes à unidade, para o acompanhamento de dois anos exigido pelo protocolo, são custeadas pelos estados de origem. Atualmente são 48 homens e 79 mulheres nesse processo, dos quais 33 cumpriram todas as etapas e aguardam pela cirurgia. Na prática, considerando o volume de operações mensais, significa que a espera pode variar de dois a três anos no Hospital de Clínicas.

A coordenadora conta que todo mês chegam mais pacientes e o hospital não tem gerência sobre a fila, pois é uma negociação entre secretarias estaduais de saúde. O cenário ideal está na ampliação no número de hospitais prestando o serviço. No país inteiro são apenas 10, segundo relação informada pelo Ministério da Saúde. Além disso, não há exigência da quantidade mínima de procedimentos mensais.

O coordenador do Núcleo de Estudos em Gênero e Saúde da UFSC, Rodrigo Otávio Moretti-Pires, é enfático: é preciso de mais equipes credenciadas e mais dinheiro disponibilizado pelo governo federal para custear esses procedimentos. Ele frisa também que para conseguir essa habilitação, é necessário uma equipe muito grande, o que torna o processo complexo.

— O fato de ter poucos serviços disponíveis acaba amarrando a possibilidade de um número maior de pessoas atendidas. Além disso, é preciso de financiamentos específicos do governo federal, que consigam dar vazão para esse tipo de atendimento.

Atualmente, uma comissão se debruça sobre a revisão do processo transexualizador no Brasil para "aprimoramento dos fluxos assistenciais, a ampliação e qualificação da rede de cuidados e a melhoria do processo decisório no âmbito das diferentes experiências relativas à transexualidade e travestilidade desenvolvidas nos serviços de saúde no território brasileiro". A expectativa é de que as alterações tornem os serviços mais acessíveis e, por consequência, menos demorados, pelo menos para aqueles considerados menos complexos, cita o médico coordenador do Ambulatório Trans de Florianópolis, Marcello Lucena.

No dia a dia no ambulatório, Lucena, homem trans, percebe que praticamente metade dos pacientes tem desejo e indicação para cirurgia de redesignação sexual. Muitos não dão entrada nos papéis desestimulados pelo tempo na fila. De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transsexuais, essa fila pode se arrastar por 10 anos. De acordo com o governo federal, não há no momento nenhum serviço hospitalar em fase de habilitação em SC.

Esse cenário leva pacientes à Justiça, para exigir a realização do procedimento, custeado pelo governo. A defensora pública Ana Paula Berlatto Fão Fischer diz que a compra de vagas na rede privada não é o melhor caminho, é preciso de uma alternativa definitiva e efetiva para a questão. Mas enquanto isso não ocorre, cita que a instituição está pronta para prestar apoio jurídico.

O governo de SC nega omissão e cita que os hospitais credenciados no Brasil "não têm disponibilizado vagas para o Estado, em virtude da elevada demanda registrada por seus próprios pacientes". Em nota, diz ainda que "busca alternativas de pactuação com outros Estados, havendo uma reunião agendada com os técnicos de Goiás".

**Nomes alterados pela reportagem a pedido dos entrevistados*

AFIRMAÇÃO DE GÊNERO: AS CIRURGIAS COBERTAS PELO SUS E COMO ACESSÁ-LAS

As portarias 2.803, de novembro de 2013, 1.370, de junho de 2019 e 3.006, de janeiro de 2024, todas do Ministério da Saúde, preveem as cirurgias do processo transexualizador com cobertura pelo SUS. Para acessá-las, a pessoa precisa atender a requisitos como ter mais de 21 anos e ter recebido acompanhamento multidisciplinar por pelo menos dois anos.
A hormonioterapia, um processo medicamentoso, é oferecida a partir dos 18 anos.
O primeiro passo é procurar o posto de saúde ou ambulatório trans mais perto de casa. Lá, o paciente deve ser encaminhado para acompanhamento multidisciplinar mensal por dois anos. No caso de Santa Catarina, como nenhum hospital faz as cirurgias pelo SUS, é preciso solicitar o Tratamento Fora do Domicílio (TFD), serviço ligado ao governo do Estado. Com todos os documentos preenchidos, é aguardar ser chamado.

- Redesignação sexual no sexo masculino - Consiste na remoção de testículos e pênis para construção de uma neovagina, esteticamente semelhante à vagina de uma mulher cisgênero.
- Neofaloplastia em homens trans - consiste na construção de neofalo, simular a um pênis, a partir de retalho de pele e subcutâneo com inclusão de prótese peniana e testicular.
- Tireoplastia - Consiste na redução do Pomo de Adão com objetivo de deixar a voz mais feminina.
- Mastectomia masculinizadora – Consiste na remoção das mamas com reposicionamento das aréolas.
- Mamoplastia de aumento - Consiste na reconstrução da mama com implante de prótese de silicone.
- Histerectomia – Consiste na remoção do útero e dos ovários.
- Vaginectomia e metoidioplastia – Consiste em remover toda a vagina ou parte dela. Já a metoidioplastia é um tratamento hormonal com testosterona para fazer com que o clitóris cresça e se aproxime à forma de um pênis.
- Cirurgias complementares de redesignação sexual - Consistem em procedimentos complementares como, por exemplo, correções complementares dos grandes lábios, pequenos lábios e clitóris.

BNDES CRIARÁ FUNDO PARA PRESERVAÇÃO DE CORAIS

Área que pode ser beneficiada por projetos de empresas privadas, organismos internacionais e governos estaduais vai do Maranhão ao Espírito Santo

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) iniciou na última quarta-feira (10) uma chamada permanente para projetos de preservação de corais, no valor mínimo de R$ 60 milhões. Na prática, a iniciativa significa que o banco disponibilizará R$ 30 milhões para projetos de monitoramento, preservação e reparação de corais e R$ 30 milhões para captação pelos projetos por meio de fundações ligadas a empresas privadas, organismos internacionais e governos estaduais.

Os recursos do BNDES não serão reembolsáveis, ou seja, não se trata de empréstimo. Ao lançar a chamada, o presidente do banco, Aloizio Mercadante, ressaltou a importância do ecossistema para o meio ambiente e para a economia, incluindo o turismo.

— Os corais são um condomínio da vida marinha muito decisivo. Uma em cada quatro formas de vida nos oceanos, em algum momento, passa pelos corais, e eles estão fortemente sendo agredidos e ameaçados. Precisamos reagir a isso — justificou Mercadante.

O BNDES apresentou dados que mensuram os reflexos econômicos da preservação de corais. Segundo o estudo Oceano sem Mistérios, ligado à Fundação Grupo Boticário, para cada quilômetro quadrado de recife preservado, são economizados cerca de R$ 940 milhões em investimento para proteção da costa e R$ 62 milhões são gerados com turismo. No Brasil, isso representa R$ 7 bilhões com turismo de corais.

BRANQUEAMENTO É SINAL DE PREOCUPAÇÃO

Os corais são animais invertebrados marinhos capazes de se alimentar sozinhos. Mas grande parte da dieta é obtida por meio de simbiose — uma relação mutuamente benéfica — com algas. Agrupadas, as espécies de corais formam os recifes. Pesquisadores têm chamado atenção para o fenômeno global do branqueamento de corais, em parte causado pela elevação da temperatura no oceano, o que prejudica a saúde do ecossistema.

A secretária nacional de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Ana Prates, ressaltou que o mundo está passando pelo quarto maior evento de branqueamento já registrado.

— Nossas águas estão muito aquecidas, e os corais estão morrendo. Antes tarde do que nunca, é muito necessário desenvolver ações de proteção. Ainda há tempo — destacou Prates, lembrando que o Brasil tem os únicos recifes de corais do Atlântico Sul — isso nos confere uma responsabilidade muito grande de olhar para esses ambientes e cuidar deles, porque eles cuidam de nós.

FERNANDO FRAZÃO, AGÊNCIA BRASIL

Costa dos Corais, em Pernambuco, é uma das áreas de preservação dentro do escopo do novo fundo

Segundo a secretária, os recifes de corais representam para os oceanos o que as florestas tropicais representam para os continentes:

— São a área mais biodiversa dos oceanos e, ao mesmo tempo, têm funcionado para a gente como o canarinho na mina, aquele que é o primeiro a morrer quando acontece alguma coisa

O "canário da mina" é uma referência a uma prática do passado, em que o pássaro tinha a função de agir no monitoramento da presença de gases tóxicos em minas de carvão.

PROJETOS PODEM SER INSCRITOS ATÉ JUNHO

A chamada do BNDES ficará aberta até 30 de junho. Nesse período, o banco receberá propostas que promovam melhoramento da qualidade da água das bacias; combate à pesca predatória pela geração de renda alternativa; ordenamento do turismo comunitário ligados a corais e combate a espécies exóticas que degradam os corais, além de mapeamento, monitoramento, manutenção e recomposição de corais.

As propostas devem estar incluídas em uma extensão de 3 mil quilômetros de costa, do Espírito Santo ao Maranhão, região que mais concentra os corais no país. Os projetos devem ser dirigidos para corais rasos (aqueles mais visíveis, que atraem turistas às praiais) entre Bahia e Ceará, e para os dois grandes bancos de corais do país, no Parque Estadual Marinho Manuel Luís, no Maranhão, e em Abrolhos, na Bahia e no Espírito Santo.

O valor mínimo por projeto é R$ 5 milhões, sendo metade aportada pelo BNDES e metade por outros proponentes. Os executores devem ser entidades privadas sem fins lucrativos, que podem atuar em rede ou individualmente. É preciso que tenham experiência na implantação e operação de projetos similares.

A iniciativa lançada nesta quarta-feira faz parte do programa BNDES Azul. Outra ponta do programa, lançada em 2023, foi direcionada à preservação de manguezais. Foi uma chamada pública de R$ 50 milhões, que envolve oito áreas de mangues ao longo da costa brasileira.

UM **TIKTOK** PARA O CONHECIMENTO

Professora doutora de Santa Catarina supera dancinhas e memes e viraliza na internet com conteúdo científico em formato de vídeos curtos

SABRINA QUARINIRI
sabrina.quariniri@nsc.com.br

Uma cientista catarinense deixou de dar aulas na universidade para dedicar-se à produção de conteúdo para o TikTok. Isso porque, para Ana Elisa Gonçalves, publicar vídeos na plataforma estava rendendo mais dinheiro do que o salário que ganhava como professora universitária. Atualmente, o canal @alemdafarmacologia tem cerca de 350 mil seguidores, com vídeos que viralizam entre estudantes, profissionais da saúde e população em geral.

Nascida e criada em Itajaí, Ana Elisa é formada em Farmácia e tem mestrado e doutorado em Ciências Farmacêuticas, além de já ter trabalhado com pesquisa científica. Ela conta que logo após defender a tese de doutorado, começou a lecionar em faculdade e, neste meio-tempo, foi incentivada por alunos a publicar as aulas na internet. No começo, diz que não conhecia direito o TikTok e tinha até um certo preconceito com a plataforma.

— Eu achava que era só dancinhas e memes, aquela coisa. Mas aí eu falei: "não, beleza, vou testar". E deu super certo, mas tão certo, que eu larguei a faculdade agora. Não estou mais dando aula na universidade e estou me dedicando 100% ao digital — destaca.

Ela destaca que há muitos "charlatões" na internet que, para vender um produto ou até mesmo viralizar, acabam passando informações falsas sobre a funcionalidade de medicamentos. Seu papel é, baseada na ciência, informar sobre assuntos que estão em alta por meio de vídeos curtos.

A cientista está há cerca de um ano e meio na rede social e diz que sua fonte de renda principal, na atualidade, é um curso on-line que vende e funciona como uma espécie de extensão do conteúdo aplicado na universidade. Mesmo que o TikTok continue sendo rentável financeiramente, Ana Elisa trata a plataforma como uma espécie de vitrine para o curso que oferece, onde se apresenta, mostra o trabalho e cria autoridade no assunto. Se antes tinha de 40 a 50 alunos em sala de aula, agora, tem mais de mil pela internet.

— Lá eu ensino sobre farmacologia, que é uma disciplina que tem em todas as áreas da saúde e que explica como os medicamentos funcionam. É algo essencial e necessário porque, por mais que as pessoas achem que se aprende tudo na faculdade, isso não é tão verdade. Na faculdade eu via o quanto era deficitário o conhecimento das pessoas que estavam atuando na saúde. E eu pensei: "bom, eu acho que eu tenho algo para compartilhar" — relata.

DESENHOS PARA EXPLICAR ASSUNTOS COMPLICADOS

Ana Elisa conta que, para entrar e se fortalecer na internet, principalmente em uma plataforma voltada para o público jovem, precisou adaptar uma linguagem técnica para algo mais didático. A simplificação, no entanto, não está no termos utilizados, já que continua falando de células, moléculas e neurotransmissores, mas está na forma de aplicação do conteúdo: enquanto explica, utiliza uma canetinha para fazer desenhos exemplificando o mecanismo citado naquele contexto.

O desenho, inclusive, é uma de suas marcas e, para ela, ajuda a transformar um assunto complicado em algo fácil de entender. A metodologia, segundo a professora, é um sucesso, já que contempla desde estudantes e especialistas a pessoas leigas no tema.

— Nunca fiz um meme, uma dancinha, nem nada assim. Então é conteúdo técnico que se torna simples de entender justamente porque estou desenhando. Faço uma linha de raciocínio que a pessoa consegue acompanhar — explica.

— E eu recebo mensagens assim: "Nossa, eu aprendi num vídeo de dois minutos o que não aprendi na faculdade inteira. Às vezes eu até comento: "Quem diria, né, TikTok?" — complementa.

Ela diz que os acessos foram crescendo organicamente e que tem acesso de pessoas de todas as idades e todos os perfis. A cientista menciona que quando começou tinha receio de fazer vídeos muito longos e não ser bem aceita pelo público. Mas reforça que a plataforma em si criou uma cultura educacional, que hoje vê com bons olhos.

Ana Elisa deixou de dar aulas em universidade para se dedicar à carreira no mundo digital

Hub de mulheres na ciência no aplicativo

Um dos incentivos do TikTok para disseminação de informação, inclusive, foi a criação de um hub de conteúdo exclusivo com criadoras cientistas que promovem uma série de lives e eventos. Para além de informar, o intuito é incentivar meninas e mulheres a participarem de atividades de ciências e pesquisa.

Ana Elisa descreve que o espaço reúne uma seleção de vozes femininas da comunidade científica que criam conteúdo de diversas temáticas: de curiosidades da ciência e dicas profissionais até as dores e prazeres de ser uma mulher cientista no Brasil. Ao ser convidada para fazer parte do grupo, sentiu-se valorizada.

— Eu não imaginava ter essa visibilidade, e que uma plataforma como TikTok desse valor pra isso. Acho que eles têm um objetivo maior de realmente valorizar e potencializar as mulheres na ciência como criadoras de conteúdo — diz.

Quando começou, Ana Elisa teve apoio financeiro e emocional da família, mas reconhece que nem todas as realidades são iguais. Com base nos comentários que recebe, acredita que sua história serve de inspiração para muitas meninas e que isso "não tem preço".

— Quando eu mostro o que eu tenho feito e o que é possível fazer, eu quebro um muro de limitações que as pessoas têm de só ser professor universitária ou só fazer pesquisa, só ficar no laboratório e às vezes não ser valorizado. Eu abro um leque de possibilidades. E também vejo que compartilhar o meu conhecimento com a sociedade é um dever, uma entrega de tudo que recebi e dos privilégios que tive — salienta.

Acesse outros conteúdos em **nsctotal.com.br**

13/ABR
SÁBADO 19H

Parque Vila Germânica
BLUMENAU-SC

REALIZAÇÃO Vidigal! produções

PL E PSD **LIDERAM FILIAÇÕES** EM MAIORES CIDADES DE SC

Prazo para troca de partidos de vereadores que desejam concorrer à reeleição sem risco de perda de mandato terminou no dia 5 de abril

JEAN LAURINDO
jean.laurindo@nsc.com.br

O PL e o PSD lideraram a lista de partidos que mais filiaram vereadores nas principais cidades de Santa Catarina. As duas legendas, que têm feito movimentações intensas de olho nas eleições municipais de 2024, receberam em seus quadros 10 parlamentares com mandato nas cinco maiores cidades catarinenses, e registraram apenas uma desfiliação cada.

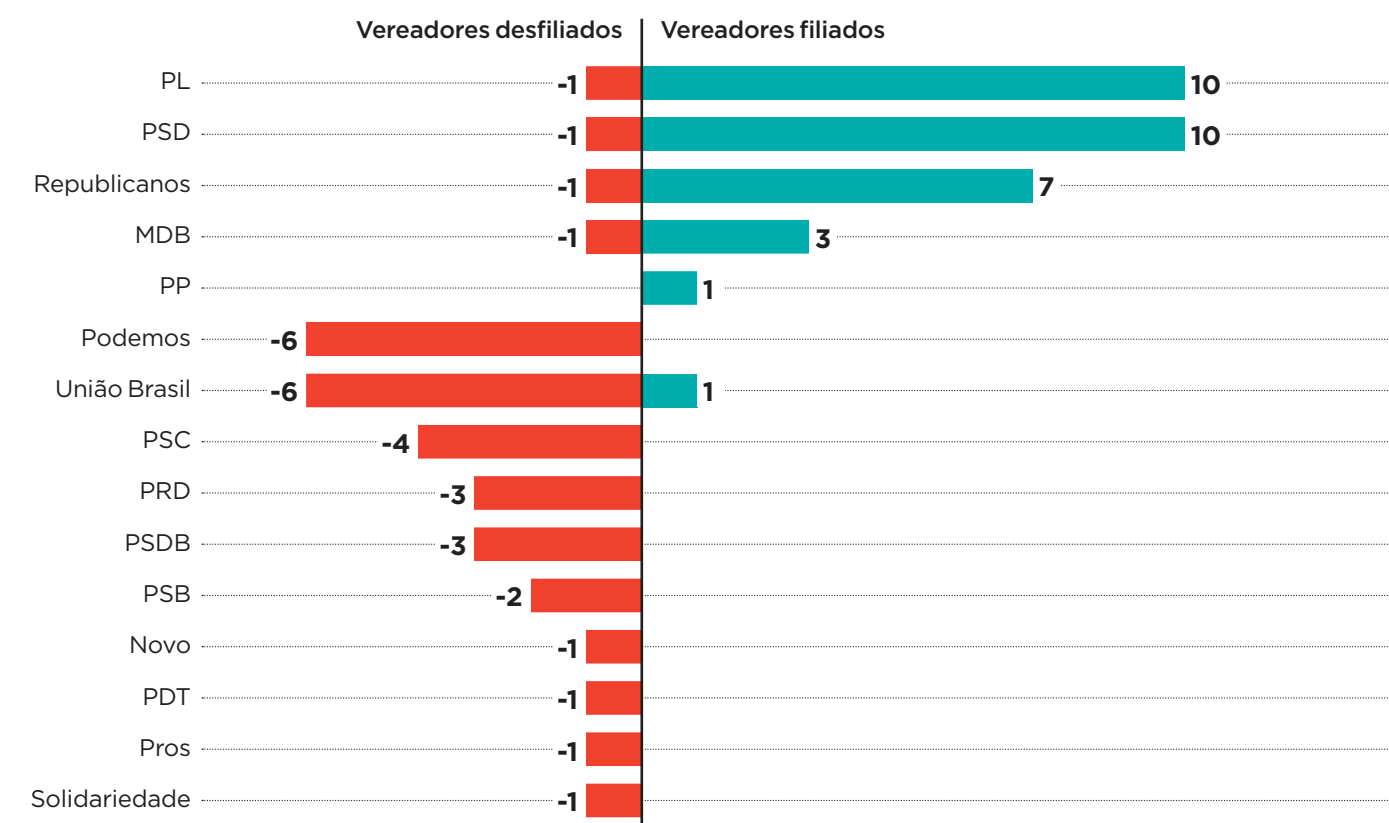
O saldo do PL e do PSD foi de nove parlamentares a mais nessas cidades. Em contrapartida, legendas como Podemos e União Brasil tiveram as maiores baixas, com seis vereadores desfiliados, cada um nas cinco maiores cidades de Santa Catarina. A janela para desfiliação e troca de partidos de vereadores sem risco de perda do cargo terminou na última sexta-feira (5).

O PL, liderado pelo governador Jorginho Mello, teve o maior avanço em Florianópolis, onde filiou quatro vereadores: Gabriel Meurer, o Gabrielzinho (ex-Podemos), Gilberto Pinheiro, o Gemada (também ex-Podemos), João Bericó (ex-União Brasil) e Manu Vieira, que deixou o Novo. Apenas um parlamentar deixou o PL: Bruno Becker, que assumiu o cargo em março deste ano após a cassação de Maikon Costa, e agora migrou para o PSD. Com as movimentações, o PL passou a ter a maior bancada da Câmara de Florianópolis, ao lado do PSD do prefeito Topázio Neto.

O PSD conquistou o reforço de três novos vereadores em Florianópolis. Além de Bruno Becker, chegaram ao partido Pri Fernandes e Gui Pereira (ex-Podemos). A legenda também teve filiação de parlamentares nas outras quatro cidades mais populosas do Estado: Joinville, Blumenau, São José e Itajaí, fechando o total de 10 filiações nas cinco cidades analisadas.

Quem também se destacou nas principais cidades catarinenses foi o Republicanos, com sete vereadores filiados na reta final da janela partidária. Só em Itajaí foram quatro parlamentares que ingressaram nos quadros: Chris Stuart e Marcelo Werner (ambos ex-PSC), Beto Cunha, que deixou o PSDB, e Adriano Klawa (ex-União Brasil).

QUEM GANHOU E QUEM PERDEU VEREADORES

Saldo de filiações e desfiliações de vereadores nas cinco maiores cidades de SC, Joinville, Florianópolis, Blumenau, São José e Itajaí:

VEREADORES QUE TROCARAM DE PARTIDO NAS PRINCIPAIS CIDADES DE SC

FLORIANÓPOLIS
Gabriel Meurer, o Gabrielzinho (Podemos – PL)
Gilberto Pinheiro, o Gemada (Podemos – PL)
João Bericó (União Brasil – PL)
Manu Vieira (Novo – PL)
Bruno Becker (PL – PSD)
Pri Fernandes Adote (Podemos – PSD)
Gui Pereira (Podemos – PSD)
Jeferson Backer (PSDB – MDB)
João Cobalchini (União Brasil – MDB)
João Luiz (PSC – Republicanos)

JOINVILLE
Wilian Tonezi (PRD – PL)
Brandel Júnior (Podemos – PL)
Casiano Ucker (União Brasil – PL)
Diego Machado (PSDB – PSD)
Nado (Pros – PSD)
Lucas Souza (PDT – Republicanos)

BLUMENAU
Carlos Wagner (União Brasil – PSD)
Gilson de Souza (PRD – União Brasil)
Marcelo Lanzarin (Podemos – PP)

SÃO JOSÉ
Alexandre Cidade (MDB - PL)
Jandir da Rosa (Podemos - PL)
Rodrigo de Andrade (PSD – PL)
Mauro Henrique da Silva, Mauro Fiscal (PRD - Republicanos)
Romeu José Vieira (União Brasil - PSD)
Toninho da Educação, Antônio Carlos da Silveira Jr (PSB - MDB)

ITAJAÍ
Adriano Klawa (União Brasil – Republicanos)
Beto Cunha (PSDB – Republicanos)
Chris Stuart (PSC – Republicanos)
Marcelo Werner (PSC – Republicanos)
Odivan Linhares Mamão (PSB – PSD)
Osmar Teixeira (Solidariedade – PSD)
Otto Quintino Júnior (Republicanos – PSD)

SC TEM 20 SUPERMERCADOS ENTRE OS **MAIORES DO BRASIL**

Novo ranking nacional coloca empresas e grupos de SC entre as 200 maiores do Brasil, com faturamento conjunto de quase R$ 40 bilhões em 2023

PEDRO MACHADO
pedro.machado@nsc.com.br

Vinte das 200 maiores redes de supermercados do Brasil são de Santa Catarina. Isso é o que revela o mais novo ranking da Abras, associação nacional do setor, divulgado na noite de segunda-feira (8) durante o Smart Market 2024, encontro em São Paulo que reúne lideranças do varejo alimentar de todo o Brasil. O levantamento, anual, considera o faturamento bruto registrado pelas empresas em 2023.

Este grupo de representantes catarinenses faturou R$ 39,2 bilhões no último ano, conforme a pesquisa. O principal destaque foi o Koch, dono das bandeiras Koch e Komprão, que ganhou três posições e pela primeira vez aparece no top 10 do ranking — justamente na 10ª posição, com vendas de cerca de R$ 8 bilhões. O levantamento ainda conta com outros gigantes do setor, como o Grupo Pereira, que manteve a sétima colocação geral (embora tenha sede em São Paulo, a empresa nasceu em Itajaí na década de 1960). Marcas de peso, como Giassi, Angeloni e Mundial Mix (dono das bandeiras Imperatriz e Brasil Atacadista), perderam posições no ranking.

Além do Grupo Pereira e do Koch, o top 10 nacional ainda tem, nesta ordem de faturamento, Carrefour (R$ 115,4 bilhões), Assaí Atacadista (R$ 72,7 bilhões), Grupo Mateus (R$ 30,2 bilhões), Grupo Pão de Açúcar (R$ 20,6 bilhões), Supermercados BH (R$ 17 bilhões), Super Muffato (R$ 15,6 bilhões), Cencosud (R$ 11,1 bilhões) e Supermercados Mart Minas (R$ 9,4 bilhões).

Um nome que pode parecer fazer falta na lista é o da Cooper, que tem 20 lojas espalhadas pelo Vale do Itajaí e Norte catarinense e faturou R$ 1,5 bilhão em 2023. A rede, no entanto, enquadra-se como cooperativa de consumo e, portanto, não é oficialmente um grupo supermercadista. Logo, não foi considerada na pesquisa.

Acesse outros conteúdos em **nsctotal.com.br**

JEFFERSON **SAAVEDRA**

nsctotal.com.br/saavedra
jefferson.saavedra@nsc.com.br
(47) 3419-2146

Ampliação de acessos aos **portos da Babitonga** custará R$ 1,3 bi

O pacote de investimentos necessários para ampliar a capacidade de acessos e a competitividade dos portos da baía da Babitonga tem estimativa de valor próximo a R$ 1,3 bilhão, entre as obras exclusivas para o complexo portuário e as intervenções de impactos mais amplos. O conjunto está elencado na Agenda da Infraestrutura da Fiesc 2024. Na nona versão, o documento traz a lista de obras necessárias em transporte e logística em Santa Catarina. Na relação, há obras em andamento, em preparação ou necessárias no longo prazo.

As três principais obras para melhoria nos acessos dos portos da Babitonga são o aprofundamento do canal externo, a duplicação da BR-280 e o contorno ferroviário. A dragagem do canal atende aos portos de São Francisco do Sul e Itapoá, permitindo a passagem de navios cargueiros de maior porte. O governo do Estado está buscando fonte para os R$ 300 milhões necessários — uma das possibilidades é a concessão à iniciativa privada, a ser remunerada com tarifas. O aprofundamento do canal interno, também previsto na Agenda da Infraestrutura, está estimado em R$ 78,4 milhões.

O contorno ferroviário, com custo estimado em R$ 350 milhões, é para movimentação de cargas nos portos de São Francisco do Sul. As obras pararam em 2011 para revisão do projeto. O edital para a retomada chegou a ser lançado no ano passado, mas foi revogado para alterações. A duplicação da BR-280, de acesso rodoviário aos terminais portuários de São Francisco, está parada desde 2022 no lote 1, para revisão. O trecho paralisado fica entre Araquari e São Francisco e não há estimativa de quando os trabalhos voltam.

DIVULGAÇÃO

NAVIO CARGUEIRO COM LARGURA RECORDE NO PORTO ITAPOÁ

O Porto Itapoá recebeu neste mês o navio com maior largura desde o início das operações, com 51 metros de "largura de boca". A manobra inédita servirá como base para eventual homologação de novo patamar de tamanho de embarcações no acesso aos terminais portuários. Em outra iniciativa, o governo do Estado busca recursos para o aprofundamento do canal externo de acesso da baía da Babitonga.

MAIS OBRAS

Além da duplicação da rodovia federal, há obras previstas para o acesso direto aos portos de São Francisco, como o acesso rodoferroviário, com custo de quase R$ 25 milhões. Ainda entre as obras com impacto nos terminais portuários da Babitonga, o documento da Fiesc lista as duplicações das SCs 416 e 417, em Itapoá. O investimento solicitado na ampliação das duas rodovias estaduais passa de R$ 200 milhões. Também há pedido de ampliação de estrada municipal de acesso ao porto.

IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A Águas de Joinville quer mais informações sobre os impactos das mudanças climáticas. Em manifestação de interesse, aberta nesta semana, para contratação de consultoria, a companhia municipal de saneamento busca estudos sobre a disponibilidade de água das bacias dos rios Cubatão e Piraí, onde estão instaladas as atuais estações de tratamento da cidade e onde será construída a terceira unidade, a partir de 2025. O diagnóstico terá de levar em conta a série histórica da oferta hídrica e o que deve ser feito para adaptação às mudanças climáticas. O estudo tratará também do plano de monitoramento da vazão de água.

PRESSÃO DA DENGUE

A epidemia de dengue provocou mais de mil atendimentos por dia no mês passado na rede pública de Joinville, em panorama que continuou na primeira semana de abril. Em março, foram 33,5 mil atendimentos por causa da doença em postos de saúde, unidades de pronto-atendimento, central de hidratação e hospitais do SUS, a maior parte formada por estabelecimentos municipais (uma pessoa pode ser atendida mais de uma vez dentro de um mês).

MAIS DE DEZ MIL CASOS

Os dados foram apresentados pela Secretaria de Saúde de Joinville na Câmara de Vereadores para demonstrar a sobrecarga no sistema de saúde. Em abril, até segunda-feira, já eram 10,7 mil atendimentos, uma média diária acima de 1,3 mil procedimentos. A dengue é a principal causa em 45% das internações na rede pública de saúde, incluindo leitos conveniados. Desde o início do ano, até quinta-feira, Joinville teve 17 mortes provocadas pela dengue, com 10,6 mil casos confirmados e mais de 30 mil em investigação.

ESTADO TEM LONGA FILA DE ESPERA **PARA CÃOS-GUIAS**

Com um animal treinado para cada 6,4 mil pessoas com deficiência visual, caminho para obter mais independência e autonomia exige paciência

JÚLIA VENÂNCIO
julia.venancio@nsc.com.br

MARIANA PASSUELLO
mariana.passuello@nsc.com.br

Santa Catarina tem 28 cães-guias para atender 180 mil pessoas com deficiência visual — o equivalente a um animal a cada 6,4 mil. Os dados são da União Nacional de Usuários de Cães-Guias (UNUCG). A baixa quantidade de animais treinados reflete em filas de espera por pessoas que buscam mais inclusão, autonomia e independência no dia a dia.

Após seis anos na fila de espera, Samuel Stumpf conseguiu adotar Capone, um cão-guia da raça labrador treinado para amparar uma pessoa que não enxerga. A dupla, que vive em Florianópolis, passou por anos de treinamento. Quando Capone foi dado ao tutor, uma nova jornada de aprendizado começou.

— Ele se tornou meu parceirão. A gente faz tracking, monta barraca, ele tá sempre comigo [...] traz mais autonomia, mais independência, mais liberdade — conta Samuel, que é consultor de acessibilidade e inclusão.

No país, apenas oito instituições são licenciadas para treinar e entregar cães-guias. Uma delas é a escola Helen Keller, em Balneário Camboriú. O local forma até seis cães por ano e possui fila de espera de 200 inscritos. Segundo a presidente da escola, Elis Busanello, o preço para preparar um animal especializado é de R$ 100 mil:

— O treinamento de uma escola gabaritada demanda dois anos. É um processo muito dedicado desde o cruzamento, nascimento e socialização. Depois tem o treinamento específico. Isso demanda custo e uma equipe técnica competente — explica.

Na expectativa por mais autonomia, Gustavo Nunes entrou na fila de espera da escola, que treina os cães e doa os animais. No aguardo desde 2023, ele ainda não tem previsão de quando vai receber o cão.

— Como eu sou deficiente visual recente, eu aprendi a andar de bengala, mas é uma segurança maior estar com o cão-guia. Vai mudar minha vida — conta.

Gustavo já imagina o que vai mudar na sua vida quando conseguir um cãozinho.

ARQUIVO PESSOAL

Morador de Florianópolis,Samuel Stumpf conseguiu adotar Capone, cão-guia da raça labrador treinado para amparar uma pessoa que não enxerga

— Eu pretendo ir morar sozinho por conta da autonomia. Minha expectativa é conseguir fazer tudo sozinho e não precisando de alguém do meu lado — pontua.

Recursos como as bengalas e cães-guias eliminam as barreiras que limitam as pessoas com deficiência. Mas para Jairo da Silva, vice-presidente da Associação Catarinense para Integração do Cego (ACIC), essa acessibilidade ainda não é fácil.

— É muita dificuldade de acessibilidade, às tecnologias assistivas de forma geral. Uma pessoa que não tem deficiência calça um sapato e vai. Nós não conseguimos sem uma tecnologia assistiva — explica.

A vida com o cão-guia significa companhia o tempo todo. Além do trabalho e da ajuda, cães como o Capone estão cheios de amor e carinho pra dar.

— Para mim é uma conexão e um entendimento de amor sendo aplicado a todo meu dia — revela Samuel Stumpf.

Acesse outros conteúdos em **nsctotal.com.br**

RÔGGA

CNPJ 08.486.781/0001-88 - NIRE 423.00033308
Sede: Rua Dona Francisca, 8300 Bloco Agora MOB, Salas 301 a 307 e 311 a 313 Bairro Industrial Norte, Joinville/SC

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação as Demonstrações Financeiras da Rôgga S/A Construtora e Incorporadora, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

No exercício a Companhia apresentou um volume de Lançamentos de 1,14 bilhões, um Valor Geral de Vendas Líquido de 1,03 bilhões (aumento de 30% se comparado ao mesmo período do ano anterior) e uma Receita Operacional Líquida de R$ 637,9 milhões (aumento de 66% se comparado ao mesmo período do ano anterior).

Ainda no exercício de 2023, cabe destacar que a Companhia registrou, Ebitda de R$ 129,6 milhões (aumento de 76% se comparado ao mesmo período do ano anterior), Lucro Líquido de R$ 89,3 milhões, Ativos Totais de R$ 922,3 milhões e volume de Landbank de R$ 7,45 bilhões em valor de vendas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de Reais)

ATIVO	2023	2022
CIRCULANTE	618.935	386.189
NÃO CIRCULANTE	303.384	233.754
TOTAL ATIVO	922.319	619.943
PASSIVO	2023	2022
CIRCULANTE	327.776	242.936
NÃO CIRCULANTE	399.543	266.356
PATRIMONIO LIQUIDO	195.000	110.651
TOTAL DO PASSIVO	922.319	619.943

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	637.975	384.054
Custo Incorrido das Vendas Realizadas	(394.105)	(241.917)
LUCRO BRUTO	243.870	142.137
Despesas Operacionais	(117.709)	(72.508)
LUCRO OPER ANTES RESULTADO FINANCEIRO	126.161	69.629
Resultado Financeiro	(21.507)	(11.703)
RESULTADO ANTES DO IR E CONT SOCIAL	104.654	57.926
Imposto de Renda e Contribuição Social	(15.380)	(9.282)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	89.274	48.644

A Diretoria
Vilson Buss
Diretor Presidente

Contador
Marcelo Paulo Vom Scheidt
CRC: 1-SC 022047/O-0

Conselho de Administração
Presidente - Ernesto Heinzelmann
Conselheiros - Erich Muschellack, Luana Siewert Pretto, Marcelo Hack, Sérgio H. Cançado de Andrade

EY Auditada em suas demonstrações contábeis pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S.

NOVO REITOR DA UDESC ASSUME COM **PLANOS PARA REDUZIR EVASÃO**

José Fernando Fragalli tomou posse na última quinta-feira (11), em Florianópolis, reafirmando o objetivo de fortalecer cursos existentes e criar novas opções para estudantes da instituição

LUCAS KOEHLER
lucas.koehler@nsc.com.br

UDESC, DIVULGAÇÃO

Novo reitor da Udesc, José Fernando Fragalli, e a vice-reitora Clerilei Aparecida Bier, terão mandato de quatro anos na universidade

O novo reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), José Fernando Fragalli, foi empossado no cargo na última quinta-feira (11), no auditório Antonieta de Barros, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), em Florianópolis. Em entrevista à CBN Joinville, o professor disse que vai focar na diminuição da evasão estudantil, valorização dos professores, gratuidade para estudar, além da vontade de ter novos cursos para a instituição.

Fragalli afirma que pretende fazer uma gestão diferente das anteriores, com foco principal na permanência estudantil na universidade, o que classificou como o "grande desafio" das faculdades brasileiras. Além disso, ele diz que a Udesc deve fazer uma campanha de fortalecimento aos cursos. Em Joinville, por exemplo, deve ser focado nos de engenharias.

— Uma das crises que passa o ensino superior é a engenharia. Muito provavelmente por causa do processo de desindustrialização pela qual sofre o país. Nós temos que apostar fortemente no fortalecimento dos cursos de engenharia, na renovação dos laboratórios, destacar a área de computação e a formação docente. Sem professores não há como a gente apostar no crescimento do país — analisa.

Para 2024, Fragalli diz que o orçamento da Udesc garante os trabalhos e manutenções necessárias da instituição. Possíveis expansões dependem de negociações com o governo estadual. O reitor afirma que vai destacar a gratuidade e qualidades da Udesc durante a gestão, apoiando questões de alimentação, auxílio-moradia e outros benefícios para os acadêmicos

— Destacar o caráter que nós somos uma universidade pública, de qualidade e gratuita. Somos a verdadeira universidade gratuita de Santa Catarina — expõe.

MAIS CURSOS NA MIRA DA UDESC

Novos cursos nos campus estão no desejo da Udesc. Conforme Fragalli, isso, inclusive, é sugerido pela direção-geral e departamentos. Ele diz ser favorável ao aumento de áreas de formação na universidade.

— As demandas nascem nos centros e não na reitoria. Óbvio que a gente não é contra a criação de cursos de todas as linhas, seja de humanas em Joinville ou de exatas Florianópolis. Mas há restrições orçamentárias que devem ser tratadas no tempo certo — finaliza.

QUEM É JOSÉ FERNANDO FRAGALLI

- José Fernando Fragalli é natural de São Carlos (SP) e tem bacharelado em Física e mestrado e doutorado em Física Básica pelo Instituto de Física de São Carlos (Ifsc), da Universidade de São Paulo (USP). Também é bacharel em Engenharia de Materiais pela Universidade Federal de São Carlos (Ufscar).
- É servidor da Udesc desde 1994, quando ingressou como docente efetivo no Departamento de Física do Centro de Ciências Tecnológicas (CCT), em Joinville. Já foi coordenador do curso de licenciatura (1995-1997), chefe de departamento (2010-2012 e 2014-2016) e diretor-geral da Udesc Joinville (2016-2020).
- Também foi representante docente do centro em órgãos colegiados da universidade, como: comissão do atual Estatuto da Udesc, entre 2004 e 2006; Conselho de Administração (Consad), de 2007 a 2009; Conselho Universitário (Consuni), entre 2011 e 2013 e entre 2020 e 2022; e Câmara de Administração e Planejamento (CAP), de 2021 a 2023. Além disso, foi membro nato do Consuni de 2016 a 2020 por ser diretor-geral.

Nós temos que apostar fortemente no fortalecimento dos cursos de engenharia, na renovação dos laboratórios, destacar a área de computação e a formação docente

JOSÉ FERNANDO FRAGALLI, reitor, Udesc

FERNANDA SILVA

Shih Tzu com filhotes e Chihuahua estão entre os cachorros resgatados de canil e disponíveis para adoção

CÃES DE RAÇA RESGATADOS TEM **FILA DE ADOÇÃO**

Recuperados de um canil clandestino em Joinville em março, animais estão sendo liberados pelo Centro de Bem-Estar Animal e tem mais de 2 mil interessados em serem seus donos

FERNANDA SILVA
fernanda.silva@nsc.com.br

Dos 221 cães de raça resgatados de um canil clandestino em Joinville no mês de março, apenas 20 já foram doados. Isso porque os animais ainda passam por tratamento veterinário e castração, portanto, serão liberados para os novos lares conforme alta veterinária. Candidatos a tutores é o que não falta. Segundo Elisabet Mendes de Souza, gerente do Centro de Bem-Estar Animal (CBEA), há mais de 2 mil interessados nos cachorros.

Até esta semana, por volta de 20 cães haviam sido entregues para novas famílias. A maioria deles são filhotes. Ao longo dos dias, conforme outras ninhadas forem desmamando ou os adultos forem recebendo alta, novas famílias serão chamadas para entrevista.

A adoção só é aprovada após a conversa com servidores do CBEA. É neste momento que alguns pontos são esclarecidos, por exemplo, a disponibilidade de gastos veterinários, já que muitos deles possuem problemas de saúde oriundos da própria raça ou, ainda, das condições de maus-tratos. Elisabet conta que algumas famílias que haviam se inscrito via ouvidoria foram chamadas e, durante a entrevista, abdicaram de levar um dos animais por conta dos gastos.

— A gente tem orientado nesse sentido para que a família não seja surpreendida com um custo que ela não consegue arcar. Inclusive, nós tivemos famílias que quando fizemos essa explicação, declinaram, disseram que não sabiam, então declinaram e aí a gente chamou o próximo da fila — cita a gerente.

APENAS FAMÍLIAS REGISTRADAS PODEM RETIRAR ANIMAIS

Conforme Elisabet, as famílias estão sendo chamadas por "ordem de chegada" na ouvidoria. Com mais de 2 mil interessados em duas semanas e poucos cães liberados para a adoção, apenas as famílias que registraram ouvidorias nos dois primeiros dias foram chamadas.

— Quando chegamos na marca de mais de 2 mil ouvidorias, nós tomamos uma medida: resposta padrão que está sendo enviada para os munícipes, agradecendo o interesse deles, mas que a gente encerraria as ouvidorias. A gente tem 2 mil pessoas interessadas para 200 animais, então estimamos que sejam mais que suficientes. Se a gente chegar lá nas 2 mil e não ter doado os 200 animais, a gente pode retomar essas ouvidorias — destaca Elisabet.

A gerente do CBEA destaca que os cães de raça não serão doados para pessoas que forem no local de forma espontânea. Como exemplo, Elisabet cita uma família que veio de Araquari até o local para adotar um dos animais de raça. Porém, como eles não foram chamados pela ouvidoria, o animal não foi liberado.

Entretanto, os servidores ofereceram os outros cães disponíveis para adoção no CBEA, para os quais não é necessário registrar interesse em ouvidoria. Porém, a família não aceitou e deixou o CBEA sem levar nenhum animal.

Além dos 200 cães de raça, o CBEA possui outros cachorros e gatos à disposição de novos tutores. Há animais para todos os tipos de família, desde os filhotes aos adultos, do porte pequeno ao grande, dos com pêlos mais curtos aos mais "peludões". Um destes cães é Jorge, que também foi vítima de maus-tratos. Ele é o cachorro que foi jogado de uma ponte, em Joinville, pela própria tutora. O animal foi resgatado, passou por tratamento e, agora, foi liberado para adoção.

Acesse outros conteúdos em **nsctotal.com.br**

DIRETOR DA BRASKEM ADMITE **CULPA DE EMPRESA** EM MACEIÓ

Marcelo Arantes assume responsabilidade em sessão da CPI que investiga afundamento de bairros na capital de Alagoas, mas desvia de perguntas de integrantes da Comissão

AGÊNCIA BRASIL

Primeiro representante da Braskem ouvido pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado que investiga a empresa, o diretor Marcelo Arantes reconheceu nesta quarta-feira (10) a culpa da empresa pelo afundamento de bairros da capital de Alagoas que causou o deslocamento de, ao menos, 40 mil pessoas.

— A Braskem tem a sua culpa nesse processo e nós assumimos a responsabilidade por isso — destacou o diretor da companhia — Não é à toa que todos os esforços da companhia têm sido colocados para reparar, mitigar e compensar todo o dano causado.

O relator da CPI, senador Rogério Carvalho (PT-SE), ressaltou que essa foi a primeira vez que um representante da Braskem assumiu a responsabilidade pelo que ocorreu em Maceió

— Isso é algo importante e foi dito pelo próprio representante da Braskem — reiterou.

Na maior parte do depoimento, entretanto, Arantes, diretor global de pessoas, comunicação, marketing e relações com a imprensa da petroquímica, não respondeu às perguntas feitas na sessão, se limitando a falar que desconhecia a informação.

De acordo com o relator da CPI, a Braskem tinha, no máximo, dez funcionários operando nas minas de sal-gema em Maceió. Além disso, não havia geólogos contratados, nem sondas para monitorar a estabilidade das minas antes de maio de 2019, quando o afundamento dos bairros foi confirmado como sendo consequência da mineração na região.

— Tais pontos sugerem um aumento do risco de instabilidade geológica por conta do fator humano, e uma conduta contrária ao que os manuais de geologia recomendam — destacou o relator.

O senador Rogério Carvalho questionou o representante da Braskem sobre a decisão de reduzir os investimentos previstos para as minas de Maceió — entre 2015 e 2017, a previsão era de 53 milhões de investimento, e foi investido um, informou — e sobre a denúncia de que a companhia desligava os pressurizadores da mineração durante a noite para economizar energia, aumentando o risco de instabilidade no solo. Porém, o diretor Marcelo Arantes não soube responder.

— Não é minha área de conhecimento técnico, então eu não tenho capacidade de responder — afirmou.

A falta de respostas também irritou o presidente da CPI, o senador Omar Aziz (PSD-AM).

— O senhor não é Diretor Global de Pessoas? Deve saber. O mínimo que o senhor tem que saber é quantas pessoas estavam trabalhando na mina. Se tecnicamente o senhor não pode nos responder, então nós estamos perdendo tempo aqui — destacou.

JOÉDSON ALVES, AGÊNCIA BRASIL, DIVULGAÇÃO

Mineradora é acusada de causar deslocamento de pelo menos 40 mil pessoas na capital do estado no Nordeste

ACORDO COM VÍTIMAS FORAM QUESTIONADOS

Outro destaque da sessão da CPI desta quarta-feira foram os acordos firmados entre a petroquímica e as vítimas que perderam suas casas em Maceió. Em depoimento na terça-feira (9), na Comissão, os representantes das vítimas denunciaram que elas foram obrigadas a vender os imóveis para Braskem por baixos valores e com baixas indenizações por danos morais. Disseram ainda que os Ministérios Públicos Federal e Estadual, assim como as defensorias, teriam atuado em favor da mineradora.

— Todos esses acordos precisam ser revistos à luz da Constituição, à luz do direito das vítimas. E a gente pede finalmente que o dano moral e que o dano material obedeça a critérios justos e que o estado pague uma empresa para mapear os verdadeiros danos, porque até hoje houve uma maquiagem dos danos — afirmou ontem Alexandre Sampaio, presidente da Associação dos Empreendedores e Vítimas da Mineração em Maceió.

O diretor da Braskem rebateu que os acordos foram firmados de forma voluntária e que as famílias tiveram apoio de advogado ou defensor público.

— Em nenhum momento a Braskem fez qualquer pessoa forçar a assinatura desse acordo. As propostas feitas tinham um tempo de reflexão — afirmou Arantes.

O senador Rogério Carvalho informou ainda que, no caso dos moradores do bairro Flexal, foram oferecidos, em parcela única, o valor de R$ 25 mil reais por residência. De acordo com o diretor da Braskem, ao longo dos últimos quatro anos, foram apresentadas mais de 19 mil propostas de acordo.

Acesse outros conteúdos em **nsctotal.com.br**

Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

CNPJ: 20.512.706/0001-40

Demonstrações financeiras e relatório do auditor independente - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Aos Acionistas,A Administração da Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A. ("Companhia"), em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Consolidadas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com os princípios do International Financial Reporting Standards ("IFRS") e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. Os resultados de 2023 incluem a consolidação das seguintes aquisições realizadas durante o exercício: (i) Cesumar – Centro de Ensino Superior deMaringá Ltda, concluída em maio de 2022, e (ii) Rede Enem - Rede Enem Serviços de Internet LTDA, concluída em setembro 2022. Somadas, essas aquisições totalizaram aproximadamente R$ 3,15 bilhões **Sobre a Vitru Brasil** A Vitru Brasil (Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.) é uma holding operacional e prestadora de serviços educacionais controlada pela VitruLimited ("Controladora"). Através da Vitru Brasil oferecemos nossos cursos de pós-graduação e detemos nossas subsidiárias: Sociedade Educacional Leonardo da Vinci Ltda. ("Uniasselvi"); Cesumar – Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda. ("Unicesumar"); Sociedade Educacional do Vale do Itapocu Ltda. ("Univinci"); FAIR Educacional Ltda. ("Fair"), FAC Educacional Ltda. ("Fac") e Rede Enem - Rede Enem Serviços de Internet LTDA ("Rede Enem"). Por meio de suas subsidiárias, a Vitru Brasil oferece um ecossistema pedagógico completo com foco em uma experiência híbrida de ensino a distância para alunos de graduação e educação continuada. Todo o conteúdo acadêmico é entregue em vários formatos (vídeos, eBooks, podcasts e html, entre outros) por meio de seu Ambiente Virtual de Aprendizagem proprietário, ou AVA. O modelo pedagógico também incorpora reuniões semanais presenciais organizadas por tutores dedicados, que são em sua maioria profissionais locais que trabalham na área disciplinar que ensinam. A Companhia acredita que esta experiência única de aprendizagem centrada no tutor, nos cursos oferecidos pela Uniasselvi, a diferencia, criando um forte senso de comunidade e pertencimento e contribuindo para maiores taxas de engajamento e retenção de sua base de alunos. Já a Unicesumar oferece aulas semanais online ao vivo, com foco na autonomia do aluno e na qualidade dos recursos educacionais. O curso é estruturado em módulos de 10 semanas. O aluno terá 4 módulos por ano, sendo que cada módulo contém de duas até 3 disciplinas. Oferece aulas online ao vivo, aulas conceituais gravadas e estudos de caso, testes presenciais aplicados em nossos polos, estudos online e atividades de conhecimentos gerais. Também oferecemos conteúdo educacional e suporte via internet e dispositivos móveis. As demonstrações de resultados da Companhia refletem três segmentos operacionais:

• Cursos de graduação EAD. O que diferencia o modelo EAD da Vitru Brasil é a qualidade superior e sua metodologia híbrida com aprendizado síncrono, que consiste em encontros semanais presenciais ou online com tutores para a Uniasselvi, e aulas online semanais para alunos da Unicesumar, além do benefício do ambiente virtual de aprendizagem, onde os alunos podem estudar onde e quando preferirem. O portfólio de cursos da Companhia é composto principalmente por pedagogia, administração de empresas, contabilidade, educação física, profissionalizante, engenharia e cursos relacionados à saúde.

• Cursos de graduação presenciais. A Vitru Brasil (através da Uniasselvi e Unicesumar) possui vários campi que oferecem cursos tradicionais de graduação presencial, incluindo medicina, engenharia, direito e cursos relacionados à saúde. Os alunos do campus experimentam um ecossistema de aprendizado completo, misturando teoria com aplicações práticas, bem como acesso a atividades esportivas e eventos culturais.

•Cursos de educaçãocontinuada. A Vitru Brasil (através da Uniasselvi e Unicesumar) oferece cursos de educação continuada e pós-graduação predominantemente em pedagogia, finanças e negócios, mas também em outras disciplinas como direito, engenharia, informática e cursos relacionados à saúde. Os cursos são oferecidos em três versões diferentes, compostas por (i) modelo híbrido, (ii) 100% online e (iii) presencial. Isso também inclui cursos técnicos

Mensagem da Administração Ao longo do ano passado nossa jornadafoi caracterizada por conquistas em áreas-chave de nossas operações estamos ansiosos para compartilhar o progresso que a Vitru fez no setor de educação digital no Brasil. Um elemento fundamental para o nosso sucesso neste ano foi a expansão da nossa base de alunos, que atingiu um crescimento de 15%, com 97,5% deles matriculados em cursos digitais. Este crescimento é uma prova do nosso empenho em tornar o ensino de qualidade mais acessível,ampliando a oferta de cursos e o fortalecimento de nossas marcas, Uniasselvi e UniCesumar, refletindo a confiança de nossos alunos em nossa capacidade de proporcionar uma experiência educacional transformadora. Vale destacar o aumento do ticket médio ao longo do ano, atingindo 9,9% na operação combinada para os cursos de Graduação Digital. Esse crescimento transparece o resultado da troca de boas práticas entre as marcas, além de consolidar a proposta de valor da nossa oferta acadêmica. Nossos esforços contínuos para melhorar a qualidade dos cursos e introduzir novos programas nos permitiram ajustar nossas estratégias de preços, contribuindo significativamente para o crescimento de nossa receita. Refletindo sobre as conquistas do ano, continuamos mais do que nunca empenhados em oferecer cursos digitais e de qualidade como forma de democratizar o acesso ao ensino superior no país. O mercado de educação digital no Brasil continua a oferecer grandes oportunidades de crescimento, impulsionado pelos avanços tecnológicos e pelo crescente reconhecimento da qualidade e flexibilidade da educação digital. Finalmente, em 2023 também lançamos o processo de migração de listagem da NASDAQ para a B3, no Brasil. Aguardamos com expetativa o futuro da B3. A Administração. **Investimentos** Em agosto de 2021, a Vitru Brasil celebrou umcontrato de compra com os acionistas da CESUMAR - Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda, ou "Unicesumar", para adquirir a totalidade do capital social da Unicesumar, no valor de R$ 3,15 bilhões. A transação foi realizada em 20 de maio de 2022 (datada transação), quando foi realizada a transferência das contraprestações previstas no contrato de compra e venda e cedido o controle daUnicesumar para a Companhia, após condições precedentes usuais, incluindo avaliação de órgão regulador antitruste e outrasaprovações regulatórias. Avaliamos inúmeras instituições e empresas em busca de transações estratégicas que corroborassem com os nossos valores institucionais e que fizessem sentido sob o ponto de vista financeiro. A Unicesumar é uma instituição de ensino superior líder e em franco crescimento no Brasil com foco no mercado de educação digital, fundada há 30 anos em Maringá - Paraná.Esta transação disruptiva no mercado combinouduas instituições de ensino com grande similaridade, que seja na trajetória, quer seja na cultura organizacional, mas, especialmente, na missão de levar educação de qualidade para todo o Brasil. Uniasselvi e Unicesumar compartilham a mesma paixão pelo ensino de qualidade. Acreditamos que combinação com a Unicesumar alcançará e mudará a vida de muitasfamílias através da educação. Além de um EAD inovador e de alta qualidade, a Unicesumar conta ainda com um ensino presencial disruptivo e um curso de Medicina robusto, que é referência no país no uso de laboratório e simuladores digitais virtuais. Com essa união, pretendemos investir em tecnologia, otimizar ganhos e consolidar a nossa posição na história da educação no Brasil. Em setembro de 2022, a Companhia celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas eOutras Avenças, o qual regeu os termos e condições da aquisição pela Companhia da RedeEnem Serviços de Internet Ltda. ("Rede Enem"), uma plataforma que fornece conteúdo gratuitoatravés de um ecossistema que inclui blogs, cursos preparatórios gratuitos, e perfis de redessociais. A Rede Enem tem como foco principal melhorar o desempenho dos estudantes do ensinosecundário, provenientes principalmente de escolas públicas, no Exame Nacional do EnsinoMédio, ou ENEM. O resultado do ENEM faz parte dos critérios do processo de seleção noPrograma Universidade para Todos, ou PROUNI, no Programa de Financiamento Estudantil, ouFIES, e nas bolsas de estudo em instituições de ensino privadas. O preço de compra pago aos vendedores foi de R$ 3,0 milhões, dos quais R$ 1,5 milhões foram pagos à vista e R$ 1,5 milhões foram quitados em dezembro de 2023com os recursosda 3ª emissão de debêntures.Acreditamos que este negócio está alinhado com nossa missão de promover o acesso ao conhecimento por meio da educação, mas também uma oportunidade de abrir portas para nossas instituições de ensino. Além disso, vale mencionar que a Companhia obteve a conversão de seu registro de companhia aberta categoria "B" para a categoria "A" e segue cumprindo procedimentos precedentes para aprovar a incorporação reversa da sua controladora, VitruLimited. Tendo em vista que tal incorporação – se aprovada pelos acionistas da Controladora VitruLimited - resultará na migração da base acionária, as ações da Vitru Brasil passarão a ser listadas no Novo Mercado - segmento especial de listagem da B3. **Emissão de Debêntures** Em 15 de maio de 2022, a Companhia realizou a 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em 2 séries,no valor total de R$ 1.950.000.000,00 (um bilhão, novecentos e cinquenta milhões de reais), sendo 1.950.000 (um milhão e novecentas e cinquenta mil) debêntures, sendo 500.000 (quinhentas mil) debêntures da 1ª Série e 1.450.000 (um milhão e quatrocentas e cinquenta mil) debêntures da 2ª Série. Os recursos líquidos obtidos por meio da 1ª Emissãoforam destinados integral e exclusivamente para o pagamento do valor referente ao preço de aquisição, pela Companhia, de 100% (cem por cento) da participação societária da CESUMAR – Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda, nos termos do Contrato de Venda e Compra de Quotas e Outras Avenças, celebrado em 23 de agosto de 2021. Em 5 de maio de 2023, a Companhia realizou a 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples no valor total de R$ 190.000.000,00, com vencimento entre maio de 2025 e maio de 2028. Os recursos líquidos obtidos por meio da 2ª Emissão foram destinados utilizados integralmente para alongamento do passivo financeiro e utilização de capital de giro da Companhia. Em 16 de novembro de 2023, a Companhia realizou a 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples no valor total de R$ 500.000.000,00, com vencimento em novembro de 2028. Os recursos líquidos obtidos por meio da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples – Série Única da Companhia foram destinados (i) prioritariamente para o pré-pagamento da última parcela do financiamento contratado pela Companhia para a aquisição da participação societária da CESUMAR; e (ii) os recursos remanescentes para reforço de caixa da Companhia. **Desempenho Operacional** Base de Alunos e Polos O número de alunos matriculados é uma métrica operacional relevante para a Vitru Brasil. Em 31 de dezembro de 2023, a Vitru Brasil contava com 883,6 mil alunos matriculados nos cursos que ministra, um aumento de 15,4% em relação ao número de alunos matriculados no mesmo período do ano anterior. O percentual de alunos matriculados em cursos EAD sobre a base total de alunosé uma métrica relevante, que acreditamos ser a que melhor demonstra o foco na educação digital (compreendendo tanto os cursos de graduação quanto os cursos de educação continuada) e sua relevância para os serviços oferecidos. Em 31 de dezembro de 2023, os alunos matriculados em cursos EAD representavam 97,5% do total de alunos matriculados, um aumento de 0,02p.p. do percentual alcançado em 31 de dezembro de 2022, visto que a UniCesumar possui uma representatividade maior de alunos presenciais do que a Uniasselvi em sua base de alunos. É importante destacar que o número de polos é um dos direcionadores que permitem à Companhia aumentar sua base de alunos matriculados. Parte relevante do crescimento da Vitru Brasil é impulsionada pela expansão e posterior maturação dos polos. A Vitru Brasil expandiu substancialmente suas operações e presença geográfica em todo o Brasil com a abertura de novos polos nos últimos anos. Entretanto, 93,2% dos atuais 2.449polos ainda estão em ramp-up, representando uma via de crescimento substancial: o índice atual de maturação desses polos é de apenas 42,4%. A Companhia acredita queque um polo típico atinja sua capacidade total em termos de número de alunos (e, portanto, considerado maduro) após sete ou oito anos de operação. Ticket Médio O ticket médio mensal dos cursos de Graduação EAD da Uniasselvi aumentou 7,3%, passando de R$ 301,7 no 2S22 para R$ 323,8 no 2S23. Acreditamos que esse aumento do ticket médio no segmento de Graduação EAD, apesar das condições macroeconômicas desafiadoras no Brasil, é um indicativo da resiliência do modelo acadêmico orgânico da Vitru Brasil. O ticket médio mensal dos cursos de Graduação EAD da Unicesumaraumentou13,2% para R$ 236,6 no 2S23vs R$ 209,4 no 2S22, considerando o período integral das mensalidades e segundo o critério da Vitru Brasil.Como parte do intercâmbio de boas práticas entre as entidades, temos trabalhado para melhorar o ticket médio da UniCesumar em linha com as estratégias de precificação aplicadas pela Uniasselvi nos últimos anos, o que a diferencia dos demais players do mercado.Este aumento é resultado da trocada de experiência entre as entidades, seguindo as bem-sucedidas estratégias aplicadas pela Uniasselvi nos últimos anos. É importante destacar que a renovação dos alunos calouros da UniCesumar está ocorrendo sob essas novas estratégias de precificação atotadas, o que explica parte do aumento do ticket médio da marca durante este ano. Desempenho Financeiro Receita Líquida A Receita Líquida Consolidadaem 2023 foi de R$ 1.962,5 milhões, um aumento de 49% em relação a 2022,este resultado deveu-se principalmente da expansão e maturação dos centros operacionais acima referidos, como também a um ticket médio consolidado mais elevado neste segmento, tal como apresentado anteriormente. Custos dos Serviços O custo dos serviços para 2023 foi de R$ 669,5 milhões, 33% superior aos R$ 502,3 milhões em 2022,particularmente devido ao impacto das sinergias da integração da UniCesumar na Vitru.Além do impacto da consolidação da Unicesumar, esse aumento foi parcialmente atribuído a um aumento nos custos de pessoal com a contratação de novos tutores para suportar o crescimento de nossos negócios, bem como maior depreciação relacionada à produção de conteúdo, software e amortização de ativos intangíveis da combinação de negócios. Lucro Bruto e Margem Bruta O Lucro Bruto em 2023 foi de R$ 1.293,0 milhões, um aumento de 58,6% em comparação aos R$ 815,0 milhões em 2022, devido principalmente à contribuição da Unicesumar em nossos números consolidados. Em 2023, a Margem Bruta foi de 65,8%, apresentado um aumento de 4p.p em relação ao ano de 2022, de forma que este aumento da margem se deve essencialmente à redução do ritmo de abertura de novos hubs e ao trabalho contínuo de melhoria do ticket médio. Despesas com Vendas As despesas com vendas em 2023 totalizaram R$ 360,4 milhões, um aumento de 47,2% em comparação com R$ 244,8 milhões em 2022. Além da contribuição da Unicesumar para nossos números consolidados, esse aumento é atribuído principalmente ao nosso foco em nosso segmento de Educação Digital, de modo quea maior parte de nossas despesas de vendas com publicidade online são voltadas para atrair novos alunos. Despesas Gerais e Administrativas As despesas gerais e administrativas para 2023 foram de R$ 245,6 milhões, 39,7% superior aos R$ 175,7 milhões em 2022. Isso se deve principalmenteas maiores despesas de reestruturação, M&A e pré-oferta (principalmente relacionadas à aquisição da Unicesumar, bem como despesas de consultoria e reestruturação relacionadas ao planejamento da integração), além da contribuição de despesas relacionadas a pagamentos de pré-oferta capitalizados. Lucro Líquido do Período Em 2023, o Lucro Líquidofoi de R$ 122,6 milhões, 31,7% superior ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento ano a ano reflete o crescimento orgânico, bem como a consolidação dos resultados da Unicesumarna Vitru Brasil. Fluxo de Caixa Operacional O Fluxo de Caixa Operacional aumentou78,7%, passando de R$ 378,7 milhões em 2022para R$ 677,1 milhões em 2023. Essa melhora substancial na geração de caixa foi resultado não apenas de nossa contínua disciplina na gestão do capital de giro e na alocação de capital, mas principalmente da dinâmica positiva na gestão das cobranças e dos créditos incobráveis. Capex O Capex em 2023 totalizou R$ 122,5 milhões, 40,5% superior ao valor de R$ 87,2 milhões gastos em 2022,esse aumento deveu-se principalmente aos investimentos em aprendizagem, sistemas de TI e tecnologia. Como percentual da Receita Líquida houve uma redução, passando de 6,6% em 2022 para 6,2% em 2023. Com a combinação de negócios com a UniCesumar, esperamos obter sinergias na produção de conteúdo e no processo de expansão com os hubs das duas marcas. Acreditamos que os investimentos podem ser ainda mais otimizados durante a integração das duas empresas. A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.065	561	12.971	35.130
Aplicações financeiras	8	39.818	6.716	220.301	23.301
Contas a receber	9	34.509	32.598	235.560	265.564
Impostos de renda a recuperar		5.698	7.402	2.300	6.994
Despesas antecipadas	11	1.308	23.117	19.710	17.921
Recebíveis de parceiros	12	-	-	39.351	31.979
Partes relacionadas	24	-	45.717	-	-
Outros ativos		299	1.249	40.447	14.839
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		**82.697**	**117.360**	**570.640**	**395.728**
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber	9	6	1	69.127	5.578
Ativos de indenização		-	-	28.426	9.853
Impostos diferidos ativos	10	116.950	116.950	226.959	203.043
Recebíveis de parceiros	12	-	-	57.277	48.117
Outros ativos		503	338	11.100	6.903
Investimento em controladas	13	5.011.079	4.856.044	-	-
Ativos de direito de uso	14	-	-	349.683	350.393
Imobilizado	15	-	-	205.852	194.575
Intangível	16	17.610	4.167	4.342.160	4.427.591
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCUL.		**5.146.148**	**4.977.500**	**5.290.584**	**5.246.053**
TOTAL DO ATIVO		**5.228.845**	**5.094.860**	**5.861.224**	**5.641.781**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores		6.421	7.494	111.726	98.873
Empréstimos e financiamentos		151.120	131.128	151.120	131.158
Passivos de arrendamento	14	-	-	51.621	51.310
Salários e encargos sociais	18	28.215	4.225	90.426	43.105
Impostos a pagar		421	522	17.370	16.006
Adiantamentos de clientes		1.902	1.466	45.331	43.606
Dividendos a pagar	20	19.485	-	19.485	-
Outros passivos		1.241	880	24.640	7.482
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		**208.805**	**145.715**	**511.719**	**391.540**
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	17	2.030.699	1.489.088	2.030.699	1.489.088
Passivos de arrendamento	14	-	-	276.213	272.029
Contas a pagar pela aquis. de control.	19	-	507.361	-	507.361
Impostos a pagar		-	-	6.075	-
Impostos diferidos passivos	10	730.896	773.393	730.896	773.393
Provisões para contingências	20	-	-	41.878	29.181
Partes relacionadas	24	8.201	1.581	8.201	-
Outros passivos		11	-	5.310	1.467
TOTAL DO PASSIVO		**2.769.807**	**2.771.423**	**3.099.272**	**3.072.519**
TOTAL DO PASSIVO		**2.978.612**	**2.917.138**	**3.610.991**	**3.464.059**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**21**				
Capital social		2.031.408	2.031.408	2.031.408	2.031.408
Reservas de capital		43.605	51.924	43.605	51.924
Reservas de lucros		175.220	94.390	175.220	94.390
TOTAL DO PATRIM. LÍQ.		**2.250.233**	**2.177.722**	**2.250.233**	**2.177.722**
TOTAL DO PAS. E PATR. LÍQ.		**5.228.845**	**5.094.860**	**5.861.224**	**5.641.781**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receitas				
Receita de serviços	58.294	48.413	2.487.626	1.663.606
Provisão para perda esperada de créditos, líquida de reversões	(16.253)	(10.145)	(263.541)	(187.534)
Deduções da receita	(91)	(216)	(456.697)	(301.861)
	41.950	38.052	1.767.388	1.174.211
Insumos adquiridos de terceiros				
Serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas	(34.323)	(37.647)	(170.326)	(55.388)
Publicidade e propaganda	(6.898)	(4.309)	(255.509)	(181.898)
Materiais	(59)	(36)	(30.045)	(58.278)
Outros	(3.546)	(5.656)	(30.277)	(46.826)
	(44.826)	(47.648)	(486.157)	(342.390)
Valor adicionado bruto	(2.876)	(9.596)	1.281.231	831.821
Depreciação e amortização	(125.671)	(77.766)	(212.635)	(150.928)
Valor adicionado líq. produzido pela entidade	(128.547)	(87.362)	1.068.596	680.893
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	553.018	302.674	-	-
Receitas financeiras	11.096	7.657	58.682	52.707
Valor adicionado total a distribuir	**435.567**	**222.969**	**1.127.278**	**733.600**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos:				
Folha de pagamento	42.962	13.827	529.179	391.093
	42.962	13.827	529.179	391.093
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	(40.349)	(93.885)	34.751	(10.753)
Municipais	1.284	-	68.404	-
	(39.065)	(93.885)	103.155	(10.753)
Remuneração de capital de terceiros:				
Juros	308.962	209.887	363.781	254.238
Aluguéis	37	-	8.492	5.882
	308.999	209.887	372.273	260.120
Remuneração de capital próprio:				
Lucro retidos	122.671	93.140	122.671	93.140
	122.671	93.140	122.671	93.140
Valor adicionado distribuído	**435.567**	**222.969**	**1.127.278**	**733.600**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
RECEITA LÍQUIDA	**25**	**56.919**	**46.911**	**1.962.525**	**1.317.346**
Custo dos serviços prestados	26	(28.534)	(18.941)	(669.479)	(502.330)
LUCRO BRUTO		**28.385**	**27.970**	**1.293.046**	**815.016**
Despesas gerais e administrativas	26	(125.182)	(80.628)	(245.682)	(175.765)
Despesas com vendas	26	(61.868)	(37.822)	(360.401)	(244.836)
Perdas líquidas por impairment de ativos financeiros	9	(16.253)	(10.145)	(263.541)	(187.534)
Outras receitas (despesas) líquidas	27	(61)	(2.792)	(8.455)	(2.543)
Despesas operacionais		**(203.364)**	**(131.387)**	**(878.079)**	**(610.678)**
Resultado de equivalência patrimonial	13	553.018	302.674	-	-
LUCRO OPERACIONAL		**378.039**	**199.257**	**414.967**	**204.338**
Receitas financeiras	28	11.096	7.517	58.682	51.880
Despesas financeiras	28	(308.962)	(210.894)	(363.781)	(255.282)
Resultado financeiro		**(297.866)**	**(203.377)**	**(305.099)**	**(203.402)**
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS IMPOSTOS		**80.173**	**(4.120)**	**109.868**	**936**
Impostos de renda correntes	10	-	-	(53.611)	(18.023)
Impostos de renda diferidos	10	42.498	97.260	66.414	110.227
Impostos de renda		**42.498**	**97.260**	**12.803**	**92.204**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**122.671**	**93.140**	**122.671**	**93.140**
Lucro básico e diluído por ação (R$)	**22**	**0,06**	**0,08**	**0,06**	**0,08**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora e Consolidado 2023	Controladora e Consolidado 2022
Lucro do exercício	122.671	93.140
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**122.671**	**93.140**

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reservas de Capital: Ações em tesouraria	Reservas de Capital: Remun. c/ base em ações	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reserva Estatut.	Lucros do período	Total
31 DE DEZ. DE 2021	**788.189**	**(2.238)**	**60.618**	**63**	**1.187**	**-**	**847.819**
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	93.140	93.140
Destinação do resultado	-	-	-	4.657	88.483	(93.140)	-
Programa de opção de ações aos funcionários	-	-	(6.010)	-	-	-	(6.010)
Realizações opções de ações por empregados	2.684	-	(2.684)	-	-	-	-
Aum.de capital social	1.240.535	2.238	-	-	-	-	1.242.773
31 DE DEZ.DE 2022	**2.031.408**	**-**	**51.924**	**4.720**	**89.670**	**-**	**2.177.722**
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	122.671	122.671
Destinação do resultado	-	-	-	6.134	115.310	(121.444)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(40.000)	(1.227)	(41.227)
Programa de opção de ações aos funcionários	-	-	(8.319)	-	-	-	(8.319)
31 DE DEZ. DE 2023	**2.031.408**	**-**	**43.605**	**10.854**	**164.366**	**-**	**2.250.233**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		80.173	(4.120)	109.868	936
Ajustes para conciliar o lucro antes dos impostos ao caixa gerado pelas atividades operacionais					
Depreciação e amortização	14 / 15 / 16	125.671	77.767	212.636	139.327
Perdas líquidas por impairment de ativos financeiros	9	16.253	10.145	263.541	187.534
Provisão para vendas canceladas	9	-	-	5.638	2.321
Provisão para contingências		-	-	3.843	(1.294)
Provisão para juros, líquida do rend. de aplicações financeiras		304.714	205.126	315.465	206.344
Remuneração baseada em ações	23	(14.342)	(11.412)	(9.389)	(6.010)
Perda na venda ou baixa de ativos não circulantes		-	-	9.436	1.691
Resultado de equivalência		(553.018)	(302.674)	-	310
Modificação/Baixa de contratos de locação		-	-	610	-
Variação de ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		(15.492)	(14.579)	(278.644)	(209.030)
Despesas antecipadas		21.809	9.470	(1.789)	28.336
Outros ativos		785	(913)	(43.825)	(25.859)
Fornecedores		(1.073)	2.285	12.853	52.934
Salários e encargos sociais		23.990	2.737	47.321	(19.691)
Outros impostos a pagar		(101)	(51)	7.439	4.814
Adiantamentos de clientes		436	580	1.725	15.554
Outras contas a pagar		5.796	(511)	20.426	556
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		**(4.399)**	**(26.150)**	**677.154**	**378.774**
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(48.917)	(17.270)
Juros pagos	14 / 17 / 19	(338.008)	(208.147)	(371.865)	(236.393)
Contingências pagas		-	-	(12.231)	(906)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		**(342.407)**	**(234.297)**	**244.141**	**124.205**
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	15	-	-	(51.300)	(30.476)
Aquisição e capitalização de ativos intangíveis	16	(14.137)	(4.167)	(71.285)	(56.722)
Recebimento de dividendos / Aumento de capital		323.676	221.924	-	-
Pagamento por aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido		(487.326)	(2.558.179)	(487.326)	(2.598.847)
Valor recebido de (investido em) aplicações financeiras, líquido	8	(33.102)	(6.716)	(197.000)	(23.301)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(210.889)**	**(2.347.138)**	**(806.911)**	**(2.709.346)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Pagamentos de passivos de arrendamento	14	-	-	(20.738)	(18.374)
Pagamento de empréstimos e financiamentos		(100.869)		(100.869)	
Custos de transações de futuras emissões de dívidas	11	-	(9.272)	-	(9.300)
Aportes de capital		-	664.894	-	682.229
Pagamento de dividendos		(21.159)	-	(21.159)	-
Captação de empr. e financiamentos, líquido dos custos de transação		675.828	1.905.851	683.377	1.905.851
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		**553.800**	**2.561.473**	**540.611**	**2.560.406**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**504**	**(19.962)**	**(22.159)**	**(24.735)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		561	20.523	35.130	59.865
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1.065	561	12.971	35.130
		504	**(19.962)**	**(22.159)**	**(24.735)**

Consulte a Nota 31 para as principais transações em atividades de investimento e financiamento que não afetam o caixa.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

1. Contexto operacional: A Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A. ("Vitru" ou "Companhia") é uma Companhia privada brasileira, organizada e existente de acordo com as Leis do Brasil, constituída em 27 de junho de 2014. A sede da Companhia está localizada na Rod. José Carlos Daux, ~~5500 Torre~~ Jurerê A - Sala 212, Florianópolis, no estado de Santa Catarina, Brasil. A Companhia tem como atividades preponderantes investimentos em empresas prestadoras de serviços educacionais e a prestação de serviços de educação continuada a distância através da estrutura operacional de suas controladas. A Vitru Limited, sediada nas Ilhas Cayman, foi criada em 2 de setembro de 2020 para a emissão inicial de ações na NASDAQ e tornou-se a única controladora da Vitru Brasil e suas controladas (coletivamente, o "Grupo"), que têm como atividades preponderantes a prestação de serviços educacionais no Brasil, principalmente cursos de graduação e educação continuada, presenciais em seus oito campi em três estados, ou a distância, através de 2499 centros de ensino ("hubs") em todo o país. A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 21 de março de 2024. **Eventos significativos durante o exercício:** *Emissão de debêntures (Nota 17):* Em 5 de maio de 2023, a empresa emitiu mais uma série de debêntures, no valor de R$ 190.000 contendo 190.000 títulos com vencimento entre maio de 2025 e maio de 2028. O valor nominal de cada título é de R$ 1.000,00. Em 16 de novembro de 2023, a empresa emitiu mais uma série de debêntures, no valor de R$ 500.000 contendo 500.000 títulos com vencimento entre novembro de 2028 e novembro de 2030. O valor nominal de cada título também é de R$ 1.000,00. **2. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis consideradas materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras são do grupo constituído por Vitru Brasil e suas controladas. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pela remuneração baseada em ações, que tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados para o milhar mais próximo, salvo indicação contrária. *Demonstração do valor adicionado:* A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. **2.2 Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A tabela abaixo lista as controladas da Companhia:

Nome	Principais atividades	Localização	Tipo de Investimento	Participações diretas e indiretas 2023	Participações diretas e indiretas 2022
UNIASSELVI - Sociedade Educacional Leonardo da Vinci S/S Ltda	Cursos de graduação e educação continuada presencial e a distância	Indaial - SC	Controlada	100%	100%
UNIVINCI - Sociedade Educacional do Vale do Itapocu S/S Ltda.	Cursos de graduação e educação continuada presencial	Guaramirim - SC	Controlada	100%	100%
FAIR Educacional Ltda.	Cursos de graduação e educação continuada presencial	Rondonópolis - MT	Controlada	100%	100%
FAC Educacional Ltda.	Cursos de graduação e educação continuada presencial	Cuiabá - MS	Controlada	100%	100%
CESUMAR-Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda.	Cursos de graduação e educação continuada presencial e a distância	Maringá – PR	Controlada	100%	100%
Rede Enem Serviços de Internet Ltda	Cursos Preparatórios	Florianópolis - SC	Controlada	100%	100%

O Grupo consolida as informações financeiras de todas as entidades sobre as quais detém o controle. O controle é obtido quando o Grupo está exposto ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. **a) Controladas:** As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Os ativos, passivos, receitas e despesas de uma subsidiária adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo até a data em que o Grupo deixa de ter o controle. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizadas diretamente no patrimônio líquido. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado na demonstração do resultado. **b) Acordos em conjunto:** Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (joint operations) ou empreendimento controlados em conjunto (joint ventures) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor, e não da estrutura legal do acordo em conjunto. O Grupo possui apenas operações em conjunto. *Operações em conjunto:* O Grupo reconhece seu direito direto aos ativos, passivos, receitas e despesas de operações em conjunto e sua participação em quaisquer ativos, passivos, receitas e despesas mantidos em conjunto ou incorridos. Esses foram incorporados nas demonstrações financeiras sob as rubricas apropriadas. Os detalhes da operação em conjunto estão descritos na Nota 2.5.o. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional do Grupo e, também, a moeda de apresentação do Grupo. **2.4 Classificação de circulante versus não circulante:** O Grupo

>>> continua >>>

>>> **continuação** >>>

apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período do balanço; ou
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulante. Um passivo é classificado como circulante quando

- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

O Grupo classifica todos os outros passivos como não circulantes. Os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como ativos e passivos não circulantes. **2.5 Resumo das principais políticas contábeis a) Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal do ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. Uma mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante de mercado de gerar benefícios econômicos, usando o ativo em seu maior e melhor uso ou vendendo-o para outro participante do mercado que usaria o ativo em seu maior e melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas às circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados relevantes observáveis e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis)

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo que seja significativa para a mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação. Em cada data de balanço, o Grupo analisa a movimentação dos valores de ativos e passivos que precisam ser remensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis do Grupo. Para esta análise, o Grupo verifica os principais dados aplicados na última avaliação, confrontando as informações no cálculo da avaliação com os contratos e outros documentos relevantes. O Grupo também compara a mudança no valor justo de cada ativo e passivo com fontes externas relevantes para determinar se a mudança é razoável. Para fins de divulgação do valor justo, o Grupo determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e no nível da hierarquia do valor justo, conforme explicado acima. **b) Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. ***i. Ativos financeiros:* Reconhecimento inicial e mensuração:** A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contem um componente significativo de financiamento ou para as quais o Grupo aplicou o expediente prático, o Grupo mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"), ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "somente pagamentos de principal e juros (SPPI)" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é referida como o teste SPPI e é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados como: ativos financeiros ao custo amortizado ou ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros ao custo amortizado:* O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem principalmente 'Caixa e equivalentes de caixa', 'Aplicações financeiras' e 'contas a receber'. A Companhia reclassifica ativos financeiros somente quando sua abordagem de negócios para gerenciar esses ativos muda. *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado:* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ("VJR") incluem ativos financeiros mantidos para negociação designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros que devem obrigatoriamente ser mensurados ao valor justo. Na data do balanço, não existem ativos financeiros mensurados ao VJR. Os ativos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado se falharem no teste de fluxo de caixa contratual ou no modelo de negócios do Grupo e forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Os ativos financeiros podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil. Ativos financeiros ao VJR são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com as variações correspondentes no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Os ganhos e perdas líquidos reconhecidos na demonstração do resultado inclui dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro. Na data do balanço, não existem ativos financeiros mensurados ao VJR. *Desreconhecimento (baixa):* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é basicamente desreconhecido (ou seja, removido do balanço patrimonial do Grupo) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse; e

[illegible]

ficada, um modelo de avaliação apropriado é usado. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de ações cotadas para empresas de capital aberto ou outros indicadores de valor justo disponíveis. O Grupo baseia seu cálculo de *impairment* com base em previsões e orçamentos financeiros, os quais são elaborados separadamente para cada UGC do Grupo à qual os ativos individuais estejam alocados. Esses orçamentos e cálculos de previsão geralmente cobrem um período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros depois do quinto ano. O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou grupos de UGCs que se beneficiarão da combinação de negócios e licenças com vida útil indefinida em que o ágio surgiu. As unidades ou grupos de unidades são identificadas no nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de gerenciamento interno, sendo os segmentos operacionais. As perdas por *impairment* das operações continuadas são reconhecidas na demonstração do resultado em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data do balanço para determinar se existe um indicativo de que as perdas por *impairment* reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, o Grupo estima o valor recuperável do ativo ou UGC. Uma perda por *impairment* anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a data em que a última perda por *impairment* foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação), caso nenhuma perda por *impairment* tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado. O ágio é testado para fins de *impairment* anualmente em 31 de dezembro e quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. O *impairment* é determinado para o ágio avaliando o valor recuperável de cada UGC (ou grupo de UGCs) à qual o ágio está relacionado. Quando o valor recuperável da UGC é menor que o seu valor contábil, é reconhecida uma perda por *impairment*. Perdas por *impairment* relacionadas ao ágio não podem ser revertidas em períodos futuros. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados anualmente quanto à redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de cada exercício no nível da UGC, quando apropriado, e quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. **k) Provisão para contingências:** As provisões para contingências relativas a processos judiciais e administrativos envolvendo assuntos trabalhistas, fiscais e cíveis são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas ao valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento na provisão em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **l) Remuneração baseada em ações:** O Grupo oferece esquemas de ações a seus gerentes e executivos para a outorga de opções de ações emitidas pelo Grupo, que podem ser liquidadas através da entrega de instrumentos de patrimônio (transações liquidadas com instrumentos de patrimônio) ou por pagamentos em dinheiro (transações liquidadas em caixa). *Transações liquidadas com instrumentos de patrimônio:* O custo das transações liquidadas com instrumentos de patrimônio com funcionários é mensurado ao valor justo na data em que as opções são concedidas usando um modelo de avaliação apropriado. O custo é reconhecido como uma despesa de benefícios a empregados, com um aumento correspondente no patrimônio líquido (outras reservas de capital). A despesa total é reconhecida durante o período de aquisição de direito, que é o período no qual todas as condições de aquisição especificadas devem ser satisfeitas. Condições por tempo de serviço e desempenho não relacionadas ao mercado não são levadas em consideração ao determinar o valor justo das opções na data da outorga, mas a probabilidade de as condições serem atendidas é avaliada como parte da melhor estimativa do Grupo do número de instrumentos de patrimônio que finalmente serão adquiridos. As condições de desempenho de mercado são refletidas no valor justo da data da outorga. Quaisquer outras condições associadas a uma opção, mas sem um requisito de tempo de serviço associado, são consideradas condições de não aquisição. As condições de não aquisição são refletidas no valor justo de uma opção e levam ao reconhecimento imediato de uma despesa para uma opção, a menos que haja também condições por tempo de serviço e/ou desempenho. Nenhuma despesa é reconhecida para opções que, no final das contas, não são adquiridas porque as condições de desempenho não relacionadas ao mercado e/ou por tempo de serviço não foram atendidas. Quando as opções incluem uma condição não relacionada ao mercado ou de não aquisição, as transações são tratadas como adquiridas, independentemente da condição não relacionada ao mercado ou de não aquisição ser satisfeita, desde que todas as outras condições de desempenho e/ou serviço sejam atendidas. O período de serviços relevante pode começar antes da data da outorga. Nessa situação, a Companhia estima o valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga para fins de reconhecimento dos serviços recebidos durante o período entre a data de início do serviço e a data da outorga. Uma vez estabelecida a data da outorga, a entidade revisa a estimativa anterior para que os valores reconhecidos pelos serviços recebidos se baseiem no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Quaisquer recursos recebidos como resultado de um preço de exercício, líquido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados diretamente ao patrimônio líquido, como um aumento de capital para a emissão de novas ações da Companhia ou uma dedução de ações em tesouraria, quando disponíveis. *Transações liquidadas em caixa:* Um passivo é reconhecido ao valor justo de transações liquidadas em caixa. O valor justo é mensurado inicialmente e em cada data de balanço até a data da liquidação, incluindo as alterações no valor justo reconhecidas como despesa de benefícios a empregados. O valor justo é debitado ao longo do período até a data de aquisição com o reconhecimento de um passivo correspondente. O valor justo é determinado usando um modelo de avaliação apropriado. A abordagem usada para contabilizar as condições de aquisição na mensuração de transações liquidadas com instrumentos de patrimônio também se aplica a transações liquidadas em caixa. Na data do balanço, o Grupo revisa suas estimativas do valor justo do passivo (para as transações liquidadas em caixa) e da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço (para transações liquidadas com instrumentos de patrimônio e liquidadas em caixa). O impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, é reconhecido na demonstração do resultado prospectivamente. Os julgamentos, estimativas e premissas significativos em relação à remuneração baseada em ações estão descritos mais detalhadamente na Nota 3 (g). Consulte a Nota 23 para obter informações detalhadas sobre as remunerações baseadas em ações. **m) Receitas de contratos com clientes:** A receita do Grupo consiste principalmente em mensalidades cobradas pelos cursos de graduação a distância, cursos de graduação presenciais e cursos de educação continuada. O Grupo também gera receita com taxas de estudantes e certas atividades relacionadas à educação. A receita de mensalidades é reconhecida ao longo do tempo quando os serviços são prestados ao cliente e o Grupo cumpre sua obrigação de desempenho nos termos do contrato por um valor que reflete a contraprestação a que o Grupo espera ter direito em troca desses serviços. As receitas de mensalidades são reconhecidas líquidas de bolsas de estudo e outros descontos, reembolsos e impostos. Outras receitas são reconhecidas no momento em que o serviço é prestado ao cliente por um valor que reflete a contraprestação a que o Grupo espera ter direito em troca do serviço. Outras receitas são apresentadas líquidas dos correspondentes descontos, devoluções e impostos. **Contas a receber:** As contas a receber representam o direito do Grupo a uma contraprestação incondicional (isto é, apenas a passagem do tempo é necessária antes do vencimento da contraprestação). Consulte as políticas contábeis de ativos financeiros em Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente. **Adiantamentos de clientes:** Os adiantamentos de clientes (uma obrigação contratual) se referem à obrigação de transferir serviços para um cliente pelo qual o Grupo recebeu uma contraprestação (ou uma contraprestação é devida) do cliente, como resultado de mensalidades pré-pagas recebidas de estudantes e são reconhecidos separadamente no passivo circulante, quando o pagamento é recebido. Os adiantamentos de clientes são reconhecidos como receita quando o Grupo cumpre todas as obrigações relacionadas ao contrato, geralmente no mês seguinte. **Operações em conjunto com parceiros de polos:** Um polo é uma unidade operacional local que pode ser de propriedade do Grupo ou de terceiros (parceiros de polos) e tem a responsabilidade de oferecer aos alunos a estrutura necessária em termos de recursos audiovisuais, biblioteca e tecnologia da informação, para apoiar os cursos à distância. O acordo contratual entre o Grupo e cada parceiro de polo é uma operação em conjunto e estabelece os direitos de cada parceiro de polo sobre as receitas relacionadas e as obrigações pelas respectivas despesas. Nesse sentido, as receitas de ensino a distância e as respectivas contas a receber são reconhecidas apenas para a parcela do direito do Grupo à receita conjunta. Como resultado, quando o Grupo recebe a mensalidade total do aluno, uma obrigação mensal para com o parceiro de polo é provisionada sob a rubrica fornecedores. **n) Resultado financeiro:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda é identificada em relação às contas a receber, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável, que corresponde aos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa efetiva de juros original do instrumento. Posteriormente, à medida que o tempo passa, as taxas de juros são incorporadas às contas a receber, a crédito de receita financeira. Essa receita financeira é calculada à mesma taxa de juros efetiva utilizada para calcular o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber. As despesas financeiras incluem despesas com juros sobre parcelamento de impostos e outros passivos financeiros, incluindo os juros incorridos sobre o contas a pagar por aquisição de controladas e passivos de arrendamento. **o) Lucro por ação (LPA)** O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- o lucro atribuível aos acionistas da Companhia, excluindo quaisquer custos de manutenção do patrimônio líquido que não sejam ações ordinárias
- pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado por elementos de bônus sobre ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações ordináriascompradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (Nota 22). O lucro diluído por ação ajusta os valores utilizados na determinação do lucro básico por ação para levar em consideração:
- o efeito depois dos impostos de renda de juros e outros custos de financiamento associados a ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores, e
- a quantidade média ponderada de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

p) Impostos: Incentivos fiscais: As empresas de ensino superior mantidas pelo Grupo fazem parte do Programa Universidade para Todos - Prouni, que estabelece, por meio da Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais para instituições de ensino superior que oferecem em troca bolsas integrais e parciais para um certo número de estudantes de baixa renda matriculados em programas tradicionais de graduação e de graduação tecnológica. Os seguintes impostos federais estão incluídos na isenção:

- Impostos de renda: Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")
- Contribuições sobre a receita: Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")

Impostos de renda correntes: Os impostos de renda no Brasil são compostos por IRPJ e CSLL. De acordo com a legislação tributária brasileira, o IRPJ e a CSLL são avaliados e pagos por cada pessoa jurídica e não de forma consolidada. Os impostos de renda de cada entidade são calculados com base no lucro, ajustado ao lucro tributável pelas adições e exclusões previstas na legislação. Os impostos de renda correntes foram calculados com base nos critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente em relação ao programa Prouni, que permite a isenção desses impostos das atividades tradicionais e tecnológicas de graduação. O benefício do programa ProUni para imposto de renda é baseado em um percentual fixo de bolsas aprovadas concedidas pelo governo federal aos alunos mediante solicitação de cada aluno e é deduzido da receita bruta da mensalidade durante toda a duração dos estudos de graduação do aluno (independentemente do valor da mensalidade definido previsto no contrato de prestação de serviços) e desde que o aluno continue cumprindo as exigências de bolsas impostas pelo governo a cada semestre durante o curso de graduação. A Companhia reconhece os benefícios econômicos das bolsas do ProUni como deduções fiscais, quando aplicável., Os impostos de renda correntes ativos e passivos são mensurados ao valor previsto a ser ressarcido pelas, ou pago às, autoridades fiscais. Os encargos de imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia periodicamente as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado. **Impostos de renda diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, os impostos diferidos não são contabilizados se resultam do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente se for provável que lucro tributável futuro esteja disponível contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. De acordo com a legislação tributária brasileira, os prejuízos fiscais podem ser usados para compensar até 30% do lucro tributável do exercício e não expiram. Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo e seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países em geral são apresentados em separado, e não pelo valor líquido. **Impostos sobre vendas e outros:** Receitas,

>>> **continua** >>>

>>> continuação >>>

despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não puderem ser recuperados pelas autoridades fiscais, nesse caso, o imposto sobre vendas será reconhecido como parte do custo de aquisição do item de ativo ou despesa, conforme aplicável.
- Quando os valores a receber ou a pagar são demonstrados com o valor dos impostos sobre vendas incluído.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperáveis ou a pagar à autoridade tributária, é incluído como parte dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial e ligado da receita ou custo/despesa correspondente na demonstração do resultado. As receitas de vendas no Brasil estão sujeitas a impostos e contribuições, às seguintes alíquotas nominais: PIS e COFINS são contribuições devidas ao governo federal brasileiro sobre a receita bruta. Esses valores são faturados e cobrados dos clientes do Grupo e reconhecidos como deduções da receita bruta contra impostos a pagar, pois estamos atuando como agentes de retenção na fonte em nome das autoridades fiscais. PIS e COFINS pagos sobre determinadas compras podem ser ativados como créditos tributários para compensar PIS e COFINS a pagar. Esses valores são reconhecidos como impostos a recuperar e são compensados mensalmente com os impostos a pagar e apresentados líquidos, uma vez que os valores são devidos à mesma autoridade tributária. PIS e COFINS são contribuições calculadas sob dois regimes diferentes, de acordo com a legislação tributária brasileira: método cumulativo e método não cumulativo. O regulamento do Prouni define que as receitas dos cursos de graduação tradicionais e tecnológicos são isentas de PIS e COFINS. Para as receitas de outras atividades de ensino, PIS e COFINS são cobrados com base no método cumulativo às alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente, e para as atividades não-didáticas, PIS e COFINS são cobrados com base no método não cumulativo às alíquotas de 1,65% e 7,6%, respectivamente. ISS é um imposto devido aos municípios sobre as receitas provenientes da prestação de serviços. O ISS é adicionado aos valores faturados aos clientes do Grupo pelos serviços que o Grupo presta. Esses são reconhecidos como deduções da receita bruta contra impostos a pagar, uma vez que o Grupo atua como agente que recebe esses impostos em nome dos governos municipais. As alíquotas podem variar de 2,00% a 5,00%. INSS é uma contribuição previdenciária devida sobre os salários pagos aos empregados. **2.6 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: Novas normas, interpretações e alterações adotadas pelo Grupo.**

- Divulgação de Políticas Contábeis – Alterações à IAS 1 e Declaração de Práticas IFRS; A Companhia alterou as informações reportadas a respeito de suas políticas contábeis para que fossem apresentadas apenas as políticas dos valores mais relevantes e/ou que influenciam as informações normalmente utilizadas pelos usuários das demonstrações financeiras.
- Definição de Estimativas Contabilísticas – Alterações à IAS 8; A Companhia não necessitou adotar a alteração devido a não haver alteração na política ou nas estimativas contábeis no exercício corrente.
- Imposto Diferido relativo a Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação – Alterações à IAS 12; A Companhia não foi afetada por esta alteração por já ter contabilizado tais transações consistentes com as novas exigências.
- Contratos de Seguro IFRS 17 – A Companhia não foi impactada por essa norma.

Novas normas e interpretações ainda não adotadas. As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão divulgadas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando elas entrarem em vigor.

- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes – Emendas à IAS 1 Passivos Não Circulantes com Covenants – Emendas à IAS 1 Emendas à IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Associada ou Joint Venture
- Passivo de arrendamento em uma venda e relocação – Emendas à IFRS 16 Emendas à IFRS 3 – Referência à Estrutura Conceitual
- Acordos de financiamento de fornecedores – Emendas à IAS 7 e IFRS 7 Emendas à IAS 37 Contratos Onerosos – Custo de Cumprir um Contrato
- Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou joint venture – Alterações à IFRS 10 e IAS 28 Não se espera que estas normas tenham um impacto material na entidade nos períodos atuais ou futuros e em transações futuras previsíveis.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas: A preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações. A incerteza sobre essas premissas e estimativas pode resultar em resultados que requeiram um ajuste relevante no valor contábil de ativos ou passivos afetados em períodos futuros. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Outras divulgações relacionadas à exposição do Grupo a riscos e incertezas incluem:

- Gestão de capital - Nota 7
- Instrumentos financeiros: Objetivos e políticas para gestão de riscos - Nota 5.4
- Análises de sensibilidade - Nota 5.4.1

Estimativas e premissas: As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. O Grupo baseou suas premissas e estimativas nos parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas. As circunstâncias e premissas existentes sobre desenvolvimentos futuros, no entanto, podem mudar devido a mudanças no mercado ou circunstâncias que surgem e estão fora do controle do Grupo. Tais mudanças são refletidas nas premissas em que ocorrem. ***a) Impairment* de ativos não financeiros:** O *impairment* existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa ("UGC") ou grupo de UGCs excede seu valor recuperável, definido como o maior entre seu valor justo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de alienação é baseado em dados disponíveis de transações de vendas vinculativas, conduzidas como se fosse com partes não relacionadas, para ativos similares ou preços observáveis de mercado menos custos incrementais de alienação do ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado (modelo "DCF"). Os fluxos de caixa são derivados do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reestruturação com as quais o Grupo não se comprometeu ou investimentos futuros significativos que melhorarão o desempenho dos ativos da UGC sendo testada. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada para o modelo DCF, bem como as entradas de caixa futuras esperadas e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Essas estimativas são mais relevantes para o ágio e ativos intangíveis de vida útil indefinida reconhecidos pelo Grupo. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável de cada UGC, incluindo uma análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 16. **b) Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros:** Quando os valores justos de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não puderem ser mensurados com base em preços cotados em mercados ativos, seu valor justo é mensurado utilizando técnicas de avaliação. Os dados desses modelos são obtidos de mercados observáveis sempre que possível, mas onde isso não for viável, é necessário um certo julgamento para estimar o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relacionadas a esses fatores poderiam afetar o valor justo registrado dos instrumentos financeiros. Consulte a Nota 6 para mais detalhes. **c) Perdas de crédito em contas a receber:** O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber, aplicando uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil em cada data de balanço. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. O Grupo considera que as contas a receber estão em situação de inadimplência quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 365 dias. Em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplência quando informações internas ou externas indicam ser improvável que o Grupo receba integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo. As contas a receber são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. As informações sobre a provisão para perdas de créditos esperadas estão divulgadas na nota 9. **d) Provisão para contingências:** O Grupo é parte em processos judiciais e administrativos, conforme divulgado na Nota 20. A provisão para contingências é constituída para todos os processos avaliados como perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **e) Prazo de arrendamento dos contratos com opções de renovação:** O Grupo determina o prazo de arrendamento como o prazo contratual não cancelável e um prazo adicional equivalente ao mesmo período do contrato apenas quando o contrato estiver a menos de um ano do vencimento. O Grupo tem a opção, de acordo com alguns de seus arrendamentos, de arrendar os ativos por prazos adicionais. O Grupo aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo o exercício da opção de renovação. Ou seja, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação. Após a data de início, o Grupo reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que estão sob seu controle e afeta sua capacidade de exercer (ou não exercer) a opção de renovar (por exemplo, uma mudança na estratégia de negócios). **f) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário:** O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. A adoção da IFRS 16 / CPC 06 (R2) permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares. O Grupo adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares. **g) Remuneração baseada em ações:** A estimativa do valor justo para transações de pagamento baseado em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais apropriado e das premissas subjacentes, que dependem dos termos e condições da outorga e das informações disponíveis na data da outorga e em cada data de balanço, para a parcela referente à transações liquidadas em caixa. O Grupo utiliza certas metodologias para estimar o valor justo, incluindo as seguintes:

- estimativa do valor justo com base em transações de patrimônio com terceiros próximos à data da outorga;
- outras técnicas de avaliação, incluindo modelos de precificação de opções, como Black-Scholes.

Essas estimativas também exigem a determinação dos dados mais apropriados para os modelos de avaliação, incluindo premissas relativas à vida esperada de uma opção de ação, volatilidade esperada do preço das ações do Grupo e rendimento esperado de dividendos.

4. Combinação de negócios: O Grupo usa o método de alocação contábil do custo de aquisição para registrar as combinações de negócios. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos na data de aquisição dos ativos transferidos, dos passivos incorridos para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O excesso i) da contraprestação transferida; ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio. Quando a soma dos três itens acima for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do período como "Compra vantajosa". Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período no qual essa combinação ocorreu, é feito o registro dos valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (que não poderá ser superior a um ano, a partir da data de aquisição), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data. *Aquisição da Unicesumar:* A Unicesumar é uma instituição de ensino superior líder e de rápido crescimento no Brasil focada no mercado de ensino a distância, fundada há 30 anos em Maringá – Paraná. Em 31 de dezembro de 2021, a Unicesumar possuía 1.007 polos e aproximadamente 356 mil alunos, sendo 340 mil em educação digital. A Unicesumar também tem presença expressiva em cursos presenciais da área da saúde, principalmente Medicina, com mais de 1.600 alunos. Em 23 de agosto de 2021, celebramos um contrato de compra com os acionistas da CESUMAR - Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda, ou "Unicesumar", para adquirir a totalidade do capital social da Unicesumar. A transação foi realizada em 20 de maio de 2022 (data da transação), quando foi realizada a transferência das contraprestações previstas no contrato de compra e venda e cedido o controle da Unicesumar para a Companhia, após condições precedentes usuais, incluindo avaliação de órgão regulador antitruste e outras aprovações regulatórias. *Valor justo dos ativos transferidos e passivos incorridos:* O valor justo dos ativos transferidos e dos passivos incorridos na data da transação foram identificados conforme abaixo:

Ativo	**494.439**
Caixa e equivalentes de caixa	62.017
Contas a receber	78.929
Ativos financeiros	62.385
Impostos a recuperar	3.617
Despesas antecipadas	3.918
Impostos diferidos ativos	17.580
Outros ativos	4.984
Ativos de direito de uso	170.980
Imobilizado	78.096
Intangível	11.933
Passivo	**357.389**
Fornecedores	70.067
Passivos de arrendamento	171.829
Salários e encargos sociais	37.781
Impostos a pagar	11.556
Adiantamentos de clientes	17.731
Dividendos a pagar	30.000
Provisões para contingências	12.510
Outros passivos	5.915
Ativos e passivos líquidos	**137.050**
Ativos identificados à valor justo	**1.516.987**
Contraprestação	3.210.373
Ágio por rentabiliade futura	**1.556.336**

Contraprestação: O custo da transação total foi calculado com base nos termos da transação considerando que os antigos proprietários da Unicesumar receberam dinheiro e ações da Vitru conforme acordado nos termos do contrato de compra e venda. A contraprestação consiste em R$ 2.688 milhões pagos em dinheiro, 7.182 mil Ações da Vitru emitidas na Data de Fechamento e uma contraprestação contingente a qual corresponde a um valor de R$ 1 milhão por vaga adicional do curso de medicina que for ampliada no prazo de 5 anos, comparada as vagas atuais, sendo o valor limitado R$ 50 milhões:

Contraprestação	**3.210.373**	**%**
Pago à vista	2.162.500	67,36%
A pagar após 12 meses (i)	456.721	14,23%
Contraprestação contingente - Vagas de medicina (ii)	30.608	0,95%
Paga através da emissão de ações da Vitru Ltd (iii)	560.544	17,46%

(i) Em setembro de 2022 houve um aditivo contratual no valor de R$ 73.134 e o prazo de pagamento foi alterado de 12 meses para 24 meses. (ii) A contraprestação contingente foi avaliada através de análise técnica de profissional de educação na área de medicina que demonstrou ser possível a autorização pelo MEC de 40 vagas adicionais conforme a proporção vagas/leitos disponíveis na região de Corumbá, no período de 5 anos. O valor de R$ 30.608 reconhecido corresponde ao valor presente da autorização das 40 vagas adicionais no decorrer de 5 anos. (iii) As 7.182 mil ações foram avaliadas utilizando o valor de mercado das ações em 20 de maio de 2022 (Data de Fechamento) ao valor de US$ 16,00 por ação.

Ativos identificados a valor justo:

Ativos identificados a valor justo	**1.516.987**
Carteira de clientes (i)	294.525
Marca (ii)	352.189
Acordo de não competição (iii)	272.416
Software (iv)	33.379
Material didático (v)	26.584
Licenças de operação para ensino a distância (vi)	1.206.641
Ativos de direito de uso (vii)	57.278
Licenças de operação de vagas de medicina (viii)	55.454
Imposto diferido	(781.479)
Goodwill	**1.556.336**
Valor justo total dos ativos líquidos identificáveis + Goodwill	**3.210.373**

As premissas, julgamentos críticos, métodos e hipóteses utilizados pela Companhia para determinar o valor justo dos ativos intangíveis identificados na combinação de negócios foram os seguintes: **(i) Carteira de clientes:** Valorizado usando o método MEEM ("Método de Ganhos Excedentes de Múltiplos Períodos"), que se baseia em um cálculo de fluxos de caixa de desconto de benefícios econômicos futuros atribuíveis à base de clientes, líquidos de eliminações das obrigações de contribuição implícitas. A vida útil remanescente da base de clientes foi estimada por meio da análise da duração média dos cursos de cada segmento. Os principais pressupostos utilizados na avaliação das relações com os clientes foram: a. Receita: Projetado de acordo com dados históricos obtidos pela Companhia, e expectativas observadas nas tendências concorrenciais relacionadas à oferta de cursos e cobertura geográfica. b. Custos e despesas: Tratados de acordo com dados históricos obtidos pela Companhia e expectativas de normalização da margem operacional no longo prazo e sinergias operacionais a serem realizadas pela fusão das operações da Unicesumar dentro da Companhia. c. Alíquota: 34%, de acordo com a legislação tributária brasileira; e d. Taxa de desconto de imposto de renda: a taxa de desconto após impostos foi aplicada corretamente em cada Unidade Geradora de Caixa ("CGU"), devido às suas diferenças em relação à avaliação de risco e à taxa de desconto de cada CGU. **(ii) Marca:** Valorizada usando o método Relief from Royalty. O método determina o valor de um ativo intangível com base no valor de pagamentos hipotéticos de royalties que seriam economizados através da posse do ativo, em comparação com o licenciamento do ativo a terceiros. Envolve a estimativa de gerar fluxos de caixa futuros para o negócio para o maior prazo possível. Os principais pressupostos utilizados na avaliação da marca foram: a. Vida útil remanescente: Adotado como o ponto em que os fluxos de caixa descontados atingem 90% do valor total projetado. b. Porcentagem de royalties: Estimada em 3. 48%, mas aplicado para cada segmento, dependendo da margem esperada de cada CGU. **(iii) Acordo de não competição:** Valor usando o método Com ou Não. Esse método utiliza o resultado originado da projeção do negócio como um todo. Os principais pressupostos utilizados na avaliação da marca foram: a. Receita: Considera uma perda de receita para os primeiros 4 anos. Para os próximos anos, espera-se que os vendedores já façam parte do mercado. b. Concorrência probabilidade: Diferentes pressupostos para cada CGU: • Educação Digital e Continuada – 85% devido à relativa facilidade de chegar ao aluno (virtualmente). • Cursos de Graduação no Campus – 50%, devido à necessidade de uma estrutura física mais robusta para acomodar os alunos. **(iv) Software:** Valorizado usando o método de Custo de Substituição. A gerência estimou os custos relacionados ao desenvolvimento de sistemas com características semelhantes utilizando provedores externos à Unicesumar. Porque é um ativo auxiliar na geração de caixa a partir de outros ativos intangíveis ao aplicar a abordagem MEEM (neste caso, apenas Relacionamento com o Cliente), através dos Custos dos Ativos Contribuintes. Os principais pressupostos utilizados na avaliação do software foram: a. Vida útil restante: 5 anos. b. Impostos: Aplicação da alíquota média efetiva do imposto de renda para a Companhia. **(v) Material didático:** Valorizado pelo método do Custo de Reposição. A administração estimou os custos relacionados ao desenvolvimento de produtos similares, bem como o grau de obsolescência (75%). Porque é um ativo auxiliar na geração de caixa a partir de outros ativos intangíveis ao aplicar a abordagem MEEM (neste caso, apenas Relacionamento com o Cliente), através dos Custos dos Ativos Contribuintes. Os principais pressupostos utilizados na avaliação do material didático-didático foram: a. Vida útil restante: 3 anos. b. mpostos: Aplicada a alíquota média efetiva do imposto de renda para a Companhia. **(vi) Licenças de operação para ensino a distância:** Valor usando o método com ou sem. Esse método utiliza o resultado originado da projeção do negócio como um todo. Os principais pressupostos utilizados na avaliação das licenças de operação para ensino a distância foram: a. Taxa de desconto: A taxa de desconto aplicada foi WACC para cada CGU. b. Vida útil estimada: Supõe-se que os efeitos de não depender das licenças de operação desde o início, tendo a necessidade de construir a rede, serão vistos indefinidamente. c. Operação: As licenças de operação são dadas por meio de autorização, que dá à Unicesumar o direito de operar em determinada área geográfica, que, em alguns casos, vem por meio de um parceiro local. No entanto, cada autorização permite que a Unicesumar mude de parceiro em cada área, se necessário, substituindo a estrutura por uma equivalente. Os parceiros não estão vinculados às autorizações. **(vii) Ativos de direito de uso:** Avaliados utilizando o método de Redução de Custos, que consiste no cálculo das economias medidas pela Empresa, corrigidas pela duração do contrato por uma taxa de desconto. Os principais pressupostos utilizados na avaliação dos contratos de locação financeira foram: a. Uma taxa de desconto de imposto de renda: a taxa de desconto após impostos foi aplicada corretamente em cada Unidade Geradora de Caixa ("CGU"), devido às suas diferenças em relação à avaliação de risco e à taxa de desconto de cada CGU. b. Vida útil remanescente: Com base na duração do contrato de locação: 20 anos. **(viii) Licenças de operação de vagas de medicina:** Valorizado usando o método Income Approach, com ênfase em flutuações marginais para as CGUs projetadas. Os principais pressupostos utilizados na avaliação das licenças para operar cursos de medicina incluem o processo inicial de matrícula de um aluno (duração, novos alunos, evasão, graduação), valor do curso, lucratividade, investimentos e capital de giro, bem como crescimento em perpetuidade. O valor do ágio é baseado principalmente na força de trabalho e suas sinergias nas perspectivas acadêmica, comercial e de custos, considerando que estamos somando a experiência de 15 anos e o histórico de ambas as instituições como players líderes em Educação Digital, o que nos permite melhorar ainda mais o atendimento de alta qualidade aos nossos alunos e sustentar nossa oferta acadêmica diferenciada. *Aquisição Rede Enem:* Em 1º de setembro de 2022, a companhia adquiriu 100% do capital social da Rede Enem Serviços de Internet Ltda. Rede Enem é uma plataforma que disponibiliza conteúdo gratuito por meio de um ecossistema que inclui blogs, cursos preparatórios gratuitos e perfis nas redes sociais. O preço total de compra de R$ 1.400 foi pago à vista na data do fechamento. A tabela a seguir apresenta os ativos adquiridos e passivos assumidos ao valor justo na data da combinação de negócios:

Ativo	**90**
Caixa e equivalentes de caixa	23
Contas a receber	32
Outros ativos	7
Imobilizado	28
Passivo	**97**
Empréstimos e financiamentos	12
Salários e encargos sociais	41
Adiantamentos de clientes	25
Outros passivos	19
Ativos e passivos líquidos	**(7)**
Ativos identificados à valor justo	**-**
Contraprestação	1.400
Ágio por rentabilidade futura	**1.407**

5. Ativos e passivos financeiros: 5.1 Ativos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	1.065	561	12.971	35.130
Aplicações financeiras	39.818	6.716	220.301	23.301
Contas a receber	34.515	32.599	304.687	271.142
Total	**75.398**	**39.876**	**537.959**	**329.573**
Circulante	75.392	39.875	468.832	323.995
Não circulante	6	1	69.127	5.578

5.2. Passivos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Ao custo amortizado				
Fornecedores	6.421	7.494	111.726	98.873
Passivos de arrendamento	-	-	327.834	323.339
Contas a pagar por aquisição de controladas	-	507.361	-	507.361
Empréstimos e financiamentos	2.181.819	1.620.216	2.181.819	1.620.246
Total	**2.188.240**	**2.135.071**	**2.621.379**	**2.549.819**
Circulante	157.541	138.622	314.467	281.341
Não circulante	2.030.699	1.996.449	2.306.912	2.268.478

5.3 Valor Justo: O Grupo avaliou que os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber no ativo circulante, fornecedores, empréstimos e financiamentos e passivos de arrendamento se aproximam de seus valores contábeis em grande parte devido aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. As contas a receber no ativo não circulante, os passivos de arrendamento e as contas a pagar por aquisição de controladas têm seu valor contábil descontado à sua respectiva taxa de juros efetiva, a fim de serem apresentadas o mais próximo possível de seu valor justo. **5.4 Instrumentos financeiros: Objetivos e políticas para gestão de riscos**: Os principais passivos financeiros do Grupo compreendem contas a pagar por aquisição de controladas, empréstimos e financiamento, fornecedores, passivos de arrendamento e remuneração baseada em ações. O principal objetivo desses passivos financeiros é financiar as operações do Grupo. Os principais ativos financeiros do Grupo incluem contas a receber, aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa que derivam diretamente de suas operações. O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O Grupo monitora os riscos de mercado, crédito e operacional de acordo com os objetivos de gestão de capital e conta com o apoio, monitoramento e supervisão do Conselho de Administração nas decisões relacionadas à gestão de capital e seu alinhamento com os objetivos e riscos. A política do Grupo é que nenhuma negociação de derivativos para fins especulativos possa ser realizada. O Conselho de Administração revisa e concorda com as políticas de gerenciamento de cada um desses riscos, que estão resumidas abaixo. **5.4.1 Risco de mercado**: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mercado está relacionada ao risco de taxa de juros. A análise de sensibilidade nas seções a seguir se refere à posição em 31 de Dezembro de 2023. **Risco de taxa de juros**: O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se principalmente a aplicações financeiras e contas a pagar por aquisição de controladas, sujeitos, em cada caso, a taxas de juros variáveis, principalmente o CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (ou taxa de inflação do IPCA). *Análise de sensibilidade:* A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma mudança razoavelmente possível nas taxas de juros das aplicações financeiras e contas a pagar por aquisição de controladas. Com todas as variáveis mantidas constantes, o lucro antes dos impostos do Grupo é afetado pelo impacto da taxa de juros variável, como segue:

					Aumento / redução na taxa de juros	
	Saldo em 31/12/2023	**Índice - % ao ano**	**Cenário provável**	**Risco**	**Cenário possível 25%**	**Cenário remoto 75%**
Aplicações financeiras	220.301	100% CDI - 13,04%	28.727	Redução	21.545	7.182
Contas a receber	12.375	IPCA - 4,62%	572	Redução	429	143
Passivos de arrendamento	327.834	IGP-M - 3,17%	10.392	Aumento	12.990	18.187

O cenário provável reflete as taxas de fechamento dos juros prefixados e dos índices de inflação no final do ano. O cenário possível projeta uma variação de 25% nessas taxas e, no cenário remoto, uma variação de 5%, tanto de alta quanto de baixa, sendo consideradas as maiores perdas resultantes do fator de risco. **5.4.2 Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações sob um instrumento financeiro ou contrato com cliente, levando a uma perda financeira. O risco de crédito decorre da exposição do Grupo a terceiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, bem como de suas atividades operacionais, principalmente relacionadas a contas a receber. O risco de crédito do cliente é gerenciado pelo Grupo com base na política, procedimentos e controles estabelecidos relacionados ao gerenciamento de risco de crédito de clientes. Os recebíveis de clientes pendentes são monitorados regularmente. Consulte a Nota 9 para informações adicionais sobre as contas a receber do Grupo. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria do Grupo, de acordo com a política do Grupo. Os investimentos de recursos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites atribuídos a cada contraparte. A exposição máxima do Grupo ao risco de crédito para os componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 **são os valores contábeis de seus ativos financeiros. 5.4.3 Risco de liquidez:** A Administração do Grupo é responsável por monitorar o risco de liquidez. Para atingir o objetivo do Grupo, a Administração revisa regularmente o risco e mantém reservas apropriadas, incluindo linhas de crédito bancário com instituições financeiras de primeira linha. A Administração também monitora continuamente os fluxos de caixa projetados e reais e a combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Os principais requisitos de recursos financeiros utilizados pelo Grupo decorrem da necessidade de efetuar pagamentos a fornecedores, despesas operacionais, obrigações com salários e encargos sociais e contas a pagar por aquisição de controladas.

Controladora Em 31 de dezembro de 2023	**Menos de 1 ano**	**Entre 1 e 3 anos**	**Entre 3 e 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Total**
Fornecedores	6.421	-	-	-	6.421
Empréstimos e financiamentos	151.120	1.690.513	932.538	-	2.774.171
Total	**157.541**	**1.690.513**	**932.538**	**-**	**2.780.592**

Controladora Em 31 de dezembro de 2022	**Menos de 1 ano**	**Entre 1 e 3 anos**	**Entre 3 e 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Total**
Fornecedores	7.494	-	-	-	7.494
Contas a pagar por aquisição de controladas	-	507.361	-	-	507.361
Empréstimos e financiamentos	131.128	1.021.450	972.921	-	1.620.216
Total	**138.622**	**507.361**	**1.489.088**	**-**	**2.135.071**

Consolidado Em 31 de dezembro de 2023	**Menos de 1 ano**	**Entre 1 e 3 anos**	**Entre 3 e 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Total**
Fornecedores	111.726	-	-	-	111.726
Passivos de arrendamento	51.621	76.873	96.115	261.427	486.036
Empréstimos e financiamentos	151.120	1.690.513	932.538	-	2.774.171
Total	**314.467**	**1.767.386**	**1.028.653**	**261.427**	**3.371.933**

Consolidado Em 31 de dezembro de 2022	**Menos de 1 ano**	**Entre 1 e 3 anos**	**Entre 3 e 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Total**
Fornecedores	98.873	-	-	-	98.873
Passivos de arrendamento	51.310	62.567	40.804	168.658	323.339
Contas a pagar por aquisição de controladas	-	507.361	-	-	507.361
Empréstimos e financiamentos	131.128	1.021.450	972.921	-	2.125.499
Total	**281.311**	**1.591.378**	**1.013.725**	**168.658**	**3.055.072**

6. Valor justo: A Companhia avaliou que os justos valores dos instrumentos financeiros a custo amortizado, tais como caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, recebíveis comerciais correntes e contas a pagar comerciais se aproximam de suas quantias escrituradas em grande parte devido aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. Os recebíveis comerciais não correntes, os passivos de arrendamento, as contas a pagar da aquisição de subsidiárias e os empréstimos e financiamentos têm a sua quantia escriturada ajustada pela respetiva taxa de juro efetiva, a fim de serem apresentados o mais próximo possível do seu valor justo.

7. Gerenciamento do capital: Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar o pressuposto de continuidade operacional para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. O Grupo administra sua estrutura de capital e faz ajustes à luz de mudanças nas condições econômicas. Para manter e ajustar a estrutura de capital, o Grupo pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver capital aos acionistas ou emitir novas ações. Em 31 de Dezembro de 2022, o Grupo possuía uma estrutura de capital impactada por sua estratégia de crescimento, organicamente ou por meio de aquisições, em especial a combinação de negócios com a Unicesumar. As decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado. Não foram efetuadas alterações nos objetivos, políticas ou processos de gerenciamento de capital durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O capital é administrado considerando a posição consolidada no nível da Vitru Limited, controladora da Companhia, mas também observando eventuais limitações e covenants financeiros no nível da Companhia. O Grupo possui os seguintes covenants vinculados aos títulos de debêntures emitidos: **Dívida Financeira Líquida / EBITDA Ajustado menor ou igual a:** (a) 4,0x quatro vezes), a ser verificado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Emissora, sendo a apuração com base no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (b) 3,5 x (três vezes e meia), a ser verificado com base nas informações financeiras trimestrais consolidadas e revisadas da Emissora, sendo a apuração com base no trimestre encerrado em 30 de junho de 2024; **EBITDA Ajustado / Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a:** (a) 1,5x (uma vez e meia) a ser verificado com base nas informações financeiras consolidadas e revisada ou auditadas da Emissora, conforme aplicável, sendo a apuração com base (a) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, e (b) no trimestre encerrado em 30 de junho de 2024; e (b) 2,0x (duas vezes), a ser verificado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Emissora, sendo a apuração com base no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e nos anos subsequentes até o vencimento das Debêntures. A não observância, pela Emissora, de qualquer dos índices financeiros acima ("Índices Financeiros") a serem apurados conforme indicado abaixo, com base nas demonstrações financeiras anuais consolidadas e/ou informações trimestrais consolidadas da Emissora, verificados pelo Agente Fiduciário até a Data de Vencimento e/ou pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures, o que ocorrer primeiro, a serem calculados com base nas informações financeiras consolidadas da Emissora, devidamente auditadas ou revisadas de acordo com as normas contábeis aplicáveis, pelos auditores independentes contratados pela Emissora. Para fins deste item: **"Dívida Financeira"** significa com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas, conforme o caso, da Emissora, qualquer valor devido, no Brasil ou no exterior, em decorrência de (i) empréstimos, mútuos, financiamentos ou outras dívidas financeiras, incluindo arrendamento mercantil (exceto aluguel de imóveis), leasing financeiro, títulos de renda fixa, debêntures, letras de câmbio, notas promissórias ou instrumentos similares; (ii) aquisições a pagar; (iii) saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos (sendo que o referido saldo será líquido do que já estiver classificado no passivo circulante e no passivo não circulante); (iv) cartas de crédito, avais, fianças, coobrigações e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas respectivas demonstrações financeiras; e (v) obrigações decorrentes de resgate de valores mobiliários representativos do capital social e pagamento de dividendos ou lucros declarados e não pagos, se aplicável, sendo certo que a Dívida Financeira não considerará passivos referentes a arrendamentos mercantis (aluguel de imóveis); **"Dívida Financeira Líquida"** significa com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas, conforme o caso, da Emissora, a sua Dívida Financeira deduzida do somatório do caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, livres e desembaraçados de quaisquer Ônus; **"EBITDA Ajustado"** significa com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas, conforme o caso, da Emissora relativas aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores, o lucro líquido do período, acrescido dos tributos (correntes e diferidos) sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas, das receitas financeiras, das depreciações, amortizações e exaustões (incluindo despesas de impairment), dos juros e multas sobre mensalidades em atraso ("Interest on tuition fees paid in arrears"), das despesas com planos de stock options ("Share-based compensation plan"), da linha de Outras Despesas e Receitas ("Other income (expenses), net"), e das despesas com M&A, oferta de ações e restruturações ("M&A, pre-offering expenses and restructuring expenses"), todos calculados de acordo com as definições do formulário 20-F mais recente da Vitru Ltd. E em linha com as normas de IFRS, sendo certo que, ademais, o EBITDA Ajustado deverá considerar as despesas com aluguéis pagos; **"Resultado Financeiro Líquido"** significa Receitas Financeiras menos (-) Despesas Financeiras; **"Receitas Financeiras"** significa o somatório dos juros sobre aplicações financeiras, juros sobre empréstimos e mútuos ativos, variações monetárias e cambiais ativas, e receitas relacionadas a hedge/derivativos; e **"Despesas Financeiras"** significa o somatório dos juros sobre dívidas financeiras, mútuos, títulos e valores mobiliários, deságio na cessão de direitos creditórios, custos de estruturação de operações bancárias ou de mercado de capitais, variações monetárias e cambiais passivas, despesas relacionadas a hedge/derivativos, juros ou multas por atraso e/ou não pagamento de obrigações, excluindo juros sobre capital próprio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o Grupo está cumprindo todos os covenants atingindo os seguintes índices: **Dívida Financeira Líquida / EBITDA Ajustado: 2,93**. **EBITDA Ajustado / Resultado Financeiro Líquido: 2,18**.

8. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Caixa e equivalentes de caixa	1.065	561	12.971	35.130
Aplicações financeiras (i)	39.818	6.716	220.301	23.301
	40.883	**7.277**	**233.272**	**58.431**

(i) Aplicações financeiras são compostas por depósitos de curto prazo com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, prontamente conversíveis em dinheiro, junto a instituições financeiras de primeira linha. A média de rendimento desses depósitos é 13,49% a.a., correspondentes a 103,45% do CDI (2022 – 10,50% a.a. – 84,80% do CDI).

9. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Mensalidades	54.652	47.005	479.939	437.903
FIES e UNIEDU Créditos Garantidos	-	-	52.845	1.979

>>> continua >>>

>>> continuação >>>

PEP - Pagamento Especial em Prestações (i)	-	-	12.375	27.393
CREDIN - Crédito Educacional Interno (ii)			39.992	22.365
Provisão para vendas canceladas	-	-	(12.150)	(6.512)
Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber	(20.137)	(14.406)	(268.314)	(211.986)
Total de contas a receber	**34.515**	**32.599**	**304.687**	**271.142**
Circulante	34.509	32.598	235.560	265.564
Não circulante	6	1	69.127	5.578

(i) Em 2015, foi introduzido um programa especial de pagamento parcelado (PEP) para facilitar a entrada de estudantes que não podiam se qualificar para o FIES, devido a mudanças ocorridas no programa na época. Esses recebíveis rendem juros de 4,62% a.a. e, dado o longo prazo das parcelas, foram descontados à taxa interbancária de 13,04% a.a.. (ii) A Unicesumar possui um programa semelhante ao PEP, onde é deduzido um percentual fixo do valor bruto da mensalidade dos serviços prestados durante toda a duração da graduação do aluno. Após a formatura, os alunos devem pagar as deduções durante um prazo igual ao período da graduação cursada pelo aluno com os valores atualizados do curso concluído. Os saldos de contas a receber por faixa de vencimento estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Recebíveis a vencer	37.951	32.988	194.377	99.088
Recebíveis vencidos	-			
De 1 a 30 dias	172	1.559	55.948	59.718
De 31 a 60 dias	2.014	68	43.933	44.827
De 61 a 90 dias	1.820	1.401	45.104	47.174
De 91 a 180 dias	4.910	3.711	84.106	85.359
De 181 a 365 dias	7.785	7.278	161.683	153.474
Provisão para cancelamento de receita	-	-	(12.150)	(6.512)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(20.137)	(14.406)	(268.314)	(211.986)
	34.515	**32.599**	**304.687**	**271.142**

Os cancelamentos consistem em deduções à receita para ajustá-la à extensão que seja provável que não será revertida, relacionada a solicitações de alunos que não participaram de aulas e não reconhecem o serviço prestado ou estão insatisfeitos com os serviços prestados, geralmente porque não se adaptaram à plataforma ou à sua própria escolha de assunto. Uma provisão para cancelamento é estimada usando o método do valor esperado, que considera a experiência acumulada e é atualizado no final de cada exercício para mudanças nas expectativas. As alterações na provisão para cancelamento de receita do Grupo são as seguintes:

	Consolidado	
	2023	2022
No início do exercício	**(6.512)**	**(4.191)**
Adições	(6.598)	(15.969)
Reversões	960	13.648
No final do exercício	**(12.150)**	**(6.512)**

O Grupo registra a provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber mensalmente, analisando os valores faturados no mês, o volume mensal de recebíveis e os respectivos valores pendentes por faixa de pagamento em atraso, calculando o desempenho de recuperação. De acordo com essa metodologia, o valor faturado mensalmente e cada faixa de pagamento em atraso recebe uma porcentagem da probabilidade de perda acumulada de forma recorrente. Quando o atraso excede 365 dias, o recebível é baixado. Mesmo para créditos baixados, os esforços de cobrança continuam e seu recebimento é reconhecido diretamente na demonstração do resultado, quando incorrido, como recuperação de perdas. A movimentação na provisão para perdas de crédito esperadas do Grupo é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
No início do exercício	**(14.406)**	**(14.726)**	**(208.535)**	**(113.934)**
Baixas por incobráveis	10.522	10.465	203.762	89.481
Reversão	3.884	-	37.256	19.242
Provisão para perdas de crédito esperadas	(20.137)	(10.145)	(300.797)	(206.775)
No final do exercício	**(20.137)**	**(14.406)**	**(268.314)**	**(211.986)**

10. Impostos de renda correntes e diferidos: a) Reconciliação dos impostos de renda na demonstração do resultado: Os impostos de renda divergem do valor teórico que seria obtido usando as alíquotas nominais de impostos de renda aplicáveis aos resultados das entidades do Grupo, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado antes dos impostos	80.173	(4.120)	109.868	936
Alíquota nominal combinada de impostos de renda	34%	34%	34%	34%
Impostos de renda às alíquotas nominais	**(27.259)**	**1.401**	**(37.355)**	**(318)**
Receita isenta de tributação - benefício Prouni (i)	-	-	185.399	95.812
Imposto diferido ativo não reconhecido sobre prejuízos fiscais (ii)	(118.273)	-	(123.408)	(2.040)
Despesas não dedutíveis	-	(7.050)	(12.057)	17
Resultado de equivalência de controladas	188.030	102.909	-	(6.067)
Outros	-	-	224	4.800
Total do imposto de renda e da contribuição social	**42.498**	**97.260**	**12.803**	**92.204**
Alíquota efetiva	**(53)%**	**2361%**	**(12)%**	**(9.851)%**
Despesa de impostos de renda correntes	-	-	(53.611)	(18.023)
Receita de impostos de renda diferidos	42.498	97.260	66.414	110.227

(i) O Programa Universidade para Todos - Prouni, estabelece, através da Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de certos impostos federais para instituições de ensino superior que concedem bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda matriculados nos programas de graduação tradicional e graduação tecnológica. As empresas de ensino superior do Grupo estão incluídas neste programa. (ii) Algumas controladas da Companhia possuem prejuízos fiscais sem previsão de realização. (iii) A Companhia teve um histórico de prejuízo fiscal nos dois últimos anos, considerando esse histórico e a projeção de crescimento e evolução dos negócios da companhia, foi realizada uma provisão de 24% sobre os ativos diferidos ativos. **b) Imposto de renda diferido**

	Balanço		Resultado	
Controladora	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**2023**	**2022**
Prejuízo fiscal de exercícios anteriores	93.242	93.242	-	78.832
Provisão para perdas de crédito esperadas	7.718	7.718	-	15.475
Provisões trabalhistas	15.413	15.413	-	1.989
Outras provisões	577	577	-	964
Total	**116.950**	**116.950**	**-**	**97.260**
Impostos diferidos ativos	**116.950**	**116.950**		

	Balanço		Resultado	
Controladora	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**2023**	**2022**
Ativos intangíveis de combinações de negócios	(730.896)	(773.394)	42.498	-
Total	**(730.896)**	**(773.394)**	**42.498**	**-**
Impostos diferidos passivos	**(730.896)**	**(773.394)**		

	Balanço		Resultado	
Consolidado	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**2023**	**2022**
Prejuízo fiscal de exercícios anteriores	93.242	93.242	-	78.832
Provisão para perdas de crédito esperadas	90.892	59.739	31.153	-
Provisões trabalhistas	19.036	-	19.036	15.475
Contratos de leasing	3.937	7.147	(3.210)	1.989
Provisão para cancelamento de receita	4.131	990	3.141	7.147
Provisão para contingências	4.521	4.149	372	990
Outras provisões	11.200	37.776	(26.576)	5.794
Total	**226.959**	**203.043**	**23.916**	**110.227**
Impostos diferidos ativos	**226.959**	**203.043**		

	Balanço		Resultado	
Consolidado	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**2023**	**2022**
Ativos intangíveis de combinações de negócios	(730.896)	(773.394)	42.498	-
Total	**(730.896)**	**(773.394)**	**42.498**	**-**
Impostos diferidos passivos	**(730.896)**	**(773.394)**		

Os impostos diferidos acima foram registrados à taxa nominal de 34%. De acordo com a legislação tributária brasileira, diferenças temporárias e prejuízos fiscais podem ser transportados indefinidamente, no entanto, o prejuízo transportado só pode ser usado para compensar até 30% do lucro tributável do ano. c) **Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos**

	Controladora	Consolidado
2024	(18.742)	87.984
2025	(41.182)	(40.528)
2026	(39.386)	(38.732)
2027	(39.386)	(38.732)
2028 a 2033	(475.250)	(473.929)
Total	**(613.946)**	**(503.937)**

11. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos aos parceiros de polos (i)	682	265	10.734	5.109
Adiantamentos a fornecedores	531	17	4.394	4.145
Licenças de software	14	-	2.292	389
Adiantamentos a funcionários	53	16.258	1.986	-
Seguros	28	27	304	208
Custos de transações de futuras emissões	-	6.550	-	8.514
Outros	-	-	-	(444)
Despesas antecipadas	**1.308**	**23.117**	**19.710**	**17.921**

(i) O aumento em adiantamentos a polos parceiros durante o exercício de 2023 ocorreu principalmente devido a estratégia de expansão do Grupo e disponibilização de fundos para realização de ações de marketing regionais durante os períodos de captação.

12. Recebíveis de parceiros: As contas a receber dos parceiros de polos são valores em dinheiro transferidos para os polos que serão descontados dos repasses futuros que o Grupo realiza sobre os valores recebidos de alunos:

Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
Créditos cedidos	96.628	80.096
Total de contas a receber	**96.628**	**80.096**
Circulante	39.351	31.979
Não circulante	57.277	48.117

O aumento em adiantamentos a polos parceiros durante o exercício de 2023 ocorreu principalmente devido a estratégia de expansão do Grupo e disponibilização de fundos para realização de ações de marketing regionais durante os períodos de captação.

13. Investimentos em controladas: Composição dos investimentos da Controladora:

	31/12/2023	31/12/2022
Equivalência patrimonial	753.063	473.051
Ágio na aquisição	4.258.016	4.382.993
Total Investimentos	**5.011.079**	**4.856.044**

Movimentação dos investimentos da Controladora: *Movimentação equivalência patrimonial:*

Controladas	UNIASSELVI	UNICESUMAR	FAMEG	FAIR	FAC	REDE ENEM	TOTAL
Em 31 de dez. de 2022	**322.464**	**137.901**	**4.819**	**4.294**	**3.711**	**(138)**	**473.051**
Programa de opção de ações	4.953	-	-	-		-	4.953
Aumento de capital	16.120	44.697	1.700	1.000	2.800	1.250	67.567
Equivalência patrimonial	111.846	451.271	(3.741)	(2.220)	(3.086)	(1.052)	553.018
Distribuição de dividendos	(23.083)	(322.443)	-		-	-	(345.526)
Em 31 de dezembro de 2023	**432.300**	**311.426**	**2.778**	**3.074**	**3.425**	**60**	**753.063**

Movimentação do ativo intangível em combinação de negócio:

	2023	2022
Em 31 de dezembro 2022	**4.382.993**	**604.521**
Combinação de negócios	-	3.854.802
Amortização	(124.977)	(76.330)
Em 31 de dezembro de 2023	**4.258.016**	**4.382.993**

14. Arrendamentos: A seguir são apresentados os valores contábeis dos ativos de direito de uso do Grupo relacionados a edificações usadas como escritórios e polos, passivos de arrendamento e a movimentação durante o exercício:

	Ativo de direito de uso		Passivos de arrendamento	
Consolidado	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Em 1 de janeiro	**350.393**	**136.104**	**323.339**	**161.532**
Novos contratos	3.274	6.901	3.274	6.901
Remensuração pelo índice (i)	23.878	19.214	23.878	19.214
Alteração de contratos (ii)	(2.529)	(19.454)	(1.919)	(17.763)
Combinação de negócios	-	228.258	-	171.829
Despesa de depreciação	(25.333)	(20.630)	-	-
Provisão para juros	-		33.857	28.246
Pagamento de principal	-		(20.738)	(18.374)
Pagamento de juros	-		(33.857)	(28.246)
Em 31 de dezembro	**349.683**	**350.393**	**327.834**	**323.339**
Circulante	-	-	51.621	51.310
Não circulante	349.683	350.393	276.213	272.029

(i) Os passivos de arrendamento e os ativos de direito de uso foram aumentados em relação aos pagamentos variáveis do arrendamento que dependem de um índice ou taxa, como resultado de preços de aluguel anuais ajustados contratualmente pela taxa de inflação do mercado Índice Geral de Preços do Mercado ou IGP-M. (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia alterou o objeto de um contrato de arrendamento com um efeito no resultado no valor de R$ 610 reconhecido na linha de outras receitas (despesas) líquidas. O Grupo reconheceu uma despesa de aluguel de arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor de R$ 8.492 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (2022 - R$ 5.882), representado principalmente por arrendamentos de equipamentos de telefonia e informática.

15. Imobilizado

Consolidado	Equipamentos de TI	Móveis, equipamentos e instalações	Livros da biblioteca	Veículos	Terrenos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Obras em andamento (i)	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2021								
Valor residual	**15.446**	**32.518**	**2.976**	**-**	**-**	**54.719**	**1.180**	**106.839**
Custo	33.650	61.177	20.994	-	-	76.494	1.180	193.495
Depreciação acumulada	(18.204)	(28.659)	(18.018)	-	-	(21.775)	-	(86.656)
Aquisições	10.248	11.392	240	624	-	(388)	8.360	30.476
Transferências	-	909	-	-	-	385	(1.294)	-
Baixas	(310)	-	-	-	-	-	-	(310)
Combinação de negócios	15.413	43.190	2.570	1.416	4.566	8.539	2.402	-
Depreciação	(7.510)	(8.019)	(1.578)	(880)	-	(2.539)	-	(20.526)
Em 31 de dezembro de 2022								
Valor residual	**33.287**	**79.990**	**4.208**	**1.160**	**4.566**	**60.716**	**10.648**	**194.575**
Custo	90.947	156.004	37.719	5.215	4.566	85.432	10.648	390.531
Depreciação acumulada	(57.660)	(76.014)	(33.511)	(4.055)	-	(24.716)	-	(195.956)
Aquisições	17.511	23.998	645	-	-	1.487	7.659	51.300
Transferências	49	618	-	-	-	7.812	(8.479)	-
Baixas	(1.430)	(3.776)	(1)	(211)	-	(50)	-	(5.468)
Depreciação	(12.653)	(13.385)	(1.454)	(305)	-	(6.758)	-	(34.555)
Em 31 de dezembro de 2023								
Valor residual	**36.764**	**87.445**	**3.398**	**644**	**4.566**	**63.207**	**9.828**	**205.852**
Custo	77.215	150.692	38.363	4.376	4.566	94.681	9.828	379.721
Depreciação acumulada	(40.451)	(63.247)	(34.965)	(3.732)	-	(31.474)	-	(173.869)

Não há evidências de que os valores contábeis do imobilizado excedam os valores recuperáveis.
(i) Referem-se a obras em andamento para melhorias nas instalações utilizadas pelo Grupo, relacionadas à acessibilidade e modernização das instalações.

16. Intangível

Consolidado	Software	Desenvolvimento de projetos internos	Marcas registradas (i)	Licenças de operação para ensino a distância	Licenças de operação de cursos de medicina	Acordos de não-competição	Carteira de clientes	Materiais didáticos	Ágio por rentabilidade futura	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2021										
Valor residual	**20.670**	**44.887**	**53.985**	**245.721**	**-**	**-**	**-**	**-**	**304.815**	**670.078**
Custo	66.575	65.216	85.163	245.721	-	10.826	100.695	7.344	372.268	953.808
Amortização e impairment acumulados	(45.905)	(20.329)	(31.178)	-	-	(10.826)	(100.695)	(7.344)	(67.453)	(283.730)
Aquisição e capitalização	18.785	32.090	-	5.847	-	-	-	-	-	56.722
Combinação de negócios	33.379		352.189	1.206.641	55.454	272.416	294.525	26.584	1.557.774	3.798.962
Amortização	(12.815)	(12.256)	(12.311)	-	-	(22.038)	(33.335)	(5.416)	-	(98.171)
Em 31 de dezembro de 2022										
Valor residual	**60.019**	**64.721**	**393.863**	**1.458.209**	**55.454**	**250.378**	**261.190**	**21.168**	**1.862.589**	**4.427.591**
Custo	141.148	97.306	437.390	1.458.209	55.454	283.242	395.220	33.928	1.930.042	4.831.939
Amortização e impairment acumulados	(81.129)	(32.585)	(43.527)	-	-	(32.864)	(134.030)	(12.760)	(67.453)	(404.348)
Aquisição e capitalização	21.858	49.427	-	-	-	-	-	-	-	71.285
Transferências	20.873	(20.873)	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	(3.968)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.968)
Amortização	(17.812)	(17.580)	(17.885)	-	-	(36.061)	(54.549)	(8.861)	-	(152.748)
Em 31 de dezembro de 2023										
Valor residual	**80.970**	**75.695**	**375.978**	**1.458.209**	**55.454**	**214.317**	**206.641**	**12.307**	**1.862.589**	**4.342.160**
Custo	178.303	124.449	437.390	1.458.209	55.454	283.242	395.220	33.928	1.930.042	4.896.237
Amortização e impairment acumulados	(97.333)	(48.754)	(61.412)	-	-	(68.925)	(188.579)	(21.621)	(67.453)	(554.077

(i) O grupo detém os direitos de diversas marcas, como Assevim, FAC, FAIR, FAMESUL e outras, no entanto, as marcas Uniasselvi e Unicesumar são as únicas reconhecidas como ativo intangível, em decorrência da combinação de negócios. **Teste de *impairment* de ativos intangíveis de vida útil indefinida:** O ágio, as licenças de operação para ensino à distância e as licenças de operação de cursos de medicina foram alocados às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), que estão identificadas ao nível dos segmentos operacionais da Companhia identificados na Nota 30. O resumo em nível de segmento operacional da alocação dos ativos intangíveis de vida útil indefinida e as principais premissas para as UGCs que possuem ágio significativo alocado a elas são apresentados abaixo:

Segmento operacional	Ensino à distância		Educação continuada		Graduação presencial	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Allocation of carrying amount:						
Ágio por rentabilidade futura	1.398.488	1.398.488	32.996	32.996	431.105	431.105
Licenças de operação para ensino a distância	1.425.894	1.425.894	32.315	32.315	-	-
Licenças de operação de cursos de medicina	-	-	-	-	55.454	55.454
Ativos intangíveis sem vida útil	**2.824.382**	**2.824.382**	**65.311**	**65.311**	**486.559**	**486.559**
Premissas chave:						
Taxa de cresimento da receita operacional (i)	15,2%	28,8%	34,5%	70,0%	5,7%	-19,9%
Taxa de desconto (ii)	9,4%	10,6%	9,4%	10,6%	9,4%	10,6%
Taxa de continuidade (iii)	3,0%	3,2%	3,0%	3,2%	3,0%	3,2%
Margem bruta (iv)	76,0%	70,8%	76,3%	88,9%	44,9%	35,8%

(i) A taxa de crescimento da receita operacional líquida é baseada no crescimento histórico da base de alunos e nas expectativas da administração em relação ao desenvolvimento do mercado. (ii) A taxa de desconto antes dos impostos reflete riscos específicos relativos ao segmento e país em que a Companhia atua. (iii) A taxa de continuidade não excede a taxa média de crescimento de longo prazo para o sector da educação em que a CGU opera e é composta principalmente pela inflação esperada. (iv) A margem bruta orçada é a margem média como percentagem da receita durante o período de previsão de cinco anos. Baseia-se nos níveis atuais de margem de vendas e está alinhado com o histórico operacional da Companhia e as expectativas da administração para o desempenho futuro. Com base nas recentes mudanças na legislação e no crescimento do mercado de educação digital no Brasil, a Administração espera ter um forte crescimento nos cursos de graduação em educação digital, principalmente baseado no aumento de polos. Além dos investimentos com novos hubs, a Administração também considera investimentos em melhorias para ampliação das unidades existentes. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o valor recuperável das unidades geradoras de caixa (UGCs) foi determinado com base em cálculos do valor em uso que requerem a utilização de premissas. Os cálculos utilizam projeções de fluxo de caixa baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração abrangendo um período de cinco anos. Os fluxos de caixa para além do período de cinco anos são extrapolados utilizando as taxas de crescimento de longo prazo estimadas acima indicadas. Não houve redução ao valor recuperável do ágio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **Impacto de possíveis mudanças nas principais premissas** Uma redução de 120 pontos base na margem bruta estimada pela administração utilizada no cálculo do valor em uso da CGU dos cursos de graduação em educação digital em 31 de dezembro de 2023 (74,8% em vez de 76,0%), não teria resultado no reconhecimento de uma deterioração do ágio. Além disso, a Companhia realizou a mesma análise de sensibilidade para os cursos de educação continuada (75,2% em vez de 76,3%) e concluiu que não teria resultado no reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável do ágio. Além do teste acima de redução da margem bruta, um aumento de 120 pontos base na taxa de desconto estimada pela administração aplicada às projeções de fluxo de caixa para as duas UGCs para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2023 (12,5% em vez de 11,3%), teria não resultou no reconhecimento de uma imparidade do goodwill. A Administração considerou e avaliou razoavelmente possíveis mudanças em outras premissas-chave e não identificou quaisquer casos que pudessem fazer com que o valor contábil dos cursos de graduação em educação digital e dos segmentos de educação continuada excedesse seu valor recuperável.

17. Empréstimos e financiamentos: Em 19 de maio de 2022, a companhia emitiu duas séries de debêntures, sendo a primeira com 500 títulos com vencimento entre novembro de 2023 e maio de 2024, e a segunda série com 1.450 títulos com vencimento entre maio de 2025 e maio de 2027. O valor nominal de cada título das séries é de R$ 1.000,00. Em 5 de maio de 2023, a empresa emitiu mais uma série de debêntures, contendo 190.000 títulos com vencimento entre maio de 2025 e maio de 2028. O valor nominal de cada título também é de R$ 1.000,00. Em dezembro de 2023, a companhia emitiu uma terceira série de debêntures contendo 500.000 títulos com valor nominal de R$1.000,00 e vencimento entre 2025 e 2028. **a) Composição**

Tipo	Taxa de juros	Vencimento	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures	De CDI +2.45% a.a. até 3.2% a.a.	Mai/22 to Nov/28	2.181.819	1.620.216
Circulante			151.120	131.158
Não circulante			2.030.699	1.489.088

b) Variação

	Empréstimos e financiamentos	
	2023	2022
Saldo em 1 de janeiro	**1.620.216**	**-**
Adicão por emissão de debêntures	675.828	1.905.851
Reconhecimento de juros	264.313	165.881
Pagamentos do principal	(100.869)	(296.262)
Pagamentos de juros	(277.669)	(155.254)
Saldo em 31 de dezembro	**2.181.819**	**1.620.216**

c) Vencimento

Vencimento	**Empréstimos e financiamentos**
2024	151.120
2025	593.397
2026	692.484
2027	520.758
2028	224.060
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.181.819**

18. Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para bônus	26.488	3.136	41.031	9.522
Encargos sociais a pagar (i)	659	454	22.085	15.675
Salários a pagar	449	126	15.455	10.374
Provisão para férias	617	508	11.084	6.883
Outros	2	1	771	651
Total	**28.215**	**4.225**	**90.426**	**43.105**

(i) Composto por contribuições para a Previdência Social ("INSS") e para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS"), bem como imposto de renda retido na fonte ("IRRF") sobre salários.

19. Contas a pagar por aquisição de controladas	**2023**	**2022**
Em 1 de janeiro	**507.361**	**149.765**
Adição por aquisição de subsidiárias	-	(73.134)
Aditivo Contratual	-	40.069
Provisão para juros	40.304	680.015
Pagamento	(547.665)	(289.354)
Em 31 de dezembro	**-**	**507.361**
Circulante	-	-
Não circulante	-	507.361

Em 05 de dezembro de 2023 a Companhia liquidou a última parcela da aquisição da Unicesumar de forma antecipada como parte da sua estratégia de gerenciamento de capitais.

20. Contingências: a) Provisão para contingências: As provisões relacionadas a processos trabalhistas e cíveis cuja probabilidade de perda é avaliada como provável são as seguintes:

Consolidado	Cível	Trabalhista	Total
Em 31 de dezembro de 2021	**2.834**	**12.038**	**14.872**
Adições	2.699	4.843	7.542
Combinação de negócios	549	11.961	12.510
Provisão para juros	2	25	27
Pagamentos (baixas)	(60)	(846)	(906)
Reversões	(1.485)	(3.379)	(4.864)
Em 31 de dezembro de 2022	**4.539**	**24.642**	**29.181**
Adições	13.024	13.103	26.127
Provisão para juros	838	1.443	2.281
Pagamentos (baixas)	(7.571)	(4.660)	(12.231)
Reversões	(2.981)	(499)	(3.480)
Em 31 de dezembro de 2023	**7.849**	**34.029**	**41.878**

As controladas do Grupo são partes em processos judiciais e administrativos. Esses processos geralmente se referem a disputas legais e administrativas envolvendo sindicatos, funcionários, fornecedores e estudantes. As provisões são registradas para processos judiciais que representam perda provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui uma análise das evidências disponíveis, incluindo a opinião de consultores jurídicos internos e externos. A Administração acredita que as provisões são suficientes e estão adequadamente registradas nas demonstrações financeiras. **b) Ativos de indenização:** Os reembolsos esperados para as provisões de contingências relacionadas a processos trabalhistas e cíveis cuja probabilidade de perda é avaliada como provável são as seguintes:

Ativos	Cível	Trabalhista	Total
Em 31 de dezembro de 2021	**595**	**8.029**	**8.624**
Adições	1.051	3.541	4.592
Provisão para juros	501	833	1.334
Pagamentos (baixas)	(433)	(3.645)	(4.078)
Reversões	(174)	(445)	(619)
Em 31 de dezembro de 2022	**1.540**	**8.313**	**9.853**
Adições	10.298	11.517	21.815
Provisão para juros	13	110	123
Pagamentos (baixas)	(1.845)	(667)	(2.512)
Reversões	(653)	(200)	(853)
Em 31 de dezembro de 2023	**9.353**	**19.073**	**28.426**

c) Perdas possíveis, não previstas no balanço: Nenhuma provisão foi constituída para os processos classificados como perda possível, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia. A composição das contingências existentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
Cível	14.939	23.210
Trabalhista	37.051	28.284
Fiscal	67.799	59.916
Total	**119.789**	**111.410**

Processos cíveis classificados como perda possível: Em 31 de dezembro de 2023, as controladas da Companhia estavam sujeitas a 1.452 (2022 – 1.263) ações cíveis. A maior parte das ações está relacionada a reclamações de consumidores, incluindo discussões sobre cobrança indevida de mensalidades e taxas, atraso na emissão de certificados e diplomas, cobrança indevida de mensalidades de alunos contemplados com bolsas e financiamentos públicos e negação de matrícula em cursos, entre outros. **Processos trabalhistas classificados como perda possível:** Em 31 de dezembro de 2023, as controladas da Companhia estavam sujeitas a 184 (2022 – 180) reclamações trabalhistas. A maioria dessas reclamações está relacionada a horas extras, equiparação salarial, pagamento de férias e/ou não gozo de períodos de férias, indenizações e verbas rescisórias e indenizações com base nas leis trabalhistas brasileiras. **Processos tributários classificados como perda possível:** Em 31 de dezembro de 2023, as controladas da Companhia estavam sujeitas a 6 (2022 – 5) reclamações fiscais. A Companhia possui processo administrativo tributário pendente relacionado ao Auto de Infração Tributária nº 000204.00/2017, lavrado pela Secretaria Municipal de Fazenda de Porto Alegre, no valor total de R$ 28.024, correspondente a suposto débito de Imposto sobre Serviços (ISS), acrescido de multa de 150% e juros de mora, referente ao período de janeiro de 2012 a junho de 2017. A interpretação da Receita Federal de Porto Alegre é que os serviços educacionais prestados à distância pela Companhia, a partir de sua sede em Indaial/SC, estariam sujeitos à tributação de ISS na Cidade de Porto Alegre, onde mantém um sistema de educação digital. Centro. Esta interpretação é contestada na esfera administrativa pelo escritório de advocacia externo da Companhia. A responsabilidade por qualquer pagamento de tal dívida será de acordo com os períodos de responsabilidade definidos de acordo com os termos e condições do contrato de compra e venda descritos na nota 4, e os Vendedores serão responsáveis por quaisquer dívidas relativas ao período anterior ao fechamento data da aquisição (29 de fevereiro de 2016).

21. Patrimônio líquido: a) Capital autorizado: A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 600 milhões de ações, sujeita à aprovação do Conselho de Administração, que decidirá as condições de pagamento, as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão. **b) Capital subscrito e integralizado** Em 31 de dezembro de 2023, o capital subscrito e integralizado era de R$ 2.031.408 (2022 – R$ 2.031.408) dividido em 1.959.752 mil (2022 – 1.959.752 mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **c) Distribuição de lucros:** O estatuto social da Companhia exige a distribuição de dividendos no valor de 1% do lucro líquido do exercício. Em junho de 2023 foi determinada a distribuição de R$ 40.000 a serem distribuídos até 31 de dezembro de 2024, como antecipação de dividendos da reserva de lucros da Companhia sendo que desses R$ 21.735 já foram distribuídos. Além dos dividendos distribuídos em junho, os dividendos mínimos obrigatórios no valor de R$ 1.227 foram destacados ao final do exercício de 2023. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foi realizada a distribuição de dividendos. **d) Reserva de lucros:** *Reserva legal*: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. O objetivo da reserva legal é proteger o capital e somente pode ser utilizada para compensação de perdas e aumento de capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante destinado a reserva legal foi R$ 9.045 (2022 – R$ 4.657). *Reserva estatutária:* A reserva estatutária da Companhia é denominada Reserva de Investimentos, cuja finalidade é a de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas, sendo que o seu saldo soma às demais reserva de lucros, exceto as reservas de contingências, incentivos fiscais e lucros a realizar, não poderá ultrapassar o valor do capital social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante destinado a reserva estatutária foi de R$ 115.310 (2022 – R$ 88.483). **e) Reservas de capital:** *Remuneração baseada em ações*: A reserva de capital contém a reserva para programas de remuneração baseada em ações, classificados como liquidadas com instrumentos de patrimônio, conforme detalhado na Nota 23. A reserva de remuneração baseada em ações é usada para reconhecer

- o valor justo das opções emitidas aos empregados na data de outorga, mas não exercidas.
- o valor justo das ações emitidas aos empregados na data de outorga quando do exercício das opções.

22. Lucro por ação básico e diluído: O lucro básico por ação é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada do número de ações ordinárias detidas pelos acionistas durante o ano. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui opções em aberto e não exercidas

>>> continua >>>

>>> continuação >>>
para comprar ações ordinárias que estão incluídas no cálculo do lucro básico e diluído por ação. A tabela a seguir contém o lucro (prejuízo) por ação da Companhia para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares, exceto valores por ação):

Lucro básico e diluído por ação	2023	2022
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	122.671	93.140
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	1.997.588	1.160.613
Lucro (prejuízo) básico por ação (R$)	**0,06**	**0,08**

23. Remuneração baseada em ações: O Grupo oferece aos seus gerentes e executivos um Plano de Opções de Ações com condições gerais para a outorga de opções de ações emitidas pela Companhia aos participantes indicados pelo Conselho de Administração que, a seu critério, preenchem as condições de participação, alinhando assim os interesses dos participantes aos interesses de seus acionistas, de forma a maximizar os resultados do Grupo e aumentar o valor econômico de suas ações, gerando benefícios para os participantes e demais acionistas. O Grupo também oferece aos participantes um incentivo de longo prazo, aumentando sua motivação e permitindo ao Grupo reter capital humano de qualidade. Os participantes de ambos os planos têm o direito de transformar todas as opções adquiridas em ações mediante pagamento em dinheiro, pagando o Preço de Exercício da Opção conforme definido no respectivo programa a que cada participante está associado. A diferença entre o preço estipulado no programa e o valor justo da ação na data de mensuração é registrado no patrimônio líquido. Os participantes do primeiro plano terão o direito de exigir que a Companhia adquira todas as ações de sua titularidade para manutenção em tesouraria ou pelo cancelamento, mediante pagamento, em dinheiro, do Preço de Exercício da Opção de Venda, por determinado período a partir da última Data de Vencimento, desde que nenhum evento de saída ocorreu até o final do referido período. Cumpridas todas as condições aplicáveis à recompra de ações previstas nas leis e/ou regulamentos aplicáveis, a Companhia pagará ao Participante o preço equivalente a uma determinada quantidade de múltiplos do EBITDA da Companhia menos a Dívida Líquida, conforme estabelecido em cada programa de subvenções, registrado como passivo. A despesa reconhecida por serviços de empregados recebidos durante o exercício é a seguinte:

Resultado reconhecido devido a transações com pagamentos em ações	2023	2022
Pago em caixa - primeiro plano	(17.831)	(32.478)
Pago em ações - primeiro plano	2.321	20.623
Pago em ações - segundo plano	6.121	5.845
Total	**(9.389)**	**(6.010)**

24. Partes relacionadas: **24.1 Relacionamento com entidades relacionadas**: Em decorrência da combinação de negócios com a Unicesumar, a Companhia possui um contrato de arrendamento com empresas relacionadas a membros da administração: O objeto do contrato é o Campus da Unicesumar localizado na cidade de Maringá-PR e tem uma vigência de 20 anos a partir da data de fechamento da combinação de negócios.

	Saldos no balanço		Resultado	
Arrendamentos	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**2023**	**2022**
SOEDMAR - Sociedade Educacional De Maringa Ltda.				
Ativos de direito de uso	173.521	160.230		
Despesa de depreciação			(7.224)	(5.054)
Passivos de arrendamento	167.968	165.089		
Juros sobre arrendamentos			(13.984)	(13.061)
WM Administração e Participações Ltda				
Ativos de direito de uso	3.374	2.845		
Despesa de depreciação			(319)	(255)
Passivo de arrendamento	2.954	2.942		
Juros sobre arrendamentos			(287)	(268)

Além do arrendamento, como consequência da combinação de negócios com da Unicesumar, a Companhia possuia um passivo a pagar pela aquisição de controladas a membros da administração e do conselho da Companhia. A dívida foi liquidada de forma antecipada em 05 de dezembro de 2023. O valor da dívida foi atualizado pelo IPCA até maio de 2023 e foi atualizado por CDI + 3% no segundo ano até sua liquidação.

	Saldos no balanço		Resultado	
Contas a pagar pela aquisição de controladas	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**2023**	**2022**
Empréstimos e financiamentos	-	147.338		
Despesas financeiras			(40.303)	(1.458)

A Companhia também realiza doações mensais ao ICETI – Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação. O Instituto tem, entre suas finalidades e objetivos institucionais, o apoio, o desenvolvimento e a promoção de projetos de educação, pesquisa, desenvolvimento, inovação e tecnologia, reunindo ações, programas e atividades para esse fim. Alguns administradores da Companhia também auxiliam na administração do ICETI.

	Saldos no balanço		Resultado	
Doações	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**2023**	**2022**
ICETI - Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação				
Outras receitas (despesas) líquidas			(3.063)	(3.340)

24.2. Remuneração da administração

	2023	2022
Salários, encargos sociais e remuneração variável (i)	38.331	8.241
Remuneração baseada em ações	(9.389)	(6.010)
Total	**28.942**	**2.231**

(i) A remuneração variável é definida e aprovada pelo Conselho da Companhia em acordo com os executivos do Grupo.

25. Receita

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receita de serviços bruta	**58.294**	**48.413**	**2.487.626**	**1.663.606**
(-) Descontos	(91)	(216)	(184.116)	(100.425)
(-) Bolsas ProUni	-	-	(272.581)	(201.436)
(-) Impostos sobre serviços	(1.284)	(1.286)	(68.404)	(44.399)
Receita líquida	**56.919**	**46.911**	**1.962.525**	**1.317.346**
Modo de reconhecimento da receita				
Serviço transferido durante um período	56.519	46.511	1.935.461	1.299.183
Serviço transferido em um momento específico	400	400	27.064	18.163
Receita líquida	**56.919**	**46.911**	**1.962.525**	**1.317.346**

(i) A receita reconhecida em um momento específico do tempo refere-se à receita com taxas de estudantes e certas atividades relacionadas à educação. As receitas da Companhia com contratos com clientes são todas geradas no Brasil. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o valor faturado aos alunos pela parcela a ser transferida para o parceiro de polo, em relação à operação em conjunto, é de R$ 516.905 (2022 - R$ 343.603). Em 31 de dezembro de 2023, o saldo a pagar ao parceiro de polo é de R$ 23.018 (31 de dezembro de 2022 - R$ 43.676).

26. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Folha de pagamento (i)	45.111	14.769	576.733	426.274
Vendas e marketing	6.898	4.145	255.509	181.898
Depreciação e amortização (ii)	125.671	77.766	212.635	150.928
Serviços de consultoria e assessoria	34.323	37.647	85.786	55.388
Materiais	59	36	30.045	30.663
Manutenção	77	164	41.704	27.615
Utilidades, limpeza e segurança	-	-	42.836	14.330
Outras despesas	3.445	2.864	30.314	35.835
Total	**215.584**	**137.391**	**1.275.562**	**922.931**
Custo dos serviços prestados	28.534	18.941	669.479	502.330
Despesas gerais e administrativas	125.182	80.628	245.682	175.765
Despesas com vendas	61.868	37.822	360.401	244.836
Total	**215.584**	**137.391**	**1.275.562**	**922.931**

(i) As despesas com folha de pagamento incluem R$ 586.122 (2022 - R$ 432.284) referentes a salários, bônus, benefícios de curto prazo, encargos sociais relacionados e outras despesas relacionadas a empregados, e R$ (9.389) (2022 R$ (6.010)) relacionados à remuneração baseada em ações. **(ii) Depreciação e amortização**

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Custo dos serviços prestados	16.494	10.079	82.008	72.935
Despesas gerais e administrativas	54.628	34.352	75.661	44.097
Despesas com vendas	54.549	33.335	54.966	33.896
Total	**125.671**	**77.766**	**212.635**	**150.928**

27. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Baixa do ativo permanente	(2)	-	(9.437)	(11.365)
Doações dedutíveis	-	-	(3.579)	(2.322)
Multas por atraso	(13)	(2.777)	(141)	(150)
Indenizações contratuais	-	(12)	(1)	(252)
Alterações em contatos de arrendamento	-	-	(610)	4.625
Outras receitas	9	-	5.423	7.172
Outras despesas	(55)	(3)	(110)	(251)
Total	**(61)**	**(2.792)**	**(8.455)**	**(2.543)**

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receitas financeiras				
Juros sobre mensalidades pagas em atraso	973	824	24.079	26.545
Rendimento das aplicações financeiras	9.918	6.382	32.537	22.273
Variação Cambial Ativa	-	1	888	2.303
Outros	205	310	1.178	759
Total	**11.096**	**7.517**	**58.682**	**51.880**
Despesas financeiras				
Juros sobre contas a pagar por aquisição de controladas	(40.303)	(40.069)	(40.303)	(40.069)
Juros sobre arrendamentos	-	-	(33.858)	(28.246)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(264.313)	(165.881)	(264.313)	(165.881)
Variação Cambial Passiva	(7)	(2)	(1.522)	(1.834)
Outros	(4.339)	(4.942)	(23.785)	(19.252)
Total	**(308.962)**	**(210.894)**	**(363.781)**	**(255.282)**
Resultado financeiro	**(297.866)**	**(203.377)**	**(305.099)**	**(203.402)**

29. Cobertura de seguros: As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2023, são válidas somente até a Vitru Brasil e foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

	Coberturas
Bens do imobilizado	402.050
Responsabilidade Civil Geral e Executivos	60.000
Cyber Risks	15.000
	477.050

30. Informações por segmento: A companhia gerencia suas atividades em três principais segmentos de negócios operacionais, para diferenciação de seus produtos oferecidos. As despesas gerais e administrativas (exceto amortização de ativos intangíveis e despesas com redução ao valor recuperável), resultados financeiros (exceto juros de mensalidades pagas em atraso) e impostos de renda são administrados de forma consolidada da Companhia e não são alocados aos segmentos operacionais. O desempenho do segmento é avaliado principalmente com base na receita líquida e no lucro ajustado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA Ajustado). O LAJIDA Ajustado é calculado pelo lucro operacional acrescido de depreciação e amortização acrescido de juros recebidos sobre pagamentos de mensalidades em atraso e ajustado pela eliminação dos efeitos da remuneração baseada em ações mais/menos despesas excepcionais. As despesas gerais e administrativas (exceto amortização de ativos intangíveis e despesas com redução ao valor recuperável), resultados financeiros (exceto juros de mensalidades pagas em atraso) e impostos de renda são administrados de forma consolidada da Companhia e não são alocados aos segmentos operacionais. O CODM não toma decisões estratégicas nem avalia o desempenho com base em regiões geográficas. Atualmente, a Companhia opera exclusivamente no Brasil e todos os ativos, passivos e resultados são alocados no Brasil.

Exercício findo em	EAD	Continuada	Educação Presencial	Total
2023				
Receita operacional líquida	1.414.508	101.830	446.187	1.962.525
LAJIDA ajustado	576.524	53.769	212.938	843.231
% Margem LAJIDA ajustado	40,76%	52,80%	47,72%	42,97%
2022				
Receita operacional líquida	998.220	68.058	251.068	1.317.346
LAJIDA ajustado	387.373	38.085	99.447	524.905
% Margem LAJIDA ajustado	38,81%	55,96%	39,61%	39,85%

O total da receita líquida dos segmentos operacionais representa a receita líquida da Companhia. A reconciliação dos lucros antes dos impostos da Companhia para o LAJIDA Ajustado alocado é apresentada abaixo:

	Exercício findo em	
	2023	**2022**
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS	**109.891**	**936**
(+) Resultado financeiro	305.099	203.402
(+) Depreciação e amortização	212.635	150.928
(+) Juros sobre mensalidades pagas em atraso	24.079	26.545
(+) Remuneração baseada em ações	(9.389)	(6.010)
(+) Outras receitas (despesas) líquidas	8.455	1.826
(+) Despesas de reestruturação	26.846	24.948
(+) M&A e despesas com ofertas (i)	42.620	28.310
(+) Outras despesas não alocadas	122.995	94.020
LAJIDA ajustado alocado aos segmentos	**843.231**	**524.905**

(i) M&A e despesas com ofertas, para o exercício findo em 2023 incluem provisões de remunerações não alocadas no valor de R$ 33.879 (2022 – R$ 18.231) referente à combinação de negócios com a Unicesumar.

Exercício findo em	EAD	Continuada	Educação Presencial	Não alocado	Total
2023					
Perdas líquidas por impairment de ativos financeiros	234.613	17.580	11.348	-	263.541
Depreciação e amortização	94.157	3.893	92.565	22.021	212.635
Juros sobre mensalidades pagas em atraso	20.570	1.205	2.304	-	24.079
2022					
Perdas líquidas por impairment de ativos financeiros	155.931	8.026	23.577	-	187.534
Depreciação e amortização	87.623	2.542	51.019	9.744	150.928
Juros sobre mensalidades pagas em atraso	18.498	961	7.086	-	26.545

31. Outras divulgações sobre fluxos de caixa: Transações que não impactam caixa No exercício findo em 31 de dezembro de 2023: O montante de R$ 6.503 (2022 - R$ 1.469) referente a provisão para contingências de responsabilidade dos vendedores de controladas adquiridas em exercícios anteriores, foi revertido para a rubrica de ativo de indenização no ativo não circulante.

32. Eventos subsequentes: Em 6 de março de 2024, a Securities and Exchange Commission (SEC) declarou que o Formulário F-4 da Companhia, estava em vigor. Com isso, a Companhia passou a ser registrada na SEC. Tal registro faz parte da migração de listagem do grupo Vitru da NASDAQ para a B3 (Bolsa de Valores Brasileira), processo iniciado em 2023 conforme devidamente divulgado pela Companhia, por meio do qual a Vitru Brasil incorporará a sua controladora Vitru Ltd.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A. e da Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA: Estimativas adotadas na mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas 3 C, 9): Conforme descrito na Nota Explicativa N° 9, o saldo consolidado da provisão de créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 268.314 mil. O grupo mensura a provisão para créditos de liquidação duvidosa considerando uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de créditos esperadas ao longo da vida útil em cada data de balanço. O grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. Tendo em vista o grau de julgamento envolvido e as premissas críticas utilizadas na mensuração da estimativa, bem como o impacto que suas oscilações podem trazer às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, consideramos este tema como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controles internos relevantes ao processo de mensuração da provisão para crédito de liquidação duvidosa de clientes. Adicionalmente, efetuamos testes da integridade da base histórica de recebíveis utilizada para determinação do histórico real de perdas, validando as taxas de perdas esperadas definidas pela administração, por faixa de vencimento, incluindo a comparação com o efetivamente verificado em períodos anteriores. Também foram feitos testes sobre a razoabilidade das premissas relacionadas à devedores específicos e sobre o ambiente econômico, do modelo utilizado pela administração para determinação da provisão registrada. Efetuamos, também, a validação da posição dos recebíveis em aberto, por faixa de vencimento, em 31 de dezembro de 2023, que foi base para aplicação dos critérios de mensuração da provisão. Discutimos a evolução dos saldos e a consistência dos critérios para o exercício corrente junto à administração.Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Consideramos que os julgamentos e premissas críticas adotados pela administração para mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa são razoáveis e as divulgações em notas explicativas são consistentes com dados e informações obtidos.

Porque é um PAA: Avaliação do valor recuperável (impairment) de ágios gerados na combinação de negócios (Notas 15, 2.5 j): A avaliação do valor recuperável do ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura, gerado nas combinações de negócios realizadas pela Companhia, envolve estimativas e julgamentos críticos por parte da administração. Conforme descrito na Nota Explicativa N° 15, o ágio reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas totaliza R$ 1.862.589 em 31 de dezembro de 2023. O processo de avaliação da recuperabilidade do ágio é realizado com base em projeções de fluxos de caixa esperados de cada unidade geradora de caixa - UGC à qual os saldos se relacionam. Essas projeções consideram premissas à cada UGC, tais como estimativas de crescimento das receitas, rentabilidade, e a taxa de desconto. A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente os valores recuperáveis apurados pela Companhia. Por essa razão, bem como pela magnitude dos montantes envolvidos, consideramos como uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controles internos dos processos de mensuração do valor recuperável dos ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura. Avaliamos a razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, como crescimento das receitas, rentabilidade e a taxa de desconto, a coerência lógica e aritmética das projeções e envolvemos nossos especialistas em projeções financeiras para revisão da taxa de desconto e da modelagem dos fluxos de caixa descontados. Testamos a precisão matemática dos cálculos e dados das principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa. Efetuamos análise de sensibilidade para as principais premissas das projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis. Adicionalmente, comparamos as projeções anteriores com os resultados auferidos, bem como verificamos os registros contábeis relacionados com a constituição e/ou reversão de perdas do valor recuperável dos ativos. Efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável dos ativos são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado: As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo, e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 22 de março de 2024
PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/O-5
Leandro Sidney Camilo da Costa - Contador CRC 1SP236051/O-7

SÉRIE OURO COMEÇA COM 11 EQUIPES EM DISPUTA

Catarinense conta com seis clubes da Liga Nacional e um time do Brasileiro, em um dos melhores e mais nivelados campeonatos estaduais da modalidade em todo o Brasil

Inicia neste sábado a busca de onze clubes pelo título da 65ª edição do Campeonato Catarinense Série Ouro de Futsal. O Catarinense é um dos estaduais mais disputados do Brasil, com seis clubes na Liga Nacional de Futsal (Blumenau, Jaraguá, Joaçaba, Joinville, Tubarão e São Lourenço) e um time do Brasileiro (Concórdia).

— Tendo seis equipes na elite do futsal brasileiro, a gente tem chance de ser o melhor campeonato estadual, talvez o segundo porque o Paraná está um pouco a nossa frente no quesito organização. Ajuda bastante a crescer o nível do campeonato. Dá uma visibilidade maior do que em anos anteriores — diz Nelson Carvalho, presidente da Federação Catarinense de Futebol de Salão.

Além do título estadual, a Série Ouro dá ao campeão uma vaga na Taça Brasil de Futsal. Inicialmente seriam 12 clubes na Série Ouro, contudo, o Mafra não conseguiu se adequar a exigências da Federação e desistiu de participar. Com isso, não haverá rebaixamento, mudando o modelo de disputa.

As 11 equipes disputam um turno único, todos contra todos. Os cinco primeiros se classificam direto às quartas de final e os seis outros fazem um play-off para definir os três outros clubes que entram nas quartas. Os confrontos serão definidos em cruzamento olímpico (1º x 8º, 2º x 7º...). Os clubes melhores colocados na primeira fase tem a vantagem de jogar em casa o segundo jogo. Em caso de empate nas fases eliminatórias, haverá prorrogação. Se mesmo assim persistir a igualdade, será realizada uma disputa de pênaltis para definir quem avança ou, na final do campeonato, o campeão da Série Ouro.

ONDE ASSISTIR

- **YouTube** da Federação Catarinense de Futsal: todos os jogos;
- **Rádio CBN Joinville:** todos os jogos do JEC;
- **NSC TV:** dez partidas na reta final do estadual.

SIDNEI BATISTA, DIVULGAÇÃO

Blumenau, de Kaio Nunes, faz o primeiro jogo do campeonato fora de casa contra o São Lourenço neste sábado (13)

CONFIRA AS SEIS PRIMEIRAS RODADAS

1ª RODADA
São Lourenço x Blumenau (13/4, 19h, Arena São Lourenço)
Joaçaba x Criciúma (13/4, 20h, Ginásio Unoesc)
São Francisco x Florianópolis (18/4, 20h, Ginásio Waldir Quirino)
Concórdia x Jaraguá (22/4, 20h, Centro de Eventos Concórdia)
Camboriú x Tubarão (21/5, 19h30min, Ginásio Irineu Bornhausen)

2ª RODADA
Florianópolis x Camboriú (26/4, 19h30min, Ginásio Carlos Alberto Campos)
Tubarão x Concórdia (29/4, 20h, Arena Estener Sorato)
Blumenau x São Francisco (07/5, 20h, Ginásio do Sesi)
Criciúma x São Lourenço (08/5, 20h, Ginásio Irmão Walmir Antônio Orsi)
Joinville x Joaçaba (15/5, 20h, Cau Hansen)

3ª RODADA
Concórdia x Florianópolis (11/5, 19h, Centro de Eventos Concórdia)
São Francisco x Criciúma (18/5, 20h, Ginásio Waldir Quirino)
Camboriú x Blumenau (18/5, 20h, Ginásio Irineu Bornhausen)
São Lourenço x Joinville (21/5, 19h30min, Arena São Lourenço)
Jaraguá x Tubarão (25/5, 20h, Arena Jaraguá)

4ª RODADA
Joaçaba x São Lourenço (25/5, 20h, Ginásio Unoesc)
Florianópolis x Jaraguá (31/5, 20h, Ginásio Carlos Alberto Campos)
Criciúma x Camboriú (01/6, 20h, Ginásio Irmão Walmir Antônio Orsi)
Joinville x São Francisco (04/6, 20h, Cau Hansen)
Blumenau x Concórdia (05/6, 20h, Ginásio do Sesi)

5ª RODADA
Jaraguá x Blumenau (11/6, 20h, Arena Jaraguá)
Camboriú x Joinville (11/6, 20h, Ginásio Irineu Bornhausen)
Tubarão x Florianópolis (12/6, 20h, Arena Estener Sorato)
São Francisco x Joaçaba (13/6, 20h, Ginásio Waldir Quirino)
Concórdia x Criciúma (18/6, 20h, Centro de Eventos Concórdia)

6ª RODADA
Blumenau x Tubarão (25/6, 20h, Ginásio do Sesi)
Criciúma x Jaraguá (25/6, 20h, Ginásio Irmão Walmir Antônio Orsi)
São Lourenço x São Francisco (26/6, 19h30min, Arena São Lourenço)
Joaçaba x Camboriú (26/6, 20h, Ginásio Unoesc)
Joinville x Concórdia (26/6, 20h, Cau Hansen)

A partir da 7ª rodada as datas e horários não estão definidas.

QUANDO **DORIVAL TROCOU** O CRICIÚMA PELO JUVENTUDE

Em 2005, o técnico da Seleção Brasileira, Dorival Júnior, veio do Figueirense para comandar o Tigre na Série B. Mas a passagem durou muito pouco

MANUELA SILVA
manuela.silva@nsc.com.br

Depois de conquistarem duas das quatro vagas para a Série A do Campeonato Brasileiro 2024, Criciúma e Juventude se encontram logo na primeira rodada da competição, neste sábado (13), às 18h30min, no Estádio Heriberto Hülse, no Sul do Estado. O duelo coloca frente a frente duas equipes ligadas por um personagem: o técnico da Seleção Brasileira Dorival Júnior, que há cerca de 20 anos trocava o Tigre pelo time gaúcho.

O ano era 2005. Dorival vinha de uma passagem vitoriosa pelo Figueirense na temporada anterior. Chegava no Criciúma para comandar o time em busca da permanência na Série B. Mas a passagem no Heriberto Hülse foi relâmpago, com apenas sete jogos: três vitórias, um empate e três derrotas. No final do ano, o Criciúma acabou rebaixado para a Série C.

— Ele veio com muita expectativa e estava fazendo o Criciúma jogar melhor. O time tinha dificuldade, mas dava pra ver que tinha uma evolução. Se ele continuasse, era capaz de o time não ter caído. Ele decepcionou muita gente naquela passagem pelo Criciúma — lembra o jornalista Marco Búrigo, setorista do Criciúma na RBS em 2005.

A saída repentina tinha um destino: o estado vizinho. Dorival foi chamado para comandar o Juventude, que estava na Série A do Brasileiro em 2005. Só que, por lá, Dorival também não durou muito: foram só três jogos, com apenas uma vitória.

No primeiro desafio deste ano, a partida entre Tigre e Juventude terá a presença de membros da comissão técnica da Seleção, em um roteiro para acompanhar clubes brasileiros na competição. A informação é de que Dorival Júnior não estará presente: ele vai mandar dois representantes para Criciúma, um supervisor geral e um analista de desempenho.

Depois de conquistar seu 12º título do Campeonato Catarinense, o Tigre volta à Série A depois de longos 10 anos de ausência. O objetivo do time, neste ano, é permanecer na elite do futebol brasileiro.

ULISSES JOB, ARQUIVO NSC

Há quase 20 anos, treinador do Brasil teve passagem relâmpago no Criciúma, comandando o time por apenas sete jogos

O CAMINHO DO TIGRE

Confira a sequência de jogos do Criciúma na Série A 2024

- **1ª** rodada (13/4, 14/4 ou 15/4)
Criciúma x Juventude
- **2ª** rodada (17/4 18/4)
Atlético-MG x Criciúma
- **3ª** rodada (20/4, 21/4 ou 22/4)
Criciúma x Fortaleza
- **4ª** rodada (27/4, 28/4 ou 29/4)
Vasco x Criciúma
- **5ª** rodada (04/5, 05/5 ou 06/5)
Grêmio x Criciúma
- **6ª** rodada (11/5, 12/5 ou 13/5)
Criciúma x Cuiabá
- **7ª** rodada (18/5, 19/5 ou 20/5)
Criciúma x Palmeiras
- **8ª** rodada (25/5, 26/5 ou 27/5)
Athletico-PR x Criciúma
- **9ª** rodada (01/6 ou 02/6)
Criciúma x Bahia
- **10ª** rodada (12/6 ou 13/6)
Atlético-GO x Criciúma
- **11ª** rodada (15/6, 16/9 ou 17/6)
Criciúma x Botafogo
- **12ª** rodada (19/6 ou 20/6)
São Paulo x Criciúma
- **13ª** rodada (22, 23 ou 24/6)
Criciúma x Internacional
- **14ª** rodada (26 ou 27/6)
Criciúma x Cruzeiro
- **15ª** rodada (29, 30 ou 01/7)
Vitória x Criciúma
- **16ª** rodada (03 ou 04/7)
Criciúma x Fluminense
- **17ª** rodada (06, 07 ou 08/7)
Corinthians x Criciúma
- **18ª** rodada (10 ou 11/7)
Flamengo x Criciúma
- **19ª** rodada (17 ou 18/7)
Criciúma x Red Bull Bragantino
- **20ª** rodada (20, 21 ou 22/7)
Juventude x Criciúma
- **21ª** rodada (27, 28 ou 29/7)
Criciúma x Atlético-MG
- **22ª** rodada (03, 04 ou 05/8)
Fortaleza x Criciúma
- **23ª** rodada (10, 11 e 12/8)
Criciúma x Vasco
- **24ª** rodada (17, 18 ou 19/8)
Criciúma x Grêmio
- **25ª** rodada (24, 25 ou 26/8)
Cuiabá x Criciúma
- **26ª** rodada (31/8 ou 01/9)
Palmeiras x Criciúma
- **27ª** rodada (14, 15 ou 16/9)
Criciúma x Athletico-PR
- **28ª** rodada (21, 22 ou 23/9)
Bahia x Criciúma
- **29ª** rodada (28, 29 ou 30/9)
Criciúma x Atlético-GO
- **30ª** rodada (04 ou 05/10)
Botafogo x Criciúma
- **31ª** rodada (19 ou 20/10)
Criciúma x São Paulo
- **32ª** rodada (25 ou 26/10)
Internacional x Criciúma
- **33ª** rodada (6 ou 7/11)
Cruzeiro x Criciúma
- **34ª** rodada (20 ou 21/11)
Criciúma x Vitória
- **35ª** rodada (23, 24 ou 25/11)
Fluminense x Criciúma
- **36ª** rodada (30/11, 01/12 ou 02/12)
Criciúma x Corinthians
- **37ª** rodada (04 ou 05/12)
Criciúma x Flamengo
- **38ª** rodada (08/12)
Red Bull Bragantino x Criciúma

RODRIGO **FARACO**

nsctotal.com.br/faraco
rodrigo.faraco@nsc.com.br
@RodrigoFaraco

Criciúma e a largada do Brasileirão: **objetivos x realidade**

Acabou o Catarinense! Vai começar o Brasileirão. A largada acontece neste sábado na Série A, onde está o bicampeão catarinense, o Criciúma. O objetivo do Tigre é a permanência. Depois de 10 anos, o Criciúma vai voltar a jogar a elite do Brasileirão. E a meta tem que ser se firmar na elite, para permanecer por mais de uma temporada e poder crescer. A realidade atual do time bicampeão catarinense é compatível com o objetivo. Mas há problemas.

O time de Claudio Tencati precisa acrescentar força e velocidade no ataque, algo que não teve no Catarinense e, inclusive, foi visto na final contra o Brusque. Sem uma alternativa de contra-ataque, a equipe sofreu demais com a pressão do Quadricolor e pode sofrer muito mais contra os poderosos do futebol brasileiro.

Outra questão é a intensidade e a marcação no meio de campo. O Tigre tem um meio bastante técnico, mas em muitos jogos não vai ser o dono da bola para colocar essa qualidade em prática. Se não tiver mais força de marcação no meio, vai ter problemas. É trabalho para o departamento de futebol do Tigre nas contratações e para o técnico Claudio Tencati nos ajustes.

Os trunfos do Tigre são a confiança atual do time, que vem conseguindo os resultados há três anos, e a sequência de trabalho do grupo com o técnico Tencati, que está no clube desde 2021.

CELSO DA LUZ , ASSESSORIA DE IMPRENSA C.E.C, DIVULGAÇÃO

Depois de vencer o Brusque na final do Catarinense (foto), Criciúma estreia no Brasileirão neste sábado (13)

A POLÊMICA SEGUE!

São muitas as discussões ainda sobre os dois lances da final do Catarinense. Mas o que dizem os especialistas? Maior autoridade nacional em termos de arbitragem, Carlos Eugênio Simon, que carrega no currículo três Copas do Mundo, foi consultado com exclusividade e deu o seu parecer sobre os possíveis pênaltis da partida do Heriberto Hulse reclamados pelo Brusque.

Além dele, Leonardo Gaciba, que já foi Diretor Nacional de arbitragem da CBF, também avaliou as jogadas. Há pequenas divergências nas avaliações, o que derruba a tese de "muito pênalti" ou algo "escandaloso", ou mesmo "vergonha", que foi a repercussão estadual depois do jogo de sábado. Os pareceres são mais convergentes com as decisões de campo e a divergência ajuda a absolver a arbitragem de possíveis erros.

O QUE DIZ SIMON

Carlos Eugênio Simon crava: "a arbitragem acertou nos dois lances!". Para ele, "o primeiro lance é o mais difícil porque a imagem não está muito clara, mas a bola não parece tocar no primeiro defensor (o número 3 – Rodrigo) e lá em cima da linha toca no peito do segundo jogador (o número 8 – Barreto)."

Na segunda jogada, Simon é mais incisivo ainda: "a bola toca na mão do defensor, mas ele está com o braço em posição natural. Há ainda o fator surpresa, pois o desvio acontece muito próximo e não há tempo de reação para tirar o braço."

Simon ainda comparou este lance com um que ele considera erro na história das Copas, que foi o pênalti de Perisic, da Croácia, marcado, segundo Simon, equivocadamente para a França, na final de Copa de 2018, na Rússia.

O QUE DIZ GACIBA

No lance do primeiro tempo, Leonardo Gaciba avaliou que "há um grau de dificuldade maior de interpretação". Ele segue: "o defensor (número 3 - Rodrigo) está em ação de bloqueio no momento do arremate ao gol. Ele se encontra com os braços atrás do corpo, mostrando cuidado no momento do arremate, mas após o chute ele retira o braço esquerdo de trás do corpo e intercepta a bola que está indo para a meta com aumento do volume corporal, caracterizando ação de bloqueio ilegal. Após este desvio a bola ainda vai em direção a meta e o defensor em cima da linha de gol (número 8 – Barreto) bloqueia a mesma com o ombro, local que não caracteriza infração." Já no segundo lance, Gaciba concorda com o que foi decidido: "A bola é cabeçada contra o braço do defensor que não está em ação de bloqueio. Sem infração."

“UM GRUPO DE ACOLHIMENTO **QUE DANÇA**”

Projeto de danças urbanas criado por coreógrafo carioca em Blumenau é oportunidade para tornar a arte mais acessível, especialmente para a população negra do município

ANA CAROLINA METZGER
ana.metzger@nsc.com.br

Quando se mudou para Blumenau, Paulo Vinicius Andrade Antunes, o Vinny, constatou que teria uma missão muito maior do que imaginava ao chegar na cidade. O olhar sensível do coreógrafo do Rio de Janeiro se voltou aos locais de dança depois de perceber que havia algo errado. Afinal, por qual motivo ele não conseguia encontrar pessoas pretas neste movimento por aqui?

O questionamento que atormentava o jovem o impulsionou a ir em busca de uma resposta. Vinny logo percebeu que teria de fazer algo para mudar o cenário que tanto o intrigava. Na época, o carioca se espantou ao notar que nem mesmo a dança urbana chegava à população negra no município. Então ele resolveu criar um projeto social para acolher essas pessoas. E foi assim, em 2022, que nasceu o NWA Dance Crew.

Sem cobrar valor algum, Vinny se mobilizou para criar aquilo que é, hoje, nas palavras dele, um “grupo de acolhimento que dança”. As aulas ocorrem às quintas em um espaço fornecido por outra escola de dança — também de forma gratuita.

O coreógrafo conta que só conseguiu ter acesso a arte porque ganhou uma bolsa integral para estudar dança no Rio de Janeiro aos 13 anos. A mudança para Blumenau, há oito, se deu por questões financeiras: Vinny viu uma oportunidade de recomeçar na cidade catarinense. Seis anos depois, o coreógrafo pôde, enfim, criar o projeto social que tanto queria colocar em prática. Desde então, o jovem passou a semear esperança e coragem na vida daqueles que cruzaram o caminho dele.

— Tem gente no nosso grupo, por exemplo, que nunca entrou no Teatro Carlos Gomes. Só que o grupo não é só sobre pessoas que não podem pagar. O objetivo é dar oportunidade, mesmo. Porque, como somos todos pretos, a gente carrega bagagens e dores que só nós entendemos. Só quem é negro em Blumenau sabe. Então é através da dança que a gente consegue se expressar, mostrar para o mundo o que sentimos e o que a gente é — afirma o coreógrafo.

ARQUIVO PESSOAL

Paulo Vinicius Andrade Antunes, o Vinny, chegou do Rio de Janeiro em Blumenau em 2016 e criou seis anos depos o NWA Dance Crew

Acesse outros conteúdos em **nsctotal.com.br**

“Quero ir onde a dança não chega”

No início, quando abriu a sala para os primeiros ensaios, Vinny dava aulas para seis pessoas que ouviram falar do projeto no “boca a boca”. Hoje, o espaço na Rua Almirante Tamandaré, na Vila Nova, recebe 22 dançarinos semanalmente, sempre às quintas à noite. O local, porém, vem ficando pequeno para tanta gente. Por isso, o que surgiu como uma ideia de honrar as próprias raízes e ajudar o próximo, precisa, agora, ultrapassar as paredes de uma construção para alcançar ainda mais pessoas que queiram fazer parte dessa família.

— Eu queria ir para lugares onde a dança não chega. Algum bairro mais afastado. O meu sonho é expandir o projeto para mais turmas, atingindo mais pessoas. Porque eu acho que o que a gente precisa é se mostrar, mesmo. Dizer que a dança não precisa ser tão branca e elitizada quanto ela é — desabafa.

Atualmente, o grupo conta com participantes entre 16 e 35 anos. Para o ano que vem, o carioca almeja abrir mais uma turma Júnior para que o projeto também chegue até crianças de 8 a 12 anos de idade. Para realizar esse sonho, no entanto, ele precisa de um espaço maior para os ensaios, o que não é viável no momento. Sem condições de bancar um aluguel, Vinny anseia pela iniciativa de outras pessoas que também queiram abraçar essa causa. Para ele, o importante, agora, é mostrar que o NWA existe. Que o projeto está de portas abertas para acolher e ouvir o que os negros tem a dizer, além de lutar por transformações na sociedade.

— O NWA hoje, para mim, é resistência, afirmação da existência preta. É pertencimento, sabe? A minha intenção é dar oportunidade para quem quer entrar nesse mundo, sem precisar deixar de ser quem é — finaliza o coreógrafo.

**Sob supervisão de Augusto Ittner*

CONQUISTE SUA **MELHOR VERSÃO** COM O CLUBE NSC

Descubra maneiras de alcançar seus objetivos de aprimoramento pessoal e ganhe descontos imperdíveis de até 30%

Na busca pela melhor versão de si mesmo, a mudança de hábitos desempenha um papel crucial. Seja para alcançar objetivos de saúde, bem-estar ou sucesso pessoal e profissional, a jornada de autodesenvolvimento muitas vezes começa com pequenas mudanças de hábitos diários.

É nesse contexto que os parceiros do Clube NSC se destacam como aliados fundamentais nessa jornada de transformação pessoal. Com uma variedade de serviços e produtos voltados para o aprimoramento pessoal, esses parceiros oferecem ferramentas e recursos essenciais para quem deseja dar o primeiro passo rumo a uma vida mais saudável, equilibrada e realizada.

Desde academias e centros de bem-estar até serviços de alimentação saudável e desenvolvimento pessoal, os parceiros do Clube NSC proporcionam um ambiente propício para a mudança positiva. Seja buscando uma rotina de exercícios mais ativa, uma alimentação mais equilibrada ou mesmo o desenvolvimento de habilidades pessoais e profissionais, há opções para todos os perfis e objetivos.

Além disso, o Clube NSC oferece vantagens exclusivas e descontos especiais para seus associados, tornando a busca pela melhor versão de si mesmo ainda mais acessível e estimulante.

Portanto, se você está pronto para dar o primeiro passo em direção a uma vida mais plena e realizada, junte-se aos parceiros do Clube NSC nessa jornada de mudança de hábitos e descubra todo o potencial que existe dentro de você. Sua melhor versão espera por você!

BETTER YOU ACADEMIA

FLORIANÓPOLIS

Na Better You, o aluno tem um leque de opções que atende variados perfis, para os que querem alcançar uma saúde mental, física e espiritual do seu jeito favorito. A academia conta com modalidades de Spinning, Pilates, Dance Mix, Treinamento Funcional, Core, Local, Alongamento e Mix Gym.

DESCONTO DE 10% PARA SÓCIO NOS PLANOS DA ACADEMIA. O BENEFÍCIO NÃO SE APLICA ÀS MODALIDADES HOTYOGA E YOGA LIGHT.

Veja mais descontos e oportunidades no **clubensc.com.br**

STUDIO KORE FLORIPA

FLORIANÓPOLIS

Um workout completo, dinâmico e eficiente, desenhado para obter o máximo de resultado no menor tempo possível. Esse é o Kore, novo método de treino de alta intensidade com o selo Velocity. Ao entrar na sala do Kore, você esquece o "não posso" e o "não consigo", porque ali tudo se torna possível. Você se supera, vai até o fim e evolui a cada vez.

DESCONTO DE 20% PARA SÓCIO SOBRE O VALOR DOS PACOTES.

MAORI GROUP FITNESS

FLORIANÓPOLIS

Aulas que focam no coletivo como cerne da motivação, com clube de recompensas que premiam os alunos mais dedicados, agendamento por aplicativo, treinamento LesMills, funcional, corrida de rua, Hit e muito mais.

DESCONTO DE 10% PARA SÓCIO SOBRE O VALOR DOS PLANOS. BENEFÍCIO NÃO CUMULATIVO A OUTRAS PROMOÇÕES.

FLUDITÁ STUDIO DE PILATES E PERSONAL TRAINING

FLORIANÓPOLIS

Alcance o bem-estar físico e mental com aulas pensadas na necessidade individual de cada aluno, com educadora física, personal training individual e de grupos, ambiente climatizado, equipamentos de alta qualidade e aulas de Pilates e Funcional.

DESCONTO DE 10% PARA SÓCIO SOBRE O VALOR DOS PLANOS, BENEFÍCIO NÃO CUMULATIVO A OUTRAS PROMOÇÕES.

TAO PILATES

FLORIANÓPOLIS

Entre do mundo do Pilates, do Treinamento Funcional e do RPG na Tao Pilates com um super desconto e estrutura adequada.

DESCONTO DE 20% PARA SÓCIOS SOBRE O VALOR DAS MENSALIDADES.

THE BEST ACADEMIA - NATAÇÃO E FITNESS

JOINVILLE

Estrutura mais completa de Joinville, contando com professores altamente capacitados e equipamentos modernos, para realizar treinos específicos e adequados à sua necessidade. Convênios corporativos, estacionamento grátis, ambientes climatizados, piscinas aquecidas, cobertas e tratadas com ozônio e sala de recreação infantil com atividades e brinquedos apropriados, são algumas das vantagens que você pode aproveitar.

DESCONTO DE ATÉ 30% PARA SÓCIO SOBRE O VALOR DOS PLANOS.

INLIGHT BEIRAMAR WELLNESS STUDIO

FLORIANÓPOLIS

Um espaço de AMOR. Wellness Studio é um conceito de saúde e bem-estar que inspira a prática diária de ioga e meditação; e a cura do ser humano com terapias que cuidam do corpo, mente e energia. Cada detalhe foi pensado com muito carinho para inspirar a saúde e o bem-estar trazendo a cura física, mental, emocional e espiritual.

DESCONTO DE 20% PARA O SÓCIO, SOB O VALOR DA MENSALIDADE E PLANOS.

FLORIPA RUNNERS ASSESSORIA ESPORTIVA

FLORIANÓPOLIS

Tem o objetivo de fornecer orientação para atividades físicas, sempre buscando a excelência no atendimento aos clientes. Oferecemos orientação personalizada de caminhada e corrida. A flexibilidade nos programas de treinamento, desenvolvida pelos treinador FR, permite que o Floripa Runners atenda pessoas de todas as idades e níveis de condicionamento. Além disso, orienta seus clientes para que adquiram autonomia na execução da atividade física, com qualidade, conforto e segurança, em qualquer situação.

DESCONTO DE 20% PARA SÓCIO SOBRE O VALOR DOS SERVIÇOS.

Desfrute do universo NSC Total.
Acesse assinensc.com.br, assine o NSC Total e tenha em mãos as principais notícias do estado com os descontos do Clube NSC.
Assine e aproveite!

OXIGÊNIO ACADEMIA

CHAPECÓ
Tenha uma experiência vip nessa academia que oferece uma infinidade de escolhas para todos os tipos de objetivos e preferências: Power Hitt, Hapkido, Zumba, Fit Cardio, Combat, Power Pilates, Jump, Aeróbico, Atividades físicas para grupos especiais, Treinamento Funcional, Pilates, Pump, Bike Power, Step, Dance Power, Squash e Musculação, é opção pra ninguém botar defeito.

DESCONTO DE 20% PARA SÓCIO SOBRE VALOR DA MATRÍCULA E MENSALIDADE PARA TODAS MODALIDADES E PLANOS.

SLIMFIT STUDIO

FLORIANÓPOLIS
Mais do que uma aula, o SlimFit é uma verdadeira experiência de saúde e bem-estar! Você irá vivenciar uma mudança definitiva de hábitos, onde o estilo de vida proposto traz benefícios que vão muito além da estética. Prepare-se para transformar a sua vida! O SlimFit Studio é um espaço exclusivo para mulheres, onde se trabalha o corpo todo, unindo exercícios de força, funcional e cárdio, com foco em emagrecimento, definição muscular e saúde!

DESCONTO DE 15% PARA SÓCIO SOBRE O VALOR DA MENSALIDADE.

BIO GYM - FITNESS CLUB

BLUMENAU
Equipamentos de última geração, espaço moderno e climatizado, com foco no conforto dos seus alunos e frequentadores, e professores altamente qualificados. Oferece musculação, Funcional, Ritmos, Squash, Bio Bike, Gap, eventos super especiais e muito mais.

DESCONTO DE 10% PARA SÓCIO SOBRE VALOR DO PLANO ALL IN (MENSAL, TRIMESTRAL, SEMESTRAL E ANUAL), EXCETO PILATES ESTÚDIO.

KANALOA VAA - CANOAGEM HAVAIANA

FLORIANÓPOLIS
Escola de Canoagem Havaiana que forma remadores com ênfase na difusão da cultura e filosofia polinésia, na formação do Kanaka Koa, núcleo forte de guerreiros, e nos aspectos de segurança, aquisição e aprimoramento de habilidades e competências na condução de grupos em diferentes condições de mar e clima. Ainda, você tem a opção de conhecer alguns dos lugares mais bonitos de Floripa à bordo de canoas havaianas, remando em grupo com diversão, conforto e segurança! Há opção de planos mensais, aulas experimentais e passeios.

DESCONTO DE ATÉ 30% PARA SÓCIO, SENDO 15% PARA PLANOS, 20% PARA PASSEIOS E 30% PARA AULAS EXPERIMENTAIS.

SALADICES

FLORIANÓPOLIS
Oferecer alimentação leve, equilibrada e saudável a qualquer hora do dia! O Saladices oferece não só saladas orgânicas, mas saborosas misturas verdes que podem ser escolhidas entre receitas fixas ou personalizadas. Para acompanhar, sucos naturais que fazem um brinde à sua saúde. Lanche para viagem como saladas de frutas, iogurtes e bolos no copo também vão te ajudar a comer bem e com praticidade.

DESCONTO DE 10% PARA SÓCIO SOBRE O VALOR DO CONSUMO.

LIV UP

LOJA ONLINE
Mercado online para quem quer comer bem sem esforço, adotando uma alimentação saudável, prática e equilibrada. Aqui você encontra uma variedade de opções para consumo imediato: refeições congeladas, kits e pratos caseiros preparados por nossos chefs, produtos para café da manhã e mais. Nossos ingredientes vêm de produtores familiares parceiros, garantindo alimentos de qualidade e orgânicos. Temos parceria com a empresa Eureciclo, garantindo a reciclagem de quase 100% das embalagens colocadas no mercado. Faça seu pedido no nosso site e experimente uma vida mais saborosa e saudável.

DESCONTO DE 20% PARA SÓCIO SOBRE O VALOR DOS SERVIÇOS.

UBAIÁ

FLORIANÓPOLIS
O espaço une empório focado em produtos orgânicos, funcionais, biodinâmicos e de alta qualidade; aliando saúde e sustentabilidade e num mesmo espaço. Além de oferecer diariamente um cardápio de refeições "fits" e balanceadas. Ótima opção para se reunir com amigos na hora do almoço. Confira diariamente o cardápio no www.facebook.com.br/ubaia Aberto de segunda a sábado das 9h às 20h, anexo ao Primavera Garden Center, na SC 401.

DESCONTO DE 10% PARA SÓCIO SOBRE O VALOR DO CONSUMO.

COMO FUNCIONA O CLUBE NSC E COMO PARTICIPAR

Para fazer parte do Clube NSC e aproveitar todos os benefícios, basta assinar o NSC Total, a maior plataforma de conteúdo de Santa Catarina.

Com a assinatura, você tem acesso aos principais jornais do Estado, como Diário Catarinense e Hora de Santa Catarina, além das rádios CBN Floripa, Itapema FM e Atlântida. Tudo isso, disponível de forma simples, através do seu tablet ou celular.

Para ter acesso aos benefícios do Clube NSC também é simples. Pelo aplicativo, basta clicar na área de descontos e digitar o nome do parceiro que você deseja encontrar no espaço de busca.

O resultado da pesquisa mostrará uma lista que corresponda aos itens digitados. Ao clicar na marca desejada, você encontrará mais informações sobre os descontos e benefícios oferecidos, assim como as suas regras de utilização. Após a escolha, selecione a unidade em que deseja o serviço, caso o parceiro tenha mais de uma cadastrada.

Por último, um QR code será gerado, com todas as informações necessárias para aproveitar suas vantagens. O código de desconto, gerado pelo QR code, fica salvo na aba "meus benefícios".

PRONTO! AGORA É SÓ INSERIR SEU CÓDIGO NO MOMENTO DA COMPRA QUANDO FOR SOLICITADO

FOTOS REPRODUÇÃO

Acesse o horóscopo também no nsctotal.com.br/horoscopo

SUDOKU

Publicado com autorização da Revista Coquetel

Exemplo

5	9	4	6	7	8	3	1	2
	7		5		2			6
2	3			1	4	5	8	7
	8	1	2		6		7	9
9			8		1	2		
4		2		9	7		6	8
6	4			2	3		9	1
8		3		6			2	5
		9	1	8	5		3	4

1 Preencha os espaços em branco com algarismos de 1 a 9, de modo que cada número apareça apenas uma vez na linha.

2 O mesmo deve acontecer em cada coluna. Nenhum número pode ser repetido, e todos os números de 1 a 9 se encontram presentes.

3 Nos quadrados menores (3x3), a regra é a mesma: aparecem números de 1 a 9, mas nenhum se repete.

A

4		5			6	1		8
		2			7	6		
8					4			3
1	8	4		9				
				4		5	1	2
6			1					5
		9	4			7		
5		7	2			9		1

B

3			5		4			2
				2				
9			8		1			6
1		7				4		3
	4			8			6	
6		8				5		7
4			1		5			9
				4				
5			7		6			8

SOLUÇÃO

HORÓSCOPO

POR THAÍS MARIANO
DO PORTAL EDICASE

De 15 a 21 de abril de 2024

ÁRIES (21/3 a 20/4)
Enfrente medos e inseguranças para desbloquear ações. A meditação ajudará a enfrentar desafios internos, esclarecendo relações afetivas passadas. Este processo promove liberdade de comportamentos repetitivos e sofrimento, convidando à introspecção para superação e clareza.

TOURO (21/4 a 20/5)
A vitalidade surge com o Sol em Touro, impulsionando a fluidez de projetos estagnados. É essencial direcionar essa nova energia com clareza. Atente-se às emoções e revisite o passado afetivo para clarificação, mantendo práticas espirituais para equilíbrio.

GÊMEOS (21/5 a 20/6)
Encerramentos pedem reflexão e desaceleração. A comunicação requer cautela para evitar mal-entendidos, sobretudo no amor. A demanda social sugere a necessidade de limites claros contra excesso de cobranças, equilibrando envolvimentos e responsabilidades.

CÂNCER (21/6 a 21/7)
O profissional exige atenção, evitando posturas arrogantes sob pressão. Uma nova etapa valoriza a colaboração, melhorando a comunicação para prevenir conflitos. Este período traz o desafio de gerenciar relações de trabalho com equilíbrio e entendimento mútuo.

LEÃO (22/7 a 22/8)
Desafios profissionais trazem inseguranças que podem diminuir seu brilho. Enfrentar desconfortos e cuidar das burocracias são essenciais para superação. A autoconfiança que surge após dificuldades promete resolução de contratempos com assertividade e clareza.

VIRGEM (23/8 a 22/9)
Após desafios, um renascer com otimismo é possível. Encarar medos e cicatrizar feridas afetivas são passos para finalizar ciclos dolorosos. A organização amorosa enfrenta obstáculos, exigindo enfrentamento direto de conflitos e inseguranças para construir uma base sólida.

LIBRA (23/9 a 22/10)
A introspecção ilumina sombras, favorecendo o crescimento pessoal. No amor, busca-se equilíbrio através da resolução de questões pendentes. A clareza na comunicação é crucial para evitar desentendimentos, marcando um período de autoconhecimento e ajustes relacionais.

ESCORPIÃO (23/10 a 21/11)
A fase no amor incentiva equilíbrio e compreensão mútua, mas exige enfrentar e finalizar conflitos antigos. A organização diária previne estresses por imprevistos. A saúde requer atenção a limites, evitando comprometer a imunidade por excessos.

SAGITÁRIO (22/11 a 21/12)
Desafios familiares pedem paciência e ajustes na comunicação para evitar maiores conflitos. A conexão com a essência e o ajuste de pensamentos promovem harmonia nas relações, num período de reflexão profunda sobre interações pessoais.

CAPRICÓRNIO (22/12 a 20/1)
Revisitar o passado traz vulnerabilidade, mas é chave para a resiliência emocional. A comunicação cuidadosa com a família previne novos conflitos. Propostas exigem análise cuidadosa para evitar enganos, num momento de introspecção e fortalecimento.

AQUÁRIO (21/1 a 19/2)
A atividade social intensa desafia com imprevistos e confusões mentais. Reduzir o ritmo ajuda a focar energias mentalmente. Na finança, a fase é de organização e cautela com gastos, visando evitar decisões financeiras precipitadas.

PEIXES (20/2 a 20/3)
A organização financeira é crucial diante de imprevistos. Decisões sobre dinheiro demandam atenção especial a detalhes para prevenir perdas. Refletir sobre segurança material guia a gestão consciente dos recursos, num período de cuidado com decisões impulsivas e conflitos evitáveis.

RESUMO DAS NOVELAS

NO RANCHO FUNDO - NSC TV

Segunda-feira, 15/4: Marcelo e Quinota se encantam via celular. Artur alerta Marcelo sobre sertanejos. Zefa defende-se disfarçada. Jordão pede perdão. Artur pressiona trabalho. Marcelo e Quinota flagrados por Zefa.

Terça-feira, 16/4: Zefa ameaça Marcelo. Manuela briga com Ariosto. Tia Salete repreende Quinota. Tiro assusta; Quinota jura amor. Deodora expulsa Marcelo. Zé Beltino atira. Tia Salete busca Padre Zezo.

Quarta-feira, 17/4: Padre Zezo surpreso. Marcelo pede Quinota em casamento. Zé Beltino vê "sinal". Zefa expulsa Marcelo, proíbe Quinota sair. Quinota foge.

Quinta-feira, 18/4: Quinota foge para Marcelo. Zefa e Quinota detidas. Marcelo propõe casamento. Primo Cícero flagra Nastácio e Esperança. Quinota prefere Marcelo a Zefa.

Sexta-feira, 19/4: Quinota presa, Zefa detida. Artur salva Quinota. Zefa questiona Marcelo. Marcelo pede Quinota em casamento. Primo Cícero flagra Nastácio e Esperança. Quinota escolhe Marcelo.

Sábado, 20/4: Artur e Quinota se aproximam. Esperança intriga Primo Cícero. Zefa conhece Padre Zezo. Quinota recusa voltar. Marcelo invade quarto de Quinota.

FAMÍLIA É TUDO - NSC TV

Segunda-feira, 15/4: Ramón deixa filhos com Vênus. Paulina arma com Brenda. Lupita acorda; Hans condiciona. Andrômeda busca ajuda. Odair captura Pudim.

Terça-feira, 16/4: Pudim some. Mila grava Hans. Vênus desesperada. Andrômeda ciumenta. Tom alerta polícia. Pudim irrita Odair. Paulina culpa Vênus.

Quarta-feira, 17/4: Paulina cobra Tom. Jéssica pede perdão. Paulina culpa Vênus. Hans planeja golpe. Catarina desencoraja Vênus. Chicão confronta Andrômeda.

Quinta-feira, 18/4: Discussão é filmada. Sheila briga com Andrômeda. Vênus e Plutão fingem desistir. Tom preocupa-se com Ramón. Catarina marca reunião.

Sexta-feira, 19/4: Electra é intimada. Nicole enfrenta Max. Tom preocupa-se com Vênus. Jéssica agradece Hans. Delegado prende Electra.

Sábado, 20/4: Electra é presa. Vênus busca Nilton. Nanda questiona Catarina. Murilo é avisado. Nilton destrata Vênus. Hans irrita-se.

RENASCER - NSC TV

Segunda-feira, 15/4: José Inocêncio desconfia de Mariana. Joana agradece Dona Patroa. José Inocêncio rejeita Mariana. Norberto surpreende-se com Sandra. Rachid avisa a Sandra sobre a casa. Eliana procura Damião.

Terça-feira, 16/4: José Inocêncio quer Mariana como era. Joana delata Sandra a Egídio. José Inocêncio preocupa-se com Norberto e Rachid. Sandra reencontra Dona Patroa. Rachid muda-se com Sandra.

Quarta-feira, 17/4: Dona Patroa pede a Sandra que não desafie o pai. Venâncio pede a Buba para esperar o filho de Teca nascer. José Inocêncio suspeita de Eliana. Eliana confessa a Kika sua paixão por Damião.

Quinta-feira, 18/4: José Inocêncio celebra gravidez de Buba. Venâncio confronta Eliana. Damião enfrenta Egídio. José Inocêncio orienta Venâncio. Buba confronta José Inocêncio. Damião ameaça Egídio.

Sexta-feira, 19/4: Buba e Venâncio discutem. Egídio planeja. Lu teme pela segurança de João Pedro. Buba ameaça Venâncio. José Inocêncio preocupa-se com reação de Egídio. Buba assegura apoio a Teca.

Sábado, 20/4: Dona Patroa desabafa. Teca reconhece José Inocêncio. José Inocêncio descobre ligação de Rachid com Maria Santa. Buba exige verdade de Venâncio. Venâncio expulsa Eliana. Rachid recusa-se a entregar carta. Buba revela fuga de Teca. Egídio planeja contra a família.

EXPEDIENTE

PRODUÇÃO: ANGÉLICA DEZEM, JESSICA MELO (ESPECIAL)

COORDENAÇÃO: DÉBORA MARTINS

DIAGRAMAÇÃO: TALYTA RITTI

REVISÃO: AUGUSTO ITTNER

COMO CONQUISTAR HÁBITOS FINANCEIROS SAUDÁVEIS AO EMPREENDER

Especialista elenca principais erros ao iniciar uma jornada no mundo dos negócios e como evitá-los para alcançar os objetivos

Um sonho, ou um dinheiro extra no final do mês. O empreendedorismo é a escolha daqueles que possuem como propósito a criação de um novo negócio, a conquista de um mercado ou lançamento de um novo produto ou serviço que possa mirar em um nicho de mercado estabelecido, ou não. Escolher uma dor, um público-alvo, uma persona, uma estratégia, uma marca, um logotipo e uma modalidade de formalização são algumas das etapas necessárias para uma longa jornada que passa a ser mais frequente como opção dos brasileiros.

Mas apenas a mentalidade empreendedora não é o suficiente para que uma empresa atinja seus objetivos de curto, médio e longo prazo. A organização financeira, investimento em habilidades e aprendizado contínuo, além da definição de planejamento estratégico são fortes aliados de empreendedores de sucesso, para que as companhias recém-criadas não se somem às estatísticas de fechamento logo nos primeiros anos de atuação.

EMPREENDEDORISMO GANHA FÔLEGO NO BRASIL

Seja por protagonismo, propósito, ou até mesmo falta de opção, somente no ano passado, o Brasil registrou a abertura de 3,8 milhões de novas empresas, de acordo com dados do Mapa das Empresas, ferramenta do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

O mercado de trabalho vem se transformando nos últimos anos, com aumento dos registros de ocupação na forma de empreendedorismo, a começar pelos microempreendedores individuais, que depois podem expandir seus negócios. Em 2012, o Brasil tinha um MEI a cada 13,5 trabalhadores com carteira assinada – proporção que vem recuando ano a ano, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad contínua), estudo elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), chegando a um MEI para cada 2,4 trabalhadores formais no ano passado.

Dados de pesquisa divulgada em maio do ano passado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) indicam que a principal motivação para a abertura de um novo negócio é a escassez de empregos, com 82% dos entrevistados relatando esse fator. Estudo da entidade apontou que 75% dos empreendedores querem fazer a diferença no mundo, enquanto 64% visam construir riqueza e 44% seguir com tradição familiar.

FINANÇAS EM DIA PODEM IMPULSIONAR SUCESSO DOS NEGÓCIOS

Pagamentos de fornecedores, de contas mensais, definição de preço em contratos, orçamento para prestação de serviços, organização contábil para salários de colaboradores são apenas alguns dos itens com que empreendedores precisam lidar com frequência. Estar desorganizado pode não somente levar à quebra de contratos e multas, mas afastar clientes devido a atrasos e levar a problemas trabalhistas com funcionários.

Tendo isso em vista, a relação do empreendedor com as finanças pode ser um determinante para o sucesso do negócio, segundo Daiane Alves Gubert, CEO da Phidias Investimentos, escritório vinculado à XP.

— E em todas as razões de empreender, teremos como pano de fundo o dinheiro. O dinheiro na pessoa física é o desafio de conciliar a realização de sonhos, desejos e necessidades, sendo que esses podem ser ilimitados. Do outro lado, temos o dinheiro e seus desafios de conquistá-lo. O dinheiro é finito. A vida então nos cobra sensatez, temperança, e o mais difícil, escolhas. Costumo dizer que toda escolha é uma renúncia — reforça a especialista.

Fazer escolhas diante de recursos escassos, conforme prioridades pré-estabelecidas, é atividade essencial para empreendedores. Para gerenciar os recursos e optar pelas melhores opções, é preciso buscar conhecimento técnico e efetuar um planejamento estratégico, completa a especialista, que orienta que a educação financeira auxilia na melhoria na relação com o dinheiro.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO ALIADA DO EMPREENDEDORISMO

Empreendedores, por definição, são aqueles que assumem riscos e começam algo novo. O conceito de empreender está ligado à criação de novos produtos e serviços ou aprimoramento contínuo daqueles existentes por meio da inovação. No entanto, somente criatividade e visão não bastam. O descontrole financeiro é um dos principais motivos do fechamento das empresas. A gestão de um negócio requer organização, foco, disciplina, capacidade criativa e analítica, o que pode ser conquistado por meio de qualificação e educação financeira.

— A educação financeira traz consigo não só os números, mas a reflexão sobre os hábitos e como podemos repensá-los. Ao adquirir hábitos saudáveis, podemos melhorar o uso dos recursos financeiros e deixar no passado hábitos ruins que nos empobrecem — acredita a CEO da Phidias.

Por outro lado, empreendedores que possuem educação financeira trazem para o negócio hábitos saudáveis no uso dos recursos, o que faz diferença no futuro. Por isso, a especialista orienta sobre alguns hábitos financeiros ruins que podem comprometer a saúde financeira da empresa, entre eles a mistura do caixa da empresa com o pessoal. Não ter uma reserva financeira para situações inesperadas no mercado ou efetuar retiradas superiores ao que seria necessário são alguns dos fatores que podem impactar seriamente o andamento dos negócios, no entendimento da especialista. Assim, separar as contas pessoais, de pessoa física, e as contas da empresa, de pessoa jurídica, é apenas o primeiro passo.

— Não importa se o seu negócio é feito só de você sem funcionários, você é uma pessoa, pessoa física. A empresa/negócio é uma pessoa jurídica, independente do tamanho da empresa, separe as contas. As contas precisam ser segregadas. Você pode não ter um salário fixo na empresa, mas precisa ter as contas segregadas. Peça ajuda ao seu contador, se for preciso. Tenha contas bancárias separadas — alerta Gubert.

A especialista aponta ainda a importância do fluxo de caixa para a organização financeira da empresa para o cumprimento de suas obrigações. Segundo ela, é bastante comum a oferta de facilidades de pagamento aos clientes, seja pelo cheque pré-datado, cartão de crédito ou crediário. Com o fluxo de caixa, o empreendedor controla os valores que devem entrar e sair conforme a modalidade do pagamento.

ORÇAMENTO É NECESSÁRIO PARA PESSOA FÍSICA E JURÍDICA

A organização financeira por meio de uma planilha ou programas com detalhamento de entradas e saídas é uma aliada na vida pessoal e profissional. Anotar, controlar e gerenciar são ações compatíveis com uma visão clara dos gastos de uma empresa, para que as contas estejam no verde e sem endividamento excessivo.

Outro erro cometido por empreendedores é determinar o valor da retirada da conta pessoa jurídica conforme as despesas pessoais. A especialista orienta que o negócio precisa performar e gerar resultados positivos primeiro – o que requer uma certa austeridade nas contas e compromisso com a realidade financeira.

— Não se gasta mais do que se ganha. Isso deve ser lei na vida do empreendedor. É preciso racionalizar as compras. Se for pagar juros para adquirir um bem ou serviço que pode aguardar até que se tenha o valor para comprá-lo à vista com desconto, é melhor pensar bem. Os juros podem trabalhar a nosso favor, se investirmos o dinheiro, mas também contra nós, se os pagamos sem que seja uma real necessidade — orienta a especialista.

Gubert destaca que, para dimensionar os sonhos, assim como o tempo e estratégias para alcançá-los, requer conversar sobre dinheiro, ainda que seja um tabu, definir objetivos claros e cuidar dos hábitos financeiros para que as metas possam ser alcançadas.

Dinheiro é sobre comportamento e a educação financeira deve ser conversa frequente tanto na pessoa física quanto na jurídica, conclui. Uma boa relação com dinheiro requer que os integrantes da empresa saibam gerenciar os recursos de forma otimizada, seja um pequeno, médio ou grande negócio.

Para empreender, é preciso de organização e diciplina financeira

COMO O SEU COMPORTAMENTO AFETA SEU SUCESSO FINANCEIRO

Especialista em investimentos fala sobre a psicologia do dinheiro e traz dicas para melhorar a educação financeira

Você já parou para pensar que o sucesso financeiro pode estar mais associado aos hábitos do dia a dia do que aos conhecimentos técnicos sobre o tema? A psicologia financeira tem se debruçado sobre o estudo do comportamento das pessoas e vem constatando como as emoções impactam na relação com o dinheiro.

A especialista em investimentos e CEO da Phidias Investimentos, Daiane Gubert, destaca o livro “Psicologia financeira”, do autor Morgan Houssel lançado em 2020, como uma referência a muitos dos comportamentos e o dinheiro. No livro, o autor afirma que o sucesso financeiro é uma habilidade pessoal e que é muito mais sobre algo pessoal do que ciência ou técnica.

— O dinheiro nos permite realizar sonhos, desejos, experiências e ter tranquilidade. O dinheiro também nos permite tempo, outro ativo valioso. Estar mais com a família, cuidar mais da saúde, pegar os filhos na escola ou ter uma vida mais tranquila. Tempo! E tempo é dinheiro! — afirma a especialista em investimentos.

“POUPAR É IGUAL A SUA RENDA MENOS O SEU EGO”

Saber o quanto ganha e o quanto pode gastar. Ter o controle das suas despesas e poupar. Poupar é importante, e especialistas afirmam que quanto mais cedo, melhor. Inclusive, no livro apresentado por Daiane, o autor diz que “poupar é igual a sua renda menos o seu ego”.

“Ganhar dinheiro é uma atitude. Guardar dinheiro é um hábito. Investir dinheiro é sabedoria. Os seus comportamentos estão levando você para uma vida financeira saudável? O que você está fazendo hoje para cuidar de si na terceira etapa da vida? Pense nisso, dinheiro é comportamento!

PARA ANOTAR E SE INSPIRAR

A especialista destaca 4 dicas objetivas para facilitar a mudança de hábitos e ressignificar a relação com o dinheiro, pautadas no comportamento:

1. Gaste menos do que ganha;
2. Tenha reserva de emergência;
3. Invista de forma consistente e escolha investimentos de acordo com as suas metas e não apenas em investimentos com resultados passados;
4. Aprenda a se beneficiar dos juros compostos, a magia dos juros sobre juros. Sempre que possível, aumente os valores dos aportes e inicie o mais breve possível. Construa o hábito de investir o quanto antes.